

# RAÍZES Nº 6

JANEIRO 86 / MARÇO 88

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

## SUMÁRIO

### ARTIGOS

- Bruno Lautier:** Trabalho assalariado, socialização do trabalhador e estatuto da força de trabalho . . . . . 5
- Reinaldo Antonio Carcanholo:** Crítica à idéia do valor fugaz: a propósito do valor da força de trabalho . . . . . 19
- Manoel Luiz Malaguti:** Marxistas e neoclássicos: uma confrontação metodológica . . . . . 33
- Élbio Troccoli Pakman:** As conceitualizações do subdesenvolvimento e seus desdobramentos . . . . . 49
- Raimundo Santos:** O pequeno investimento como política de desenvolvimento regional: notas sobre as experiências do governo de Allende . . . . . 61
- Norma Montalvo de Soler:** A agricultura alimentar e o impacto do crédito rural sobre os diferentes tipos de produtos . . . . . 75

### RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

- Nelson Werneck Sodré:** Modos de Produção no Brasil (Érico Alberto de A.. Miranda) . . . . . 107
- Noberto Bobbio:** O Conceito de Sociedade Civil (Raimundo Santos). 111

## RAÍZES

Ano VI, V. 4, N.º 6, jan 86/  
março 88

### Editores:

Mestrado em Economia e  
Mestrado em Sociologia da  
Universidade Federal da Pa-  
raíba.  
Campus II – Campina Grande

### Diretores:

Norma Montalvo de Soler  
Paulo Ortiz Rocha de Aragão

### Conselho Editorial:

Gian Mario Giuliani (Presiden-  
te)  
Elbio Troccoli Pakman  
Manoel Correia de Andrade  
Octavio Ianni  
Paulo Nakatani  
Raimundo Santos  
Paola Cappellin G.  
Reinaldo Antônio Carcanholo

### Comitê de Redação:

Manoel L. Malaguti (Presiden-  
te)  
Gian Mario Giuliani  
Ghislaine Duqué  
Josemir Camilo de Melo  
Paulo Campanário  
Helena Rotta  
René Louis de Carvalho

### Colaboração:

Reitoria-UFPb, PRPG-UFPb  
CH-UFPb, Convênio CAPES/  
COFECUB, Convênio DRC/UFPb  
Comissão Editorial-UFPb

### Composição Gráfica:

EPGRAF - Equipe Editorial  
e Serviços Gráficos Ltda.

### Gravura da Capa:

Elifaz Andreatto

A revista RAIZES é uma publicação  
semestral editada pelos mestrados  
em Sociologia e em Economia –  
com área de concentração em pro-  
blemática rural – da Universidade  
Federal da Paraíba.

Correspondência e material para pu-  
blicação:

Revista RAIZES  
Av. Aprígio Veloso, 882  
Universidade Federal da Paraíba  
58.100 – Campina Grande, Paraíba

Tel. (083) 321-7222, r. 143 e 558

### Referência Bibliográfica:

RAÍZES, v. 4 n. 6, jan 86/março 88  
Campina Grande, Mestrado em  
Economia e Mestrado em Socio-  
logia da Universidade Federal da  
Paraíba – UFPb  
v. semestral  
1. Sociologia Rural – periódico  
2. Economia Rural – periódico  
3. Economia Política - periódico

CDD – 330

CDU – 338.43 (05)

Os trabalhos assinados são de inteiri-  
ra responsabilidade de seu(s) au-  
tor(es).

É permitida a livre transcrição de  
qualquer matéria desde que seja ci-  
tada a fonte.

Aceita-se intercâmbio de revistas.

© RAIZES, 1988

R. GRANDE - PB

NOVEMBRO - 89

# RAÍZES Nº 6

JANEIRO 86 / MARÇO 88

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

## SUMÁRIO

### ARTIGOS

- Bruno Lautier:** Trabalho assalariado, socialização do trabalhador e estatuto da força de trabalho . . . . . 5
- Reinaldo Antonio Carcanholo:** Crítica à idéia do valor fugaz: a propósito do valor da força de trabalho . . . . . 19
- Manoel Luiz Malaguti:** Marxistas e neoclássicos: uma confrontação metodológica . . . . . 33
- Élbio Troccoli Pakman:** As conceitualizações do subdesenvolvimento e seus desdobramentos . . . . . 49
- Raimundo Santos:** O pequeno investimento como política de desenvolvimento regional: notas sobre as experiências do governo de Allende . . . . . 61
- Norma Montalvo de Soler:** A agricultura alimentar e o impacto do crédito rural sobre os diferentes tipos de produtos . . . . . 75

### RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

- Nelson Werneck Sodré:** Modos de Produção no Brasil (Érico Alberto de A. Miranda) . . . . . 107
- Noberto Bobbio:** O Conceito de Sociedade Civil (Raimundo Santos). (111)

## AOS LEITORES

*A comunidade acadêmica e os leitores de revistas científicas, sem dúvida, conhecem as dificuldades e os contínuos atropelos pelos quais estão passando as universidades públicas do país. De fato é difícil pensar em uma política editorial sistemática e capaz de levar ao público toda a produção científica realizada, quando as universidades públicas não dispõem de verbas necessárias para, sequer, sua manutenção normal. A revista RAÍZES não deixa de sofrer as conseqüências desta situação, porém, graças ao empenho de todos os interessados na sua continuidade, podemos oferecer aos nossos leitores mais um volume.*

*O conjunto dos trabalhos que compõem o n. 6, todos originais como a revista impõe, apresentam algumas das reflexões conduzidas no âmbito dos Mestrados em Sociologia e em Economia da UFPb — Campina Grande, tanto no interior de cursos e seminários, quanto no desenvolvimento das diversas linhas temáticas de pesquisa. Como de costume, apresentamos também um artigo de um professor/pesquisador francês, Prof. Bruno Lautier, produzido para uma série de debates realizados em Campina Grande, via programa de intercâmbio, neste caso, no quadro do convênio CAPES/COFECUB.*

*Finalmente temos que enfatizar o fato deste volume ter sido editado graças ao completo apoio de nossa instituição, nas suas diversas instâncias. Principalmente foi decisiva a contribuição da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, na pessoa do Prof. Vicente de Paulo Carvalho Madeira (Pró-Reitor), assim como o reconhecimento concretamente manifestado à revista RAÍZES pelo Magnífico Reitor, Prof. José Jackson Carneiro de Carvalho, pela Comissão Editorial da UFPb e pelo Convênio IDRC/UFPb.*

*Este pleno reconhecimento institucional nos gratifica e nos incentiva a continuar com entusiasmo e esforço sempre renovados no empreendimento editorial de nossos Mestrados.*

Os Diretores

# TRABALHO ASSALARIADO, SOCIALIZAÇÃO DO TRABALHADOR E ESTATUTO DA FORÇA DE TRABALHO \*

Bruno Lautier \*\*

Tradução: Manoel L. Malaguti

## INTRODUÇÃO

Este artigo tenta fazer a análise de pesquisas conduzidas há doze anos sobre a questão da natureza da relação salarial. Estas pesquisas estão ligadas a uma corrente de pensamento, essencialmente francesa, que podemos chamar "marxista heterodoxa". As conclusões as quais eu cheguei, poderão parecer muito críticas em relação à Marx. Com efeito, uma dessas conclusões é que a teoria da mais-valia, que é, sem dúvida, o coração da teoria econômica de Marx, não é coerente. Mas é necessário não se confundir sobre o sentido dessas críticas; elas não devem, em particular, ser confundidas com as críticas neo-clássicas que, em geral, baseiam-se sobre uma leitura superficial de Marx e se limitam a comentários infundados. A incoerência das posições neo-clássicas, em particular no que se refere à teoria do capital, parece-me desnecessário demonstrar.

Os comentários que farei sobre Marx têm, por objetivo, primordialmente, demonstrar que ele não foi até o fim de seu projeto: a ruptura com a economia política. No *O Capital*, em particular, sua crítica da economia política é essencialmente interna. Ali, Marx conserva a base da economia política, qual seja, a concepção da sociedade capitalista como uma extensão da sociedade mercantil, como uma sociedade mercantil generalizada. A maior parte das contradições presentes em Marx, provêm de sua tentativa de explicar a origem do sobreproduto no contexto da troca de equivalentes, tentativa que termina, segundo eu penso, em um fracasso, e que impõe levar mais adiante a ruptura com a economia política.

Neste artigo, limitar-me-ei a um problema particular, mas central: o estatuto da força de trabalho. Marx via ali a chave da resolução do "mistério da mais-valia", e o ponto de articulação entre a economia política e sua crítica. A idéia de força de trabalho permitia — ele pensava — permanecer no quadro das teorias do valor e, ao mesmo tempo, fundamentar cientificamente as teorias da exploração. Ora, o raciocínio de Marx é insatisfatório: não se pode, apesar do que ele afirma, determinar um "valor da força de trabalho" que seria a base de uma medida da mais-valia. Ainda mais, a própria caracterização da força de trabalho como mercadoria implica em difíceis problemas.

Se Marx resolve estes impasses através da resposta que ele dá ao problema da mais-valia é, em primeiro lugar, porque ele encaixou a formulação da questão numa visão de sociedade herdada de Smith — onde o único processo geral de socialização é a troca de equivalentes, no quadro da divisão social do trabalho. O

(\*) Este artigo reproduz o texto de uma conferência pronunciada em 05/10/1984 no Mestrado em Economia e Sociologia da Universidade Federal da Paraíba — Campina Grande — no contexto de uma missão pertencente ao acordo CAPES-COFECUB. 09/79.

(\*\*) "Maitre Assistant" na Universidade de Picardie.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano VI	N.º 6	05 a 17	Jan.86/mar.88
-------------	----------------	--------	-------	---------	---------------

problema não é tanto, então, de saber o sentido que é necessário dar à resposta de Marx, no que concerne ao problema da origem da mais-valia, mas sim de interrogar a forma em que ele coloca a questão. Eu tentarei mostrar que esta questão está formulada no quadro de uma visão da sociedade que é o produto de um longo movimento de expulsão do político na explicação do processo de socialização. É então normal, que também Marx chegasse a uma interpretação da estruturação da sociedade onde o político joga apenas um papel secundário, mesmo se ele afirma o contrário em suas obras anteriores ao *Capital*.

Esta análise levar-me-á, por fim, a sugerir as conseqüências que pode ter esta visão crítica, em particular no que concerne à formação do salário e o papel do político na estruturação da sociedade capitalista.

## I – ESTATUTO DA FORÇA DE TRABALHO EM MARX

### 1. A questão do valor da força de trabalho

Marx, lembremos, compôs os primeiros capítulos do *Capital* da seguinte maneira: a mercadoria, as trocas, a moeda, a fórmula geral do capital, as contradições da fórmula geral do capital, a compra-venda da força de trabalho. Para ele, a troca da força de trabalho deve permitir resolver um problema que, ao fim do capítulo sobre “as contradições da fórmula geral do capital”, ele formula assim: “a metamorfose do homem de dinheiro em capitalista deve se passar na esfera da circulação e, ao mesmo tempo, não deve se passar lá. Tais são as condições do problema”.<sup>1</sup> Ela deve se passar lá, porque é somente na circulação que o acréscimo do valor pode se realizar, quer dizer, tornar-se real para a sociedade. Ela não pode se passar lá, já que a circulação não faz mais do que o relacionamento de equivalentes.

É necessário, então, para Marx, que — respeitando as leis da equivalência — se possa pensar a aparição, no seio da circulação, de um excedente de valor. Marx reprova aos clássicos não terem dado solução a este problema, em particular porque eles definiam o assalariamento como compra-venda de trabalho. É, para Marx, “uma tautologia e um absurdo”, já que o valor de uma jornada de 12 horas de trabalho só pode ser de 12 horas de trabalho.

No início do capítulo sobre a compra-venda da força de trabalho, Marx coloca o problema como acima e avança sua solução: “Para poder obter um valor trocável do valor de uso de uma mercadoria, seria necessário que o homem do dinheiro tivesse a feliz oportunidade de descobrir no meio da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo valor de uso possuísse a virtude particular de ser fonte de valor trocável, de maneira que consumi-la seria realizar trabalho e, conseqüentemente, criar valor. Nosso homem encontra, efetivamente, no mercado, uma mercadoria dotada desta virtude específica; ela se chama capacidade de trabalho (*puissance de travail*) \*ou força de trabalho”.<sup>2</sup>

Observemos inicialmente que, assim, a mais-valia é uma fração do valor e o

---

(1) MARX, K. *Le Capital*. Editions Sociales. 1969. T.I. p. 169.

(\*) O termo “*puissance de travail*” será sempre traduzido por “força de trabalho” (N.T.).

(2) Idem, p. 170.

valor realização do trabalho abstrato: é evidente que a *mais-valia* será o produto do trabalho. Então, chamar "força de trabalho" a coisa cujo uso é o trabalho e dizer que o capitalista compra esta coisa para obter valor de seu uso, é uma exigência lógica da teoria e não uma "feliz oportunidade" histórica. Mas até aqui, nada prova que o uso desta coisa cria *mais* valor do que destrói seu consumo, sem o que é um "à priori" antológico.

Marx, já se viu, construiu todo o plano do *Capital* a partir do valor. Neste estágio de sua análise não existem mais do que valores (a moeda inclusive – equivalente geral). É necessário, então, definir a força de trabalho em termos de valores. É isto que ele faz, em poucas frases, dizendo: "esta mercadoria, da mesma forma que todas as outras, possui um valor. Como determiná-lo? Pelo tempo de trabalho necessário à sua produção. Como valor, a força de trabalho representa o "quantum" de trabalho social realizado nela",<sup>3</sup> e ele precisa que "a força de trabalho tem, justamente, o valor dos meios de subsistência necessários àquele que a coloca em movimento"<sup>4</sup> e que seu valor varia com o valor desses bens.

O valor da força de trabalho teria então três determinantes: as necessidades fisiológicas, o célebre "elemento moral e histórico" e os gastos de educação, que Marx evoca explicitamente.

Examinemos este conjunto de proposições.

Marx identifica a definição e a determinação do valor da força de trabalho àquelas das outras mercadorias. Então, existe uma *primeira possibilidade* de medida deste valor, qual seja, a de visualizar a produção da força de trabalho da mesma maneira que o faz Marx para as outras mercadorias. Haveria, então, um processo de produção da força de trabalho; os bens de subsistência jogariam o papel do capital constante e o trabalho doméstico seria o trabalho vivo, permitindo a produção da força de trabalho.

Esta posição foi sustentada por numerosos textos feministas ingleses, franceses e italianos, por volta de meado dos anos setenta. Implica isto, que o trabalho doméstico seja considerado como trabalho abstrato socialmente necessário, como definido por Marx; o que, imediatamente, já coloca um problema (porque não existe nenhum procedimento social de redução deste trabalho concreto a trabalho abstrato). Ainda mais, entra-se em confronto com a idéia que o salário cobre, unicamente, a compra de bens de subsistência. Em outros termos, com a idéia de que o capitalista, com o salário, "comanda" (no sentido de Smith) um valor superior àquele do salário (logo, o valor da força de trabalho, nesta hipótese, seria igual a soma: valor dos bens de subsistência + valor criado pelo trabalho doméstico). Neste caso a força de trabalho não seria vendida a seu valor, mas abaixo desse, de maneira permanentemente. Isto nos faria sair do quadro de equivalência geral que escolheu Marx.

E mais ainda, a *mais-valia* teria um estatuto composto: ela misturaria o que é produzido no contexto do assalariamento e o "roubo" que seria feito contra o trabalhador (ou, melhor dizendo, da trabalhadora) doméstico. Enfim, a "*mais-valia doméstica*" não aparece *jamaís* socialmente (o que conduziu certas feministas inglesas a fazer do conjunto dos assalariados uma espécie de aristocracia operária, se apropriando do trabalho doméstico; os assalariados seriam, então, idênticos

(3) Idem, p. 173

(4) Idem, p. 174.

aos capitalistas privados, gerindo seu "capital humano" através da exploração de suas mulheres).

Marx abandona esta primeira possibilidade, em razão de ter afirmado que "qualquer um que, por seu produto, satisfaça suas próprias necessidades não cria mais do que valor de uso pessoal" <sup>5</sup> e não um valor. Só resta, então, a segunda possibilidade, que ele adota: o valor da força de trabalho é idêntico àquele dos bens de consumo.

Entretanto, esta definição é contraditória com aquela que dá Marx, em geral, do valor. Com efeito, para Marx, o valor é o resultado de um processo de trabalho vivo, concreto, que procura se fazer reconhecer socialmente na circulação.

Marx, em particular nas *Glosas Marginais ao Tratado de Economia Política de Adolf Wagner*, distingue, cristalinamente, sua concepção do valor da concepção dos clássicos; para ele, o trabalho é a substância do valor, e não apenas o meio de sua medida, e o valor se torna socialmente real apenas na circulação, quando de sua "realização", no momento onde ele se separa da mercadoria para voltar — sob a forma de dinheiro — ao vendedor.

No caso da força de trabalho, as coisas são bem diferentes: o valor dos bens de consumo já está realizado antes da produção da força de trabalho e estes bens são, no seio do lar, não-valores. A venda da força de trabalho, se era realização de um valor, seria a segunda realização de um mesmo valor (aquele dos bens de consumo), sem que nada, nenhum processo de trabalho socialmente reconhecido tenha ocorrido entre estas duas realizações. Isto é totalmente incompatível com a definição que Marx dá de valor; evita uma primeira incoerência (aquela que viria da consideração do trabalho doméstico) para cair numa outra.

Isto nos conduz a três conclusões provisórias:

- a força de trabalho não é um valor. Ao contrário do capital colocado para funcionar na produção capitalista, o salário (uma vez recebido pelo assalariado) não é um valor procurando se valorizar, não é "um valor em processo". O salário é um puro numerário, e o assalariado, se o consideramos como um mercador, entra na circulação de tipo M-D-M. Esta última (M-D-M — NT) não é, então, característica das sociedades pré-capitalistas, mais faz parte integrante da circulação capitalista.
- a moeda não é um equivalente geral. Marx insiste<sup>6</sup> sobre o fato de que não é a moeda que torna as mercadorias comensuráveis entre elas; mas ao contrário, é porque as mercadorias — sendo valores — são comensuráveis que elas podem exprimir este valor na moeda. Se a força de trabalho não é um valor, a relação monetária central do capitalismo, o assalariamento, escapa a este esquema e a moeda muda de estatuto teórico.
- a força de trabalho tem um processo de reprodução exterior ao processo de produção capitalista propriamente dito. De fato, existem dois processos distintos:
  1. o processo de produção dos trabalhadores; se pode fazer uma lista das necessidades, fisiológicas e históricas. Mas não se pode estabele-

---

(5) Idem, p. 56.

(6) Idem, p. 104

cer nenhum laço causal entre estas necessidades e o nível dos salários. Isto só seria possível no quadro de uma economia de escravismo capitalista (economia d'esclavage capitaliste—NT), onde uns empresários de escravos (entrepreneurs en esclavage—NT), aticados pela concorrência, alinhariam suas técnicas de produção de escravos sobre as normas sociais. A produção dos trabalhadores não sendo capitalista, a causalidade deve ser invertida: é o nível dos salários que determina o nível do consumo.

2. o processo de mobilização da força de trabalho, quer dizer, a transformação de uma força de trabalho potencial em realidade. O salário é o preço desta mobilização e, "à priori", este preço pode não ser suficiente para reproduzir o trabalhador, assim como pode se situar acima da soma dos preços dos bens de subsistência considerados como elementares. O nível dos salários aparece como economicamente indeterminado.

## 2. A força de trabalho de uma mercadoria?

A própria expressão "força de trabalho" coloca um problema. Com efeito, Marx, diversas vezes, dá uma definição do assalariamento que exclui a idéia de que o assalariado possa ser proprietário de qualquer coisa que seja.

— No capítulo sobre a cooperação, Marx expõe a idéia segundo a qual a força de trabalho é uma força coletiva e que só existe na reunião dos indivíduos. Mas esta reunião se faz sob a dominação do capital que cria e se apropria, ao mesmo tempo, da força produtiva do coletivo de trabalho. Antes do processo de trabalho, quer dizer, quando o assalariado potencial oferece sua "mercadoria" no que Marx pensa ser um mercado, o assalariado não possui nada. Ele não tem nada para vender, já que sua força de trabalho é, como diz Marx, *criada* pela dominação do capitalista. Ora, Marx, seguindo Smith, faz da relação de propriedade anterior à troca, a condição da troca mercantil. Isto tende, então, a distinguir a força de trabalho das mercadorias.

— No capítulo sobre compra-venda da força de trabalho, Marx diz, muito claramente, que a condição do assalariamento é que o assalariado seja "completamente desprovido das coisas necessárias à realização de sua força de trabalho".<sup>7</sup> Esta "força" é, por definição, impossível de identificar, e só pode ser potencial; porque no caso contrário, o assalariado não seria constrangido ao trabalho (se ele pudesse dar uma realidade à esta potencialidade ele não seria assalariado). Um pouco mais adiante, falando da eventualidade do desemprego, Marx expõe que "esta força de trabalho, se ela não é vendida, não é nada".<sup>8</sup> Ora todos sabem, que a tendência à superpopulação relativa e à reconstituição do exército industrial de reserva é, para Marx, permanente: não é uma posição de desequilíbrio momentâneo. Existe, então, uma parcela dos supostos trocadores que, de maneira permanente, "produzem" uma mercadoria sem vendê-la. Para os capitalistas, uma tal situação levaria inevitavelmente, à falência. Para os trabalha-

---

(7) Idem, p. 172.

(8) Idem, p. 176.

dores desempregados, a falência é impossível, já que sua existência é uma das condições de imposição ao assalariamento. A condição de assalariado não pode ser assimilada à dos vendedores de mercadorias em geral.

— Enfim, existe uma outra característica, muito específica da força de trabalho, que é a de ser sempre consumida antes de seu pagamento. Como diz Marx, novamente, o trabalhador “oferece sempre crédito”<sup>9</sup> ao capitalista; este só paga após o trabalho, quando a produção de sua força de trabalho começou desde seu nascimento.

Vê-se, sempre se atendo aos textos de Marx, que a força de trabalho acumula uma soma de especificidades em relação à definição geral da mercadoria, de forma que não se pode mais qualificá-la como tal. O próprio Marx reconheceu este problema, em particular nas *Teorias da Mais-valia*, onde ele escreve: “o mundo das mercadorias se decompõe em duas categorias: de um lado a força de trabalho; do outro as mercadorias em si”.<sup>10</sup>

Esta dualidade das mercadorias coloca um problema. A força de trabalho não tem valor, assim como não tem existência nas mãos de seu suposto proprietário; ela (a força de trabalho) — N.T.) tem um preço que, como diz Marx em *Salário, Preço e Lucro*, “é determinado pela relação das forças em combate”.<sup>11</sup> Sustentar que a força de trabalho é uma mercadoria, assimilando-a às outras mercadorias, é um subterfúgio que não pode mascarar as incoerências do raciocínio. No entanto, Marx a isso é obrigado. Nós vamos ver, brevemente, por quê.

## II — A VISÃO DA SOCIALIZAÇÃO DO ASSALARIADO EM MARX

### 1. A Utopia de Smith e o abandono da questão do assalariamento.

Viu-se que Marx procede à análise do assalariamento após à do valor. Esta maneira de proceder não demonstra apenas uma preocupação com a coerência. Marx retoma, assim, um modo de representação herdado de Smith, o qual guia todo o pensamento clássico e neoclássico.

Numerosas análises recentes sobre Smith<sup>12</sup> transformam-no no inventor do “pensamento moderno”. Smith teria sido o inventor da expulsão do político do centro da teoria da socialização. Quando Hobbes, Locke e Rousseau — segundo modalidades muito diferentes — teriam visto na política o lugar onde os desejos contraditórios teriam encontrado a possibilidade de sua compatibilidade, Smith teria invertido esta problemática: seria, doravante, o mercado, que desempenharia este papel. Indivíduos-proprietários, guiados pelos seus únicos interesses, reproduziriam pela troca uma divisão social do trabalho onde o interesse de todos e aquele de cada um, seriam satisfeitos, ao mesmo tempo.

Meu propósito não é o de discutir aqui esta tese, a qual mereceria, somente ela, um artigo; mas sim fazer algumas observações sobre a filiação entre Smith e Marx, no que concerne a questão de assalariamento.

O primeiro capítulo da *Riqueza das Nações*, onde Smith expõe as vanta-

(9) Idem, p. 177.

(10) MARX, K. *Theories sur la Plus-Value*. Paris, Editions Sociales, T.I. p. 184.

(11) MARX, K. *Salaires, Prise et Profit*. Paris, Editions Sociales, 1966, p. 70.

(12) Cf. por exemplo: A. O. Hirschman. *Les passions et les Intérêts*, PUF, 1977; e P. Rosanvallon, *Le capitalisme utopique*, Seuil, 1979.

gens da divisão do trabalho, é, de fato, consagrado exclusivamente à divisão manufatureira do trabalho, e os trabalhadores descritos são manifestamente assalariados. Smith fala “do princípio que rege a divisão do trabalho” (Capítulo 2), e expõe como os “homens” (“homem, é não mais “homens-trabalhadores” como no capítulo 1), guiados por seus interesses, vão se especializar e empreender relações de troca. Ele trata de pequenos produtores independentes, e é a propósito deles que Smith expõe a teoria da determinação do valor pela quantidade de trabalho comandado. A seguir, de forma brusca, no capítulo 5 ele escreve: “pode-se dizer do trabalho, assim como das outras mercadorias, que existe um preço real e um preço nominal”.<sup>13</sup> Smith nunca disse porque o trabalho é uma mercadoria e será incapaz — como ressalta Ricardo — de determinar o valor do trabalho pela quantidade de trabalho que o trabalhador mesmo comanda.

Isto levará Smith a incorrer num certo número de problemas. Em particular, dirá que é uma relação de forças entre os operários e os “chefes” que fixa o salário e, frente à indeterminação do nível dos salários que daí resulta, ele concluirá que os chefes têm “quase sempre vantagem nas disputas com seus operários”.<sup>14</sup> o que, segundo Smith, dirige o salário para o nível mínimo de subsistência. Esta posição é, evidentemente, incoerente: se o salário é um preço corrente e o mínimo de subsistência um preço natural, o primeiro deveria gravitar em torno do segundo e não tender a ele num processo regular.

Mas, se Smith adota esta posição é por necessidade: é necessário fazer do assalariamento uma relação mercantil — e do salário um preço — para apresentar uma visão homogênea da sociedade. Em particular, este modo de pensar é necessário para que a descrição da sociedade parta dos indivíduos para chegar ao social e para que a compatibilidade dos interesses de todos seja assegurada. A visão da sociedade que propõe Smith é literalmente utópica, já que tende a apresentar a sociedade capitalista como uma sociedade mercantil generalizada, quando a condição de existência desta sociedade é a inexistência de propriedade por uma parcela de seus membros.

Adotando esta posição, Smith abandonará um dos elementos mais prometedores de sua teoria, que aparece na expressão de “trabalho comandado”: a riqueza de uma sociedade depende de sua capacidade de comandar o trabalho, quer dizer, de fazer aparecer no seio das relações mercantis um suplemento de riqueza que tem sua origem no exterior de suas relações, na parcela não-mercantil da sociedade, que se desenvolve necessariamente ao mesmo tempo que sua parcela mercantil.

Marx, após Ricardo, partirá da mesma representação utópica da sociedade. Como Smith, ele se confrontará com o problema da integração ao mundo da mercadoria daqueles que não têm nada para vender. Ele acreditava resolver o problema substituindo o trabalho pela “força de trabalho” como objeto da troca salarial; mas isto o conduzirá, como se viu, a cair em outras incoerências. Esta posição definitiva de Marx, no *Capital*, não é a única por ele adotada em sua obra. Eu vou, brevemente, chamar atenção para outras pistas de análises que o próprio Marx propôs.

---

(13) SMITH, *A Recherches sur la Nature et les Causes de la Richesse des Nations*. Paris, Gallimard, 1976, p. 66.

(14) *Idem*, p. 92.

## 2. As visões do assalariamento que Marx propõe, depois abandona, e as razões desses abandonos.

Marx propõe 3 tipos de análises diferentes daquela que aparece no início do capítulo sobre compra-venda da força de trabalho.

a) A primeira consiste em fazer do trabalho assalariado uma determinação secundária do trabalho em geral. Marx assim expõe quando define o processo de trabalho, algumas páginas após a exposição sobre a força de trabalho. Segundo Marx, "o trabalho é, primeiramente, um ato que se passa entre o homem e a natureza", e ele precisa: "do fato de que a produção de valores de uso se execute sob a responsabilidade do capitalista e sob sua direção, não se conclui, é claro, que mude de natureza".<sup>15</sup>

Esta posição é, aparentemente, surpreendente, já que Marx expôs de forma precisa que, sem a dominação do capitalista, não se pode conceber o trabalho, (\*) em razão — particularmente — do caráter coletivo deste último. Parece aqui, que a força de trabalho é a única mercadoria a ter um valor de uso em si, independentemente da troca e de toda relação social, um valor de uso que remonta da ontologia.

Ora, esta posição não é totalmente metafísica. Em toda sua análise do assalariamento, Marx mostra o assalariado como constrangido a entrar nesta relação social, sem nenhuma possibilidade de influir sobre as técnicas, despossuído de tudo, em particular de sua própria força produtiva. Mas, por outro lado, Marx nos apresenta o assalariado como um sujeito social "à priori", um mercador potencial. É necessário, então, fundar uma positividade deste sujeito que seja exterior à relação salarial, para que se possa pensar aquele quadro da divisão mercantil do trabalho; e a teoria do trabalho em geral tem, por única função, a de sustentar aquela do assalariamento como relação mercantil. É, então, uma falsa alternativa à sua visão do assalariamento e, por outro lado, um complemento necessário. Esta visão é, então (ela também), vítima das críticas acima apontadas, a propósito da teoria da compra-venda da força de trabalho.

b) A segunda visão que se encontra em Marx, concernente ao trabalho assalariado, é aquela que é expressa em termos de trabalhador coletivo. Desde a segunda página do *Capital*, Marx precisa que "a força de trabalho da sociedade inteira"<sup>16</sup> precede a força de trabalho individual. O trabalhador coletivo é determinado em dois níveis: aquele do conjunto dos valores (o trabalhador coletivo produz o trabalho abstrato como massa global), e, em seguida, aquele do valor de uso particular (se falará, então, de "coletivo de trabalho"). Neste tipo de análise, a classe precede o indivíduo e a idéia que o assalariamento é uma relação mercantil não é, absolutamente, necessária.

Entretanto, desenvolver esta tese teria, primeiro, implicado um abandono da teoria da moeda equivalente geral. A moeda não equivale, neste caso, ao trabalho ou à força de trabalho: ela é o meio da criação do trabalho, de sua aparição sob a dominação do capitalista sob uma forma imediata coletiva, ao mesmo

(15) MARX, K. *Le Capital*. Op. cit. T.I. p. 180.

(\*) O Trabalho sob o Capitalismo — NT.

(16) Idem, p. 54.

tempo que meio da socialização dos capitalistas por intermédio do refluxo do salário sob a forma de despesa dos assalariados.<sup>17</sup>

Chega-se a uma representação heterogênea da sociedade: de um lado, a classe capitalista, capaz de ter acesso à moeda, de criar a dependência monetária dos assalariados e de controlar o refluxo da moeda. De outro, a classe que eles controlam coletivamente, e que aparece como monetariamente dependente, com um estatuto político e jurídico que não é, necessariamente, o mesmo dos capitalistas.

Este tipo de descrição da sociedade, que foi sistematizada por Benetti e Cartelier,<sup>18</sup> é incompatível com uma visão em termos de homogeneidade dos estatutos sociais, visão que propõe Smith e Marx adota. É aí que se encontra a principal razão do abandono, por este último, da análise em termos de dependência coletiva.

c) A última análise que propõe Marx, consiste em ver no assalariamento um "simulacro de troca"; esta análise aparece nos *Fundamentos*, por exemplo, onde Marx escreve: "a relação de troca, então, desapareceu completamente, ou não é mais que um simples simulacro"; ele precisa na mesma página, que o crescimento da força do capital tem por reverso o "desaparecimento subjetivo" da força de trabalho.<sup>19</sup> Esta idéia que a submissão do trabalhador, sua perda de subjetividade, são a realidade do assalariamento, é muito freqüente nos *Manuscritos de 1844* e nos *Fundamentos*. Marx chega a afirmar<sup>20</sup> que a compra-venda de força de trabalho é uma "relação superficial", um "reflexo da relação capitalista", que não se confunde com "sua substância própria". Quer dizer, Marx recusa "subordinar a relação entre operários e capitalistas à relação geral entre possuidores de mercadorias".

Mas, nesta análise, seria necessário ter uma teoria das origens da subordinação. Isto quer dizer, particularmente, que o Estado não pode ser concebido como uma simples superestrutura. Ele está implicado desde a análise da produção das mercadorias: se admitimos que, no modo de produção capitalista, o assalariamento é um pressuposto desta produção, o Estado é o pressuposto da formação do valor e não pode, então, ser simplesmente deduzido do valor. Este encaminhamento romperia, completamente, com a herança de Smith, segundo a qual as relações mercantis constituem o único laço social geral e independente dos indivíduos que dela (relações mercantis — N.T.) participam. Sendo dado que o ponto de partida de Marx no *Capital* era o modelo smithiano da divisão mercantil do trabalho, ele só podia abandonar esta problemática da subordinação.

Vê-se que, de uma maneira ou de outra, o abandono por Marx das alternativas possíveis à teoria da compra-venda da força de trabalho, reconduz à preocupação de preservar 3 pontos centrais da problemática que ele herda da economia política clássica:

1.º) A formação da sociedade capitalista não é mais do que um caso particular da formação da sociedade mercantil; quer dizer, que a socialização dos in-

(17) O que Kalecki exprimia na fórmula: os assalariados despendem o que eles ganham, os capitalistas ganham o que eles despendem.

(18) Cf. *Marchands, Salarier et Capitalistes*. Paris, Maspero, 1930.

(19) MARX, K. *Fondments de la Critique de l'Économie Politique*. Paris, Anthropos, 1970, T.I. p. 421.

(20) Marx, K. *Un chapitre inédit du Capital*, ed VGE, 1971, p. 263.

divíduos, existindo “à priori” — e tendo todos o mesmo estatuto — passa por relações de mercado.

- 2.º) As relações mercantis formam uma estrutura autônoma, que não tem necessidade das relações não-mercantis (políticas e familiares, em particular) para poder ser descrita de forma coerente.
- 3.º) As trocas podem ser pensadas em termos reais e a moeda é apenas o equivalente de valores pré-existentes, em relação aos quais não faz mais que mediatizar a troca.

A teoria da compra-venda da força de trabalho, ao se revelar definitivamente incoerente, faz necessário o abandono da problemática que conduz a estas incoerências; o que tem evidentemente, implicações importantes que não farei mais do que sugerir.

### III — CONCLUSÃO: *Algumas implicações da análise crítica da posição de Marx sobre a relação salarial.*

Sem sistematizar o conjunto de implicações que esta visão crítica da análise de Marx da relação salarial pode sugerir, eu me contentarei em citar cinco (implicações — N.T.), dando uma importância maior ao que concerne ao estatuto do Estado.

- 1.º) A sociedade capitalista não é “à priori”, homogênea; a heterogeneidade dos estatutos sociais pode ser fundada em diferentes níveis:

- a) ao nível puramente econômico, a dualidade é manifesta. De um lado, existem aqueles que têm a capacidade de colocar em funcionamento uma produção e, então, de fazer aparecer socialmente o trabalho. Esta capacidade se polariza pela possibilidade de acesso à moeda. De outro lado, se encontram aqueles que são monetariamente dependentes e que são, então, *constrangidos* à subordinação para ter acesso à moeda.

Mas o preço desta submissão é economicamente indeterminado.

- b) ao nível jurídico-político: não existe “à priori” nenhuma correspondência necessária entre as relações econômicas do capitalismo e os estatutos jurídicos homogêneos. Se, em numerosos países, o direito do trabalho — por exemplo — evoluiu no sentido da igualdade de estatutos entre empregador e empregado, se o direito de voto se generalizou (quase sempre muito tardiamente para as mulheres), isto não é interpretável em termos de correspondência necessária entre uma igualdade jurídica e uma igualdade econômica. Não existe nenhum determinismo histórico e a evolução inversa é, a todo momento, possível.

- 2.º) Uma outra heterogeneidade da sociedade capitalista aparece no fato de que as relações não-mercantis não são somente resíduos históricos. O conjunto da reprodução dos trabalhadores potenciais está no exterior da produção capitalista e estas relações não-mercantis se desenvolvem paralelamente ao crescimento da esfera estritamente capitalista. A fronteira entre as duas esferas, mercantil e não-mercantil, não é rígida: alguns tipos de atividades não-mercantis passam para o controle do capital (como certos serviços domésticos). Mas, por outro lado, novas atividades não mercantis aparecem, seja no seio da família ou sob o controle do Estado. *Se é possível vislumbrar, historicamente, uma tendência à socialização estatal da reprodu-*

ção da força de trabalho, esta não é — muito pelo contrário — o sinal de uma extensão sem limite da esfera mercantil. E mais, esta socialização estatal reproduz, por seu lado, formas privadas de reprodução (como, por exemplo, no caso das políticas de urbanização ou de escolaridade, que têm por conseqüência, desenvolver e reforçar a família nuclear moderna e o trabalho doméstico).

- 3.º) Uma outra implicação concerne à moeda. Esta não é um equivalente geral, já que não equivale a nada — em termos de valor — no assalariamento, e não tem valor. A moeda é, então, um puro meio de circulação. Isto não impede que ela seja *ativa*; quer dizer que, de um lado, ela cria o assalariamento e, de outro, cria, duplamente, uma coletividade: a coletividade dos capitalistas e a dos assalariados. A diferença fundamental entre a sociedade capitalista e uma sociedade como a Inca, por exemplo (onde encontra-se duas comunidades, a primeira dominando a outra), é que o meio de constituição de cada comunidade no capitalismo é, igualmente, o meio da dominação de uma sobre a outra.
- 4.º) A quarta implicação concerne ao Estado e às relações entre a economia e a política. A política está no coração da economia, em particular porque não existe nenhuma automaticidade na reprodução do assalariamento. Sem referência ao nível político, não se pode compreender nem como se reproduz a dependência monetária nem como se determina o nível dos salários (em particular porque não se pode operar, como se viu, a passagem de uma teoria das necessidades a uma teoria dos salários).

Esta idéia está no coração das teorias do crescimento desde 1945, e das origens da crise atual, conhecida sob o nome de "Teoria da Regulação"; com efeito, a base da explicação do crescimento que ali (na Teoria da Regulação — N.T.) está proposta é o tipo de compromisso político que se estabeleceu sobre a questão da formação do salário, seu crescimento regular em termos "reais" e a estabilidade da divisão: salários — lucros. Este compromisso assumiria, de um lado, o paralelismo do crescimento do salário e dos ganhos de produtividade do trabalho e, de outro, a polarização dos conflitos do trabalho sobre o salário (e não sobre as condições e as cadências de trabalho). Isto é apenas um exemplo, mas sugere que não se pode interpretar a história econômica apenas sobre a base das relações de troca.

A relação entre o econômico e o político não aparece como importante apenas na interpretação histórica. Ela está, também, no coração da construção teórica. Com efeito, a sociedade que nós analisamos é a sociedade capitalista, e não uma sociedade mercantil qualquer. A primeira das condições da reprodução dessa sociedade é a existência de duas classes e da relação de dependência dos assalariados em relação aos capitalistas. Marx só coloca esta questão da dependência a propósito da acumulação primitiva; para ele, uma vez efetuada esta acumulação primitiva, a troca mercantil, que seria a relação salarial, reproduziria, a partir dela, a dependência; de outra maneira, a reprodução espontânea desta "troca" repousaria sobre o fato que ninguém é roubado nesta. A imposição (*la contrainte*), para Marx, é, então, exterior ao intercâmbio salarial: é a imposição pelas necessidades fisiológicas e sociais.

Ora, se admite-se que a força de trabalho não é uma mercadoria, a questão da relação entre o Estado e o assalariamento se coloca diferentemente e em três níveis:

- a) *primeiro nível*: o da reprodução da submissão em si. Aqui, o que diz Marx da acumulação primitiva permanece verdadeiro para o capitalismo (poder-se-ia falar, malgrado a contradição terminológica de "acumulação primitiva permanente"). Não existe nenhuma maneira de fundar uma automaticidade da submissão do assalariado. Certo, a pressão das necessidades existe, assim como o constrangimento ideológico ao assalariamento. Mas não existe nenhuma garantia teórica de que isto seja suficiente para reproduzir a submissão salarial, enquanto que, no modelo da divisão mercantil do trabalho, a troca mercantil reproduz automaticamente a posição dos mercadores. Não é mais do que a nível *político* que se pode pensar nesta garantida divisão em classes. A ação do Estado, como materialização do político é, aqui, um *pressuposto* da produção capitalista.
- b) o *segundo nível*: onde está implicado o Estado, é o da determinação do salário. "A priori", este nível pode flutuar entre zero e a totalidade do produto social, sem que exista uma base estritamente econômica para determinar este nível entre estes limites. Certo, a posição do Estado pode-se interpretar, segundo a expressão de Engels, como a de um "capitalista coletivo em idéia"; mas esta posição do Estado não é, entretanto, a posição média dos capitalistas particulares. Com efeito, quando estão em posição de força, estes (os capitalistas particulares — N.T.) pagarão o salário mais baixo possível, na condição de que os trabalhadores venham a se submeter no período seguinte. Isto pode colocar em perigo a reprodução quotidiana do trabalhador e, posteriormente, sua reprodução, de uma geração para outra. O Estado é encarregado da reprodução das condições da acumulação e, por consequência, da reprodução do conjunto da sociedade. Isto faz com que possa opor-se, mesmo violentamente, aos capitalistas particulares, para impor as condições de uma reprodução de longo prazo: seja fixando um salário mínimo, seja limitando a jornada de trabalho, seja impondo um modo de fixação dos salários que garanta a paz social (em particular, fixando, por sua vez, a escala hierárquica dos salários e seu modo de evoluir). Sobre todos estes pontos, uma análise que excluisse o Estado, conduziria à incompreensão do modo de formação dos salários.
- c) o *terceiro nível*: o Estado intervém enfim, num terceiro nível, que é o da reprodução socializada do trabalhador, com diversos determinantes. Inicialmente, do fato de que cada capitalista reproduz "sua" força de trabalho e não os trabalhadores, ele não se encarrega (através do salário) dos trabalhadores que não estão ainda na produção (como as crianças) e daqueles que de lá são rejeitados (doentes, desempregados e idosos). Não existe, aqui, uma automaticidade na intervenção do Estado; ele age quando existe uma conjunção de reivindicações da ala "progressista" da burguesia (desejosa de evitar o risco de uma extinção física da classe dos assalariados e de uma crise revolucionária) e as reivindicações reformis-

tas da classe dos assalariados (o termo reformista não tendo o significado, de forma alguma, de "contra-revolucionária").

Em seguida, o Estado agiliza do lado dos trabalhadores, as condições de mobilidade dos capitais. No que concerne à educação, por exemplo, nenhum capitalista particular teria interesse em financiar um aparelho escolar, se não pudesse se assegurar que os assalariados formados permaneceriam na sua empresa. No entanto, a formação dos trabalhadores pode ser uma condição de reprodução do capital em geral. A ação do Estado é o único meio de resolver esta contradição entre a exigência de mobilidade dos trabalhadores e a exigência de sua formação.

Enfim, já que não se pode identificar capitalismo e escravismo, o Estado se encarrega das condições gerais da reprodução dos trabalhadores, aquelas que não são ligadas a sua utilização por um capitalista particular, mas como uma exigência da valorização: política de urbanização (vias de comunicação, água, esgotos, "habitação social", etc...), mas também política de controle ideológico e policial.

Malgrado o uso do termo "condições", não se trata, aqui, de uma interpretação puramente funcionalista. Com efeito, a corrente dominante de interpretação marxista do papel do Estado supõe, em geral, que a reprodução da relação entre classes sociais pode ser explicada levando-se em consideração apenas as relações de troca; o Estado tendo por função facilitar estas relações e aumentar (ou impedir a diminuição) a taxa de lucro. Na interpretação que é aqui proposta, é a existência da relação salarial e, por isso mesmo, do lucro capitalista, que é inconcebível sem o Estado.

5.º) Isto nos conduz à quinta implicação dos elementos da teoria do assalariamento proposto mais acima, que é de ordem mais metodológica; ela concerne às relações entre as diferentes ciências sociais. A economia política se apresenta, geralmente, como a única ciência social que é auto-suficiente. Quer dizer, que seria capaz, sozinha, de propor uma visão geral e coerente da sociedade, já que, de um lado, ela dispõe de uma capacidade infinita de medida e, de outro, dispõe de uma norma (taxa geral de lucro), que seria o pivô dos mecanismos de auto-regulação. Então, a economia política não reconhece nenhum direito à existência das outras ciências sociais (como no caso da escola de Chicago, que pretende dar uma interpretação exclusivamente econômica de todos os comportamentos humanos), nem as admite mais de que a título secundário; as outras ciências sociais teriam, por tarefa, estudar as relações sociais particulares, que apenas intervêm a título de parâmetros na análise econômica (mas sem determinar o "coração" das relações sociais).

O que foi dito acima, em particular no que concerne ao papel do político, exclui uma tal visão. A economia política não pode pretender, nem conter seus próprios determinantes, nem produzir sua própria norma de auto-regulação, nem, ainda, explicar o mecanismo de regulação social. A hierarquia entre as ciências sociais, proposta pelos economistas, não tem nenhum fundamento epistemológico. Isto não exclui que ela exista; mas isto é, antes de tudo, o produto de relações de força, essencialmente em favor dos economistas, no seio das instituições.

# RAÍZES Nº 1

JUL/DEZ.  
1982

## SUMÁRIO

A Diretoria: Apresentação da Revista. . . . . 3

## ARTIGOS

Marcel Jollivet: O lugar dos camponeses na estrutura de classes: algumas reflexões gerais a partir de um caso particular. . . . . 5

Nilson Araújo de Souza: Natureza e contradições da reanimação econômica de 1978/79: prelúdio de uma recessão. . . . . 25

Gustavo Lins Ribeiro: Aspectos contemporâneos da questão indígena. . . . . 45

Gilda de Castro Rodrigues: O método histórico em Etnologia: Evans-Pritchard e Lévi-Strauss. . . . . 55

Elimar Nascimento: O conceito de revolução em Gramsci. . . . . 71

A Diretoria: Seminário "Agricultura e Desenvolvimento". . . . . 86

Manuel Correia de Andrade: A agricultura e os desafios do desenvolvimento no Nordeste do Brasil. . . . . 87

Alberto Passos Guimarães: O complexo agroindustrial como etapa e via do desenvolvimento da agricultura. . . . . 99

Francisco Barreto: Notas acerca da intermediação institucional recente e seus efeitos sobre o processo de ocupação de áreas de fronteiras da Amazônia e Centro-Oeste. . . . . 105

Marcelo Grandin: Considerações em torno do tema Agroindústria e Desenvolvimento. . . . . 123

José Francisco da Silva: As reformas agrárias no processo de desenvolvimento. . . . . 135

## NOTAS E COMENTÁRIOS

Josemir Camilo: Karl Popper: Filosofia da ciência ou imobilismo ideológico? . . . . . 147

Jurandir Antonio: Energia e Desenvolvimento. . . . . 157

Ivony Lídia Monteiro Saraiva: A questão cooperativista numa "cooperativa" da Paraíba. . . . . 165

# CRÍTICA À IDÉIA DO VALOR FUGAZ A PROPÓSITO DO VALOR DA FORÇA DE TRABALHO \*

Reinaldo Antonio Carcanholo \*\*

Uma de nossas preocupações na atualidade é o estudo da determinação teórica da magnitude do valor da força de trabalho, em um nível mais concreto de análise que aquele utilizado por Marx em "O Capital". Nesse caminho, encontramos-nos com uma concepção que se coloca como marxista, embora heterodoxa, que sustenta a inexistência de valor na força de trabalho. Em outras palavras, afirma que a força de trabalho não é uma mercadoria. Essa é a perspectiva de um artigo de Bruno Lautier<sup>1</sup> (que aparece nesta Revista) e de outras publicações.<sup>2</sup>

O objetivo destas notas é polemizar com essa concepção, não com a pretensão de avançar no estudo da magnitude do valor da força de trabalho, mas como um ponto de partida necessário.

Não será nosso propósito nem indicar nem discutir as diversas conclusões de Lautier nessa publicação; nesse sentido estas notas não pretendem ser uma crítica ao seu artigo. Consideramos suficiente, para nossos propósitos, discutir a base teórica de seu ponto de vista, que consiste em negar a existência de valor na força de trabalho: discutiremos então sua idéia de valor que, por certo, nada tem a ver com a teoria do valor construída por Marx. Acreditamos que, mostrada a incorreção de seu ponto de partida, perderão relevância as conclusões dele derivadas.

Uma só das implicações da referida concepção, pode ter sentido indicar aqui, pois mostrará talvez que este debate tem significação superior ao de uma simples discussão sobre sutilezas da teoria do valor. Trata-se do fato de que, ao negar-se a existência de valor na força de trabalho, nega-se ao mesmo tempo a teoria da mais-valia, da exploração capitalista. Poder-se-á inventar uma nova, mas está por ver-se até que ponto não responderia às expectativas de construção de um capitalismo reformado, menos selvagem.

Lautier é muito claro quando indica essa conseqüência de sua idéia de valor:

"As conclusões as quais eu chegarei, poderão parecer muito críticas em relação a Marx. Com efeito, uma dessas conclusões é que a teoria da mais-valia, que é, sem dúvida, o coração da teoria econômica de Marx, não é coerente."<sup>3</sup>

"Ora, o raciocínio de Marx é insatisfatório: não se pode, apesar do que ele afirma, determinar um 'valor da força de trabalho' que seria a base de uma medida da mais-valia."<sup>4</sup>

(\*) Agradeço os comentários de meus colegas do grupo de pesquisa sobre Reprodução da Força de Trabalho, especialmente os de Manoel L. Malaguti.

(\*\*) Do Mestrado em Economia da UFPb – Campina Grande.

(1) LAUTIER, Bruno. *Trabalho Assalariado, Socialização do Trabalhador e Estatuto de Trabalho*. Raízes. Campina Grande, pp. 5 a 17.

(2) Ver referências nas páginas seguintes.

(3) LAUTIER, B. op. cit., p. 5.

(4) Idem, p. 5.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano VI	Nº 6	19 a 32	Jan.86/mar.88
-------------	----------------	--------	------	---------	---------------

No referido artigo, lamentavelmente o autor não se estende sobre o assunto e não permite, portanto, mesmo que quiséssemos, uma discussão maior da questão. É verdade que no livro que escreveu em conjunto com Ramón Tortajada<sup>5</sup> o assunto é tratado com maior detalhe, mas com uma perspectiva algo diferente sobre a força de trabalho.

## O ARGUMENTO DE LAUTIER

Vejamos o argumento de Lautier para negar a existência de valor na força de trabalho. Na sua expressão mais resumida, consiste em negar a possibilidade de que um mesmo valor realize-se duas vezes.

Supondo que o valor da força de trabalho fosse igual (em magnitude) ao valor dos bens de consumo destruídos na sua reprodução e, portanto, aceitando que o trabalho doméstico é improdutivo desde o ponto de vista mercantil, afirma:

"(...) o valor dos bens de consumo *já* está realizado *antes* da produção da força de trabalho (...) A venda da força de trabalho, se era realização de um valor, seria a segunda realização de um mesmo valor (aquele dos bens de consumo), sem que nada, nenhum processo de trabalho socialmente reconhecido, tenha ocorrido entre estas duas realizações. Isto é totalmente incompatível com a definição que Marx dá de valor."<sup>6</sup>

O conteúdo do argumento, na verdade, é idêntico ao apresentado por ele mesmo em oportunidade anterior:

"A venda da força de trabalho só poderia então ser concebida como segunda realização do mesmo valor, o que seria contraditório com todas as bases da teoria que Marx elaborou sobre o valor."<sup>7</sup>

A primeira vista o argumento poderia parecer pouco relevante, sem maior significado, uma vez que em Marx (e adiantamos nossa opinião) a realização do mesmo valor, mais de uma vez, não é um problema teórico.

No entanto para Lautier ele é decisivo, definitivo. Isso porque, a despeito de que o autor sugere basear-se na própria teoria do valor de Marx, o que ele faz é partir de uma idéia de valor absolutamente estranha a esse autor. A essa idéia de valor, nós cremos poder chamá-la de *idéia do valor fugaz* e a ela dedicaremos algumas observações posteriormente.

É verdade que Lautier também coloca a possibilidade de entender-se que a magnitude do valor da força de trabalho seria igual a magnitude do valor dos meios de consumo, somado ao suposto valor produzido pelo trabalho doméstico necessário a reprodução da mesma. Dessa maneira, o trabalho doméstico seria produtivo.

No entanto, o autor descarta essa possibilidade, pois a considera incompatível com a teoria de Marx e afirma:

"Marx abandona esta primeira possibilidade, em razão de ter afirmado que 'qualquer um que, por seu produto, satisfaz suas próprias necessidades não cria

(5) LAUTIER, B. et TORTAJADA, R. *École, Force de Travail et Salarariat. Matériaux pour une Critique de l'Économie de l'Éducation*. Presses Universitaires de Grenoble/François Maspero, Paris, 1978.

(6) LAUTIER, B. op. cit., p. 8.

(7) LAUTIER, B et TORTAJADA R. op. cit., p. 97.

mais do que valor-de-uso pessoal' e não um valor."8

Na verdade, Marx não abandona essa possível maneira de entender a determinação da magnitude do valor da força de trabalho, pois em nenhum momento a considerou. O que acontece é que Lautier, partindo da idéia de que a magnitude do valor da força de trabalho deve determinar-se da mesma maneira que a das outras mercadorias, analisa a possibilidade de que na produção daquela, os meios de consumo fossem considerados como capital constante e o trabalho doméstico como trabalho produtivo. Evidentemente chega, a partir disso, a conseqüências absurdas, mas absolutamente estranhas a Marx.<sup>9</sup>

Mas voltemos à questão central: ao argumento de que a força de trabalho não pode ter valor, não pode ser uma mercadoria, pois sua venda seria uma segunda realização do mesmo valor. Voltemos ao problema da idéia do valor fugaz.

## A IDÉIA DO VALOR FUGAZ

Lamentavelmente não contamos com uma exposição mais ampla de Lautier sobre o que entende por valor. Nos trabalhos considerados, seu objetivo era outro e não teria por que dedicar-se mais extensivamente ao assunto. No entanto, algumas referências explícitas temos de sua opinião.

"Com efeito, para Marx, o valor é o resultado de um processo de trabalho vivo, concreto, que procura se fazer reconhecer socialmente na circulação. (...) o valor se torna socialmente real apenas na circulação, quando de sua 'realização', no momento mesmo onde ele se separa da mercadoria para voltar — sob a forma de dinheiro — ao vendedor."<sup>10</sup>

"No processo geral de determinação do valor de uma mercadoria, o valor não está constituído ao sair da produção. O trabalho concreto gasto deve fazer-se reconhecer para que o valor torne-se real (seja "realizado")" (...)11

Para Lautier, o valor só se torna real, só existe, na circulação.<sup>12</sup> Um valor de uso qualquer é produzido, e nesse momento o valor ainda não existe como real, ele só é um valor potencial. Imediatamente depois de vendido (comprado) ele já não tem valor, teve valor. Nas mãos do vendedor, antes da venda, o produto ainda não tem valor; nas mãos do comprador, depois da compra, ele já não tem valor; deixou de tê-lo. Um valor-de-uso só é, ao mesmo tempo, valor, no

(8) LAUTIER, B. cit., p. 8.

(9) As mesmas idéias, argumentos e conclusões, algo mais desenvolvidos, aparecem em: LAUTIER, B. et TORTAJADA, R. op. cit., p. 93 a 96.

(10) LAUTIER, B. cit., p. 8.

(11) LAUTIER, B. et TORTAJADA, R. op. cit., p. 97. O mínimo que se poderia dizer aqui é que, quando esses autores falam de valor, não se referem ao conceito tal qual foi concebido por Marx; maior diferença não poderia encontrar-se:

"Uma vez concluído o contrato entre comprador e vendedor, resulta da natureza particular do artigo (da força de trabalho, RC) alienado, que seu valor-de-uso não está ainda realmente nas mãos do comprador. Seu valor, como aquele de qualquer outra mercadoria, já estava determinado antes que ela entrasse na circulação, porque sua produção tinha exigido o dispêndio de uma certa quantidade de trabalho social". Marx, K. *Le Capital*. Editions Sociales, Paris, 1977. L 1, Cap. VI, p. 134. (M. Barcellos também colaborou comigo nas traduções do francês). Na edição em Português, Civilização Brasileira, Rio, 1980, ver. L. 1, V. 1. Cap. IV, p. 194.

(12) Ver também LAUTIER, B. cit., p. 8.

momento de sua venda-compra; somente nesse instante.

Se fosse assim, nas mãos do vendedor, o produto enfrentaria uma situação muito interessante. Marx mostra que, para aquele, o produto é um não-valor-de-uso e justamente por isso ele deseja vendê-lo.<sup>13</sup> Para Lautier também é um não-valor. Nessa circunstância, curiosamente, o produto não seria nem valor-de-uso, nem valor; não seria nada.

Não podemos negar que, de certa maneira, Lautier tenha algo de razão; mas isso, exciusivamente, numa época muito primitiva na história do desenvolvimento do valor, da mercadoria, da sociedade mercantil. Nesse momento, quando ainda o valor e a mercadoria estão em fase embrionária, a circulação é o polo dominante na contradição produção/circulação. Seguramente isso é o que acontece na etapa de predomínio da forma simples do valor (o escambo), quando o intercâmbio ainda é eventual, a mercadoria tem existência efêmera, o valor é na realidade (e não só no pensamento) verdadeiramente fugaz. Neste caso, a circulação é tão dominante sobre a produção que Marx reconhece que a própria magnitude do valor está determinada pela grandeza do valor-de-troca e não o inverso.<sup>14</sup>

No entanto, desde então, muita coisa aconteceu na história. Entre a época do domínio da forma simples do valor e o atual capitalismo desenvolvido, a sociedade sofreu muitas transformações. Todo esse processo pode ser compreendido abstratamente como o processo de desenvolvimento da mercadoria, que consiste e se explica no desenvolvimento da contradição valor/valor de uso: de dominado, o valor passa progressivamente a ser dominante. Ao mesmo tempo, processa-se o desenvolvimento da contradição produção/circulação, transformando-se aquela (a produção) gradativamente em dominante. Se antes a circulação era quem fundamentalmente determinava a existência do valor, agora não, a produção tomou seu lugar.

No capitalismo atual, onde a produção domina a circulação (dominação no sentido dialético) é aquela a determinante do valor. Este existe antes de ser lançado na circulação, no momento mesmo em que é produzido o valor-de-uso. E sua existência não é potencial, ela é real. A produção de valores-de-uso é, mesmo na intenção de seus produtores, produção de valor. Trata-se na verdade de uma produção de valores, e o valor-de-uso só aparece por uma lamentável exigência do real (que aqui se contrapõe à lógica do capital). É possível que o produto não seja vendido e destrua-se; desde o ponto de vista teórico não existe nenhum problema: um valor produzido destruiu-se com o desaparecimento de sua base material (o valor-de-uso). Com o capitalismo desenvolvido, desaparece do real a fugacidade do valor; ela só poderá permanecer no pensamento.

Tratamento diferente parece ser dado por Lautier ao dinheiro: "... no momento onde ele (o valor, RC) se separa da mercadoria para voltar — sob a forma de dinheiro — ao vendedor." O dinheiro seria, assim, o único portador permanente de valor e isso seria de certa maneira coerente com sua opinião, pois esta-

---

(13) "Para ele (o vendedor, RC), a mercadoria não tem nenhum valor-de-uso imediato. Ao contrário, se ela o tivesse, ele não a levaria ao mercado. (...) Todas as mercadorias são não-valores-de-uso para seus possuidores (os vendedores, RC) (...)" Marx, K. *Le Capital*. ed. cit. L. 1, Cap. II, p. 77. (Na edição em Português citada, ver p. 95 e 96).

(14) Ver Marx, K. *Le Capital*. ed. cit. L. 1. Cap. I. p. 62 e Cap. II, p. 79. (Em Português, ed. cit., p. 72 e 98).

ria sempre na circulação (e o valor, para ele, só aí existe). No entanto, isso lhe produziria uma dificuldade: a) ou o dinheiro é também mercadoria e isso implicaria a existência de dois tipos diferentes de mercadoria (ao que parece, inaceitável para o autor) b) ou não o sendo e não possuindo valor-de-uso, o dinheiro seria simplesmente valor ou nada mais, nada menos que o próprio valor.

Além disso, se é verdade que "a riqueza das sociedades onde impera o regime capitalista de produção" é fundamentalmente valor, para Lautier riqueza e dinheiro confundir-se-fam.

Para os agentes da produção, isto é, para os indivíduos da sociedade, o dinheiro só pode ser visto como fetiche: sua capacidade de comprar todas as coisas do mundo parece dever-se a suas propriedades naturais, a uma lei extra-social. Lautier não está isento de uma visão fetichizada do dinheiro, só que de outro tipo: para ele só o dinheiro é portador de valor e as demais coisas mundanas, vulgares (as mercadorias), só adquirem valor no instante de seu contato com o dinheiro (no momento da compra-venda) para deixarem de tê-lo no momento imediatamente seguinte.<sup>15</sup> O dinheiro seria um Deus todo poderoso, único possuidor eterno de valor; os simples mortais (as mercadorias) contentar-se-fam com respirar, um instante, a natureza divina (o valor), no momento em que Deus lhes tocasse a cabeça; mas Ele deve tocar a cabeça de cada um, de todos eles, uma vez e, por isso, não pode gastar mais que um instante minúsculo de tempo, cada vez menor, pois o número de mortais (das mercadorias) cresce rapidamente no tempo.

Analisemos agora a circulação do valor como capital

$$D - M \begin{cases} M_p \\ F_{dt} \end{cases} \quad \dots P \dots M' - D', \text{ e apliquemos a}$$

idéia do valor fugaz. Ali, os meios de produção,  $M_p$ , no momento imediatamente seguinte ao que são comprados, deixariam de ter valor, pois o processo de produção  $P$  está fora do âmbito da circulação (no sentido restrito). Assim, não se entenderia como  $M_p$ , sem ter valor, seria capaz de transferir (através do trabalho concreto) valor ao produto final. O capital deixaria de ser valor que circula de

(15) De certa forma, Lautier parece seguir o "escocês Mac Leod":

"Ressalta de nossa análise, que é da natureza do valor das mercadorias que provém sua forma, e não ao contrário, que da forma de sua expressão na relação de troca decorra o valor e sua grandeza. (...) Os mercantilistas destacam a dimensão qualitativa da expressão do valor, conseqüentemente, a forma equivalente da mercadoria, facilmente perceptível na forma dinheiro; os modernos campeões do livre-cambismo, ao contrário, querendo se desembaraçar a qualquer preço de sua mercadoria, ressaltam, exclusivamente, a dimensão quantitativa da forma relativa do valor. Para eles, não existe, então, nem valor nem grandeza de valor fora de sua expressão na relação de troca. (...) O escocês Mac Leod, que assumiu a tarefa de vestir e adornar com um enorme requinte de erudição as confusas conjeturas econômicas de Lombardstreet — a rua dos grandes bancos de Londres — forma a síntese brilhante dos mercantilistas supersticiosos e dos espíritos fortes do livre-cambismo." Marx, K. op. cit. L. 1, Cap. I, p. 60 (em Português, ed. cit. V. 1, Cap. I, p. 69). Essa citação de Marx indicaria também que a idéia do valor fugaz teria como antecedente as concepções dos "campeões do livre-cambismo".

determinada maneira e que se valoriza; não poderia ser um valor que vai assumindo cada vez forma diferente, forma essa que cumpre função específica, cada uma delas, e que finalmente culmina com a valorização. Dessa maneira a única modalidade compreensível de capital seria justamente sua forma mais absurda, mais irracional e mistificadora: o capital a juros  $D - D'$ .

O aparecimento histórico do valor-capital ou, o que é a mesma coisa, a transformação do valor em capital, implica um enorme salto no desenvolvimento da contradição valor/valor-de-uso, ou da unidade mercadoria. Nesse momento inaugura-se a era do domínio completo, embora contraditório, do valor sobre o valor-de-uso, e aquele passa a adquirir status de realidade social substantiva, com movimento próprio. De mera propriedade ou característica social das mercadorias, contida nelas, transforma-se em realidade independente. De simples conteúdo passivo e subordinado às suas formas substantivas (a mercadoria e o dinheiro), o valor converte-se em agente social autônomo e com vida própria, perceptível através do seu movimento e do qual, a mercadoria e o dinheiro chegam a ser simples manifestações subordinadas.<sup>16</sup>

É justamente no ciclo do capital industrial que o valor revela claramente sua vida autônoma, seu movimento próprio e sua realidade substantiva, fazendo assim do fetichismo não um erro de um observador pouco atento, mas uma determinação realmente existente na sociedade capitalista.

"Aqueles que consideram a conquista de uma existência independente pelo valor, como uma pura abstração, esquecem que o movimento do capital industrial é esta abstração em ação."<sup>17</sup>

E também: "Quanto mais as revoluções do valor se fazem agudas e frequentes, mais o movimento do valor torna-se independente e automático, com a potência de um processo elementar da natureza (...) Essas revoluções periódicas do valor confirmam, então, o que elas pareciam refutar: a existência independente que o valor assume na qualidade de capital e que conserva e acentua pelo seu movimento."<sup>18</sup>

---

(16) "Mas vimos que na circulação simples completa-se uma separação formal entre as mercadorias e seu valor, que se coloca frente a elas sob o aspecto de dinheiro. Agora, o valor apresenta-se, imediatamente, como substância motriz dele mesmo, para o qual mercadoria e dinheiro não são mais do que puras formas. Ainda mais, em lugar de representar relações entre mercadorias, ele (o valor, RC) entra, por assim dizer, em relação privada consigo mesmo." Marx, K. op. cit., L. 1, Cap. IV, p. 120 (em Português, ed. cit., L. 1, V. 1, Cap. IV, p. 174).

Em outro lugar:

"O valor — diz Bailey, insurgindo-se contra o fato de que o valor atinge a independência, fato que caracteriza o modo de produção capitalista e que ele trata como ilusão de certos economistas — é uma relação entre mercadorias simultaneamente existentes, já que apenas estas mercadorias podem ser trocadas uma com outra. (...) A definição de Bailey resulta de sua confusão generalizada, que o leva a identificar valor-de-troca e valor e a não ver nenhuma diferença entre a forma do valor e o valor em si mesmo; (...) Bailey não tem a menor idéia do fato de que um valor não funciona como valor-capital e não ser sob a condição de permanecer idêntico a ele mesmo e de ser comparado a si mesmo nas diferentes fases de seu ciclo (...)." Marx, K. op. cit., L. 2, Cap. IV, p. 95 (em Português, ed. cit., L. 2, V. 3, Cap. IV, p. 108 e 109)

(17) MARX, K. op. cit., L. 2, Cap. IV, p. 94 (em Português, ed. cit. L. 2, V. 3, Cap. IV, p. 107).

(18) Idem, p. 95 (em Português, idem, 108).

Sendo assim, outra vez temos que aceitar que, de certa maneira, Lautier tel algo de razão. Sendo verdade que o dinheiro aparece como única forma independente e completa de valor e que este não tenha existência substantiva *antes do nascimento do capital*, o valor, nessa época, só apresenta existência indiscutível no dinheiro. Então, para Lautier, só este é o portador permanente de valor; as mercadorias o contém de maneira efêmera. Seu erro, no entanto, está em atribuir ao conceito de valor em geral, as características que apresenta na sua pré-história. Talvez isso possa ser explicado pela compulsão de tratar as categorias como se fossem estáticas, sem história, obrigando-as a encerrarem-se nas estreitas limitações de uma definição formal.

Na verdade, é muito difícil atribuir com segurança essas e outras críticas à concepção de valor de Lautier, uma vez que, como dissemos, ela não é suficientemente explícita. No entanto, uma posição similar e explícita, podemos encontrar em um artigo de De Vroey.<sup>19</sup>

Esse autor parte da afirmação de que a utilização do conceito de mercadoria está impregnado de ambiguidade e o objetivo central do seu artigo é defini-la.

Existiriam, para ele, duas acepções, uma ampla e outra restrita. No sentido amplo, mercadoria seria tudo aquilo que se transfere a outrem em troca de dinheiro e, portanto, que tem preço.<sup>20</sup> Tal acepção não lhe é aceitável.

No sentido restrito, segundo o autor, três condições deveriam ser cumpridas para que algo fosse considerado como mercadoria: a) caráter privado da decisão de produzir, b) produto de um trabalho profissional ("atividade profissional") e c) necessidade de venda efetiva.<sup>21</sup>

Evidentemente, com isso, a força de trabalho ficaria, a priori, excluída, uma vez que sua reprodução é resultado do trabalho doméstico e não de atividade profissional.

Mas não é só isso, o conceito de mercadoria e, portanto o de valor, só existe, para ele, no instante específico de operação compra-venda:

"No sentido restrito, o conceito de mercadoria aplica-se aos valores-de-uso apresentados no mercado, no momento específico de sua venda (...) "<sup>22</sup>

É também: "Esta (a mercadoria, RC) como categoria teórica, não é coextensiva com a duração da vida física do valor-de-uso, que é o seu suporte material. De um lado, não se pode falar de mercadoria senão quando o valor-de-uso oferecido no mercado é efetivamente vendido. De outro lado, como incremento do estoque de valores-de-uso socializados e suporte da criação de um ingresso, a mercadoria vendida não pode ser contada mais que uma vez.<sup>23</sup> Em consequência, uma dada atividade de produção não pode evidentemente ser validada mais

---

(19) De Vroey, Michel. *Marchandise, société marchande, société capitaliste*. Um réexamen de quelques définitions fondamentales. in *Cahiers d'Économie Politique* n. 9. Éditions Anthropos. Paris, 1984, p. 109 a 135.

(20) Ver *idem*, p. 110.

(21) Ver *idem*, p. 111 e 112.

(22) *Idem*, p. 111.

(23) É evidente que as sucessivas compras-vendas de uma mesma mercadoria não podem incrementar a riqueza total, o valor total produzido. Mas essa não é a questão. (A observação foi lembrada por M. L. Malaguti).

que uma vez."<sup>24</sup>

Aceitemos por um momento a tese desse autor: o valor e portanto a mercadoria só tem existência, só é real, só existe, e não potencialmente mas realmente, no momento da venda. Perguntemos agora o que é uma venda. Evidentemente trata-se de uma operação dupla: *venda por um lado e compra por outro. Trata-se de um intercâmbio: A entrega mercadoria a B, B entrega dinheiro a A.* Na verdade, esse ato implica o transcurso de certo tempo que pode ser maior ou menor, variando com muitos fatores que não nos interessam aqui. Pensando bem, para haver compra e venda não é necessário a entrega imediata do dinheiro a A; está aí o crédito para prová-lo. Pensando melhor, *tampouco é necessário a entrega da mercadoria de A para B.* Como A confia na seriedade de B, B não tem por que não chegar a confiar em A e pode perfeitamente aceitar uma certa quantidade de mercadoria específica, sem vê-la, que se encontra armazenada, sob responsabilidade de C. Assim, o ato de compra e venda simplificou-se muito; já não é necessário ver a mercadoria, *pesá-la, transferi-la de mãos, contar a quantidade de moedas de ouro ou prata correspondente ao seu preço.* Bastam duas assinaturas: uma de promessa de pagamento e outra de autorização para retirar os valores-de-uso do armazém. Evidentemente com isso o tempo necessário para a operação compra-venda reduziu-se muito.

Se levarmos ao extremo, *mas sem sair do que podemos encontrar efetivamente na realidade capitalista de hoje, a operação compra-venda não é mais que a manifestação de desejo firme, de dois agentes que por experiência prévia, confiam um no outro.* Não é necessário nem as assinaturas nos documentos referidos; pelo menos é o que acontece nas bolsas, onde os operadores realizam inúmeros atos de compra-venda em instantes de tempo. E a tecnologia, com os computadores, por exemplo, procura reduzir ainda mais esse tempo, já extremamente pequeno, necessário a uma compra-venda.

Com isso, talvez a melhor forma de negar a existência do valor seja realmente essa: a idéia do valor fugaz, nem bem surge, desaparece.<sup>25</sup> Com ela, *desaparece também a mercadoria, desaparece o valor.* Curiosamente sobrevive o preço, pois este é aquela etiqueta que se coloca sobre o valor-de-uso e que diz US\$ 1.00. Que fácil fica desterrar o valor às catacumbas mentais de filósofos do século dezanove, e ficar exclusivamente com o preço, concreto, real, observável!

Mas não é só a isso que podemos chegar. Que podemos dizer do mercado futuro? *Vendo hoje 200 ton. de cobre que só conseguirei produzir o ano que vem.* Curiosamente aqui o valor existe, é real, antes de produzir-se o valor-de-uso, *antes de tornar-se valor potencial.* O valor existe antes que seu suporte material; quando este aparece no mundo real, aquele já desapareceu há muito tempo. Curioso suporte material! E assim, a idéia do valor fugaz converte-se aqui em *idéia do valor que antes de chegar a ser potencial, foi real.* Evidentemente, nem antes nem depois da conversão isso é aceitável.

---

(24) Idem, p. 115. Logo se elimina do campo mercantil aquelas coisas já vendidas e também a força de trabalho.

(25) Marx utiliza a expressão "forma fugaz do valor", mas em outro sentido, referindo-se ao dinheiro como meio de troca. Ver K. Marx. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Martins Fontes, São Paulo, 1977. p. 142. Ver também idem, p. 126. (M.L. Malaguti indicou-me essas passagens).

No artigo referido, De Vroey dedica-se a desenvolver sua definição de mercadoria, inclusive relacionando, em certo momento, aquelas coisas que não seriam mercadorias. Sua coerência é louvável, na verdade, mas obriga-o a concluir, por exemplo, que o trabalho comercial, entre outros, é produtivo.

“Se os serviços da circulação resultam ser objeto de um trabalho profissional, eles entram no campo da mercadoria da mesma maneira que as outras mercadorias.”<sup>26</sup>

Aceitando (por ser correta) sua conclusão de que mercadoria pode ser um bem material ou um serviço,<sup>27</sup> no que se refere ao trabalho no comércio, somos obrigados a pensar que esse autor não separa teoricamente o que é propriamente atividade comercial (realizar operações de compra-venda definidas como simples transferência legal de propriedade de uma mercadoria) das várias atividades que são cumpridas por um comerciante (transporte, fracionamento de produtos, armazenagem, embalagem, etc.; evidentemente, atividades produtivas) ou então, não tem em conta a análise de Marx no Tomo II do Capital sobre o ciclo do capital. Nessa análise, Marx mostra que o capital comercial não é mais que a substantivação da função  $M'$  e que essa função, que ocorre exclusivamente na circulação e que é posterior a função do capital produtivo  $P$ , não pode ser produtiva.

É possível que a idéia de valor de De Vroey, também a de mercadoria, tenha como origem sua explícita intenção de destacar o caráter social desse conceito. Tal conclusão derivaria do destaque que ele dá a uma citação de Aglietta onde este autor afirma que a mercadoria é uma relação social de troca.<sup>28</sup>

Partindo da idéia de que o valor (ou a mercadoria) seja uma relação social de troca, facilmente chegaríamos à concepção do valor fugaz e, inclusive, estaríamos a um passo da identificação entre valor e valor-de-troca.

O problema é que valor não é propriamente a relação social e, menos ainda, a relação social de troca. Valor é uma característica dos produtos na sociedade capitalista; é verdade que ele é uma determinação histórica e social dos produtos, mas não a própria relação social. O certo é que valor é a manifestação, nos produtos, das particulares relações sociais de produção da sociedade mercantil. Entre ser manifestação de e ser a própria relação social, existe uma enorme diferença.

Voltemos nossa atenção agora a uma apreciação geral do artigo de De Vroey. Trata-se então de um procedimento formal e racional de definir um objeto, ou melhor, um conceito, uma idéia; a idéia de mercadoria. Feito isso, e aceitando como válido tal procedimento, é inevitável buscar na realidade aquelas coisas que atendem a essa definição; dividir as coisas da realidade em duas partes: aquelas que pertencem e aquelas que não pertencem ao campo daquela idéia. Sem poderosas razões que justifiquem essa e não outra definição, inevitavelmente estaremos caindo em um “conceito” absolutamente arbitrário e isso é o que acreditamos encontrar. As justificativas apresentadas na seção “A razão de ser de definição restrita” não parecem suficientes, sendo a terceira, absolutamente inaceitável:

---

(26) De Vroey, M. op. cit., p. 113

(27) Ver idem, p. 112.

(28) Ver De Vroey, op. cit. p. 116. A citação de Aglietta origina-se de M. Aglietta, *Regulación et crise du capitalisme*. Calmann-Levy, 1976, p. 142.

"A distinção (entre mercadoria no sentido amplo e restrito, RC) permite enfim lançar uma perspectiva nova e crítica sobre os fundamentos centrais da economia política marxista, a saber, sua teoria da mais-valia".<sup>29</sup>

Evidentemente ninguém pode demonstrar que sua definição não é arbitrária alegando que com ela se é capaz de combater melhor seus adversários. Com isso, aproxima-se mais da demonstração de que ela é efetivamente arbitrária.

De Vroey tem um curioso procedimento. Depois de definir o que ele acredita ser mercadoria, tendo o cuidado de que a força de trabalho não esteja incluída nela, afirma que Marx comete uma incorreção na teoria da mais-valia ao tratar a força de trabalho como se fosse mercadoria:

"O erro reside na afirmação de que a força de trabalho intercambia-se por seu valor.<sup>30</sup> Há aqui um amálgama: uma não mercadoria, a que não é pertinente um princípio de equivalência, é tratada como uma mercadoria. Dos primeiros capítulos de "O Capital" até aquele no qual o salário é introduzido, um deslize é cometido. Inicialmente, o raciocínio desdobra-se num universo mercantil homogêneo, no qual só existem produtos do trabalho, todos mercadorias. Mas com a introdução da força de trabalho, o contexto do raciocínio muda. Então, dois tipos de mercadorias coexistem: de um lado o conjunto dos mercados tendo mercadorias por objeto e às quais a lógica da equivalência é pertinente e, do outro lado, o mercado da força de trabalho no qual essa lógica nada tem a fazer."<sup>31</sup>

Por outro lado, independente de que a definição de mercadoria considerada seja ou não arbitrária, o fato é que o procedimento é pobre se comparado com o de Marx. A crítica de De Vroey de que Marx não define, não procede. Definir mercadoria em Marx é empobrecer cientificamente sua análise.

## A RIQUEZA DA CATEGORIA MERCADORIA EM MARX

No Capital, Marx parte da constatação, empiricamente observável, de que a riqueza capitalista é mercadoria. A seguir estuda-a através da observação e descobre seu valor-de-uso e seu valor. A partir de sua gênese, estuda o processo de desenvolvimento daquela categoria, que se explica pelo desenvolvimento da contradição interna valor/valor-de-uso. O desenvolvimento da forma do valor não é mais que outra face do desenvolvimento das próprias relações mercantis, ambas expressões do movimento daquela contradição interna à mercadoria.

Como movimento, processo de desenvolvimento, que é, a mercadoria não pode ser captada em toda sua dimensão por qualquer definição estática e formal. Defini-la é reduzi-la a algo acabado, quando ela é processo, movimento. É por isso que Marx nunca a define.

---

(29) Idem, p. 122.

(30) Para De Vroey aí está um erro: como intercambiar-se por seu valor se ela não é mercadoria, e portanto, não tem valor?

(31) Idem, p. 122. Curiosamente, De Vroey não se livra de dois mercados: um de mercadorias e outro de não-mercadorias (incluindo a força de trabalho). Talvez fosse necessário, para ele, criar o conceito de não-mercado, que existiria ao lado do mercado. Que curiosa dialética!

É verdade que poderíamos fazer sobre ela afirmações acerca de suas características mais gerais, do tipo: mercadoria é a unidade contraditória cujos polos são o valor-de-uso e o valor. No entanto seriam tão gerais quanto pouco esclarecedoras.

Durante certo tempo, não muito distante, em vários países, a moda foi desconhecer a Marx, desprezá-lo, jogar um manto de silêncio sobre sua obra. Agora, as coisas aparentemente mudaram. Hoje parece que a moda é criticá-lo: nem que para isso, o preço a pagar seja o empobrecimento do conhecimento científico. É o que a ingenuidade racionalista pretende. Ingenuidade porque talvez não seja capaz de reconhecer sua pobreza frente à análise dialética.

A mudança tática, do silêncio à crítica, não é uma novidade na história da existência de O Capital e não é novidade o fracasso de uma e de outra. O mesmo Marx sofreu em vida tal incidente:

“Os porta-vozes cultos e ignorantes da burguesia alemã experimentaram, inicialmente, fazer contra O Capital a conspiração do silêncio, já realizada em relação a meus escritos anteriores. Desde que esta tática não correspondia mais às circunstâncias atuais, eles passaram a escrever, sobre o pretexto de criticar meu livro, umas instruções *para acalmar a consciência burguesa*.<sup>32</sup>

## VOLTA À FORÇA DE TRABALHO

Voltemos agora à questão da força de trabalho em Lautier. Para esse autor realmente a força de trabalho não pode ter valor pois os bens de consumo utilizados pelo trabalhador deixam de ter valor exatamente no momento em que são por ele comprados. Como o trabalho doméstico não é socialmente reconhecido, aqueles bens de consumo não podem ser considerados meios de produção de um processo produtivo capitalista. Então a força de trabalho não é valor, nem mercadoria. É a idéia do valor fugaz.

Na verdade Lautier apresenta dois outros argumentos para negar o caráter de mercadoria da força de trabalho.<sup>33</sup> O primeiro consiste em afirmar que a definição (sic) de Marx sobre assalariamento excluiria a possibilidade de que o trabalhador pudesse ser proprietário de qualquer coisa para vender (“sua” força de trabalho).<sup>34</sup> O segundo, no sentido de que a força de trabalho apresenta tantas diferenças em relação à “definição” de mercadoria que não pode ser considerada como uma delas.<sup>35</sup> Veremos cada um deles.

Em relação ao primeiro argumento, Lautier diz que, no capítulo sobre a Cooperação, Marx teria afirmado que:

“(...) a força de trabalho (*puissance de travail*) é uma força coletiva e que só existe na reunião dos indivíduos. Mas esta reunião se faz sob a dominação do capital que cria a se apropria, ao mesmo tempo, da força produtiva (*force pro-*

---

(32) MARX, K. *Le Capital*, ed. cit., L. 1, posfácio da 2a. edição alemã, p. 18 (em Português, ed. cit., L. 1, V. 1, p. 12 e 13).

(33) Em trabalho anterior, a posição de Lautier era diferente: ele pensava a força de trabalho como uma mercadoria exterior ao capital, sem valor mas possuindo valor-de-troca. Ver LAUTIER, B. et TORTAJADA, R. op. cit. p. 98, 101 a 107.

(34) LAUTIER, B. op. cit., p. 9.

(35) Idem, p. 10.

*ductive*) do coletivo de trabalho. Antes do processo de trabalho (...) o assalariado não possui nada. Ele não tem nada para vender, já que sua força de trabalho (*puissance de travail*) é, como diz Marx (sic), criada pela dominação capitalista."<sup>36</sup>

Não é verdade, Marx não afirma isso. Nem poderia fazê-lo para ser coerente consigo mesmo:

"Sob este nome (capacidade de trabalho ou força de trabalho/*puissance de travail* ou *force de travail*, RC) é necessário compreender o conjunto das faculdades físicas e intelectuais que existem no corpo de um homem, na sua personalidade viva e que ele deve colocar em movimento para produzir coisas úteis,"<sup>37</sup>

Evidentemente, ninguém poderia pensar que o corpo mesmo do assalariado pertencesse ao capital antes de que este compasse a força de trabalho.

O que Marx diz, no referido capítulo sobre a Cooperação, é uma coisa completamente diferente:

"Sua cooperação (a dos trabalhadores, RC) só começa no processo de trabalho; mas lá, eles já deixaram de pertencerem-se. Desde que penetram no processo de trabalho, eles são incorporados ao capital. À medida que eles cooperam, que formam os membros de organismo ativo, não passam de um modo particular de existência do capital. A força produtiva que os assalariados empregam, funcionando como trabalhador coletivo é, por consequência, força produtiva do capital. (...) Porque a força social do trabalho não custa nada ao capital e que, por outro lado, o assalariado só a desenvolve quando seu trabalho pertence ao capital, ela parece ser uma força da qual o capital é dotado por natureza, uma força produtiva que lhe é imanente."<sup>38</sup>

Então, não é a força de trabalho (*puissance de travail* ou *force de travail*) que só existe de maneira coletiva e que portanto parece ser imanente ao capital; ela não é criada no momento do processo coletivo do trabalho. O que faz Lautier, é confundir dois conceitos absolutamente diferentes: força de trabalho (*puissance de travail* ou *force de travail*) e força produtiva do trabalho (ou capacidade produtiva do trabalho, ou produtividade do trabalho; em francês: *force productive du travail*).<sup>39</sup>

Mais grave ainda. No início do mesmo parágrafo referido por Lautier do capítulo da Cooperação, Marx é absolutamente claro e não deixa a menor dúvida sobre o assunto, isto é, sobre o que possui e o que vende o assalariado.

"O operário é proprietário de sua força de trabalho quando discute o preço de venda com o capitalista e só pode vender o que possui, sua força individual."<sup>40</sup>

Vejamos agora o segundo argumento:

---

(36) Idem, p. 9.

(37) MARX, K. *Le Capital*. ed. cit., L. 1. Cap. VI. p. 129 (em Português, ed. cit., L. 1, V. 1, Cap. IV, p. 187).

(38) MARX, K. op. cit., L. 1, Cap. XIII, p. 244 (em Português ed. cit., L. 1, V. 1, Cap. XI, p. 382).

(39) "Por aumento da força produtiva ou da produtividade do trabalho, entendemos, em geral, uma mudança nos procedimentos produtivos, abreviando o tempo socialmente necessário à produção de uma mercadoria (...)" Idem, L. 1, Cap. XII, p. 231 (em Português, ed. cit., L. 1, V. 1, Cap. X, p. 362)

(40) Idem, L. 1, Cap. XIII, p. 243 (em Português, ed. cit., L. 1, V. 1, Cap. XI, p. 382).

“Observa-se, sempre se atendo ao texto de Marx, que a força de trabalho acumula uma soma de especificidades em relação à definição geral da mercadoria, de forma que não se pode mais qualificá-la como tal.”<sup>41</sup>

Desprezando, por pouco relevante, o fato de que a força de trabalho sempre é consumida antes do seu pagamento,<sup>42</sup> resta somente a idéia de que, se a força de trabalho não é vendida, ela não é nada<sup>43</sup> e, relacionando com isso, o fato de que o trabalhador não dispõe daquelas coisas necessárias para, por si mesmo, colocar em função sua força de trabalho.

A conclusão de Lautier é de que, então, a força de trabalho não existe nas mãos do assalariado:

“A força de trabalho (*puissance de travail*) não tem valor, assim como não tem existência nas mãos de seu suposto proprietário;<sup>44</sup> ela tem um preço (...) Sustentar que a força de trabalho é uma mercadoria, assimilando-a às outras mercadorias, é um subterfúgio que não pode mascarar as incoerências do raciocínio.”<sup>45</sup>

Ao contrário do que pensa Lautier, todas as mercadorias nas mãos de seus vendedores não têm valor-de-uso; justamente por isso são vendidas. Nesse sentido a força de trabalho é absolutamente idêntica a todas as demais mercadorias.<sup>46</sup> O fato de que não tenha valor-de-uso para seus vendedores não significa que não tenha valor-de-uso social, valor-de-uso para o capital. Evidentemente, através da lógica formal, não podemos entender isso.

No entanto, é obrigatório reconhecer que a força de trabalho é uma mercadoria específica, que difere das demais em muitos aspectos. Seu aspecto característico é justamente seu valor-de-uso: capacidade de produzir valor e mais valor. O fato de que a mercadoria força de trabalho seja diferentes das demais, não introduz nenhuma novidade: existirão mercadorias exatamente iguais entre si?

A circunstância de que a força de trabalho reúna uma quantidade maior ou menor de diferenças com as demais mercadorias, só pode chegar a criar um problema formal. Se construo, no meu pensamento, uma definição arbitrária de mercadoria, de tal forma que a força de trabalho deliberadamente esteja excluída, obviamente ela não seria mercadoria. No âmbito do formal, no entanto, o problema seria facilmente solucionável inventando uma nova definição mais abrangente, onde intencionalmente estivesse incluída a força de trabalho. No entanto, o problema formal é absolutamente desprezível, pois a realidade desconhece as construções arbitrárias do pensamento.

Na verdade, a conversão da capacidade de trabalho em mercadoria força de trabalho, não se dá no pensamento. Ela é um produto histórico e reveste ca-

---

(41) LAUTIER, B. op. cit., 10.

(42) Idem, p. 10.

(43) Idem, p. 9.

(44) Isto é, não tem valor-de-uso.

(45) Idem, p. 10.

(46) Em outro lugar ele recorda esse fato: “Sem ser valor, a força de trabalho é no entanto mercadoria, que responde às características gerais da mercadoria: possuindo um valor-de-troca para os dois, ela é não-valor-de-uso para seu vendedor e valor-de-uso para seu comprador”. LAUTIER, B. et TORTAJADA, R. op. cit., p. 101.

racterísticas dramáticas, das quais o capítulo sobre a Acumulação Originária d'O Capital é só um exemplo; muitos outros, talvez até mais dramáticos, encontram-se na história da América Latina. A conversão da força de trabalho em mercadoria constitui uma revolução social de grandes proporções: o aparecimento histórico do capitalismo. Talvez tenha sido, depois da descoberta da agricultura, a maior revolução conhecida até agora na História.

# MARXISTAS E NEOCLASSICOS: UMA CONFRONTAÇÃO METODOLÓGICA

Manoel Luiz Malaguti \*

## EXPLICAÇÕES INICIAIS

A elaboração deste texto foi estimulada pela realização de uma palestra proferida no curso de nivelamento do Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba – Campus II, no 1.º semestre de 1987. Trata-se de uma transcrição não literal que pretende-se didática: minimizando, portanto, as imperfeições expositivas de uma palestra, assim como os desvios temáticos e a ela inerentes. Ainda neste sentido, procurou-se adequar o tratamento das questões às necessidades de um curso de graduação, evitando-se, assim, uma circulação e compreensão restritas à especialistas. Ainda aqui, pretendeu-se colaborar no preenchimento de uma lacuna nos estudos introdutórios de metodologia nas ciências econômicas.

A estrutura de nossa exposição parte das afirmações mais genéricas indo até suas implicações na política econômica. Com esta concepção expositiva, o leitor deverá ter uma certa dose de paciência e sempre esperar pelas páginas seguintes, para, só então, apreender em bases mais amplas, afirmações anteriores.

A medida que nos aproximamos do final do estudo, os exemplos tornam-se mais e mais freqüentes, ajudando a dar corpo à proposições cujo sentido era, até o momento, apenas teórico. Em outras palavras: a finalização do texto pretende exteriorizar algumas categorias, cuja existência, consistência e coerência situavam-se no seio da própria teoria, “transladando-as” da teoria para a prática.

É de praxe que em textos com esta estrutura de exposição, uma segunda leitura seja recomendada, como única forma de compreensão das categorias iniciais e, conseqüentemente, de suas implicações lógicas e políticas.

## INTRODUÇÃO

O confronto metodológico, entre marxistas e neoclássicos tem uma dificuldade inicial que, em si, já implica um árduo trabalho prévio, qual seja o de *descobrir em que as duas correntes se contrapõem*: esta descoberta é o desnudamento da unidade contraditória necessária entre as duas principais vertentes do pensamento econômico contemporâneo.

Até hoje, temos visto várias exposições *paralelas* das respectivas metodologias e desconhecemos qualquer tentativa sistemática de demonstrar o que as une como *polos de um mesmo* conhecimento: a Teoria Econômica<sup>1</sup>. Esta visão po-

(\*) Professor de Mestrado em Economia da UFPb – Campina Grande

(1) O trabalho mais interessante que conhecemos e que se preocupa com a confrontação metodológica é o livro de Pierre Salamá “Sobre el Valor”. México, Era, 1978. Recomendamos, ainda, o livro de ROWTHORN, B., MARX, K. & SWEEZY, P. “Para uma Crítica da Economia Política”. Lisboa, Escorpião, s/d.

Rev. RAIZES	Campina Grande	Ano VI	Nº 6	33 a 47	Jan.86/mar.88
-------------	----------------	--------	------	---------	---------------

lar, que concebe a Economia e o conhecimento em geral como um todo indivisível (embora distinguível) é a única que nos permite colocar, lado a lado, neoclássicos e marxistas, mostrando o que, de uma certa forma, possuem de comum, embora por oposição.

Optamos por apresentar os pontos específicos do método marxista logo após a explanação sobre seu correspondente neoclássico: a unidade evidenciar-se-á e o acompanhamento do texto será facilitado.

Para finalizar, chamamos a atenção para a seqüência expositiva adotada: dividimos o texto em 3 partes. Na primeira ("O Método") tratamos de algumas questões mais genéricas do método; as grandes categorias são ali apresentadas. Na segunda ("O que é Abstração") retornamos algumas das grandes categorias com o objetivo básico de demonstrar a distinção entre o processo de abstração e o de formação de modelos explicativos. Na terceira e última parte ("Derivações e Exemplos") extraímos algumas conclusões teóricas e políticas do apresentado nas duas primeiras.

## 1 – O MÉTODO

De um modo muito simples, podemos dizer que ao tratarmos do *método* estamos preocupados com a apreensão das *formas sistemáticas e conscientes da apropriação da realidade*. A cada *forma* de compreensão (sistemática e consciente) do real corresponde uma essência, uma base, que a norteia e define. Esta essência é o que chamamos de *fundamento filosófico* do método.

Entendemos, então, que é apenas a partir da filosofia, ou da concepção de mundo sistematizada que se possui "à priori", que a questão do método pode ser compreendida sem a consideração de todos os "à priori", somente constata-se a existência de métodos distintos. Podemos compreender suas organizações lógicas e operacionalizações, mas nada saberemos sobre o "porquê" da existência de vários métodos e, muito menos, poderemos optar por um ou outro de forma não aleatória. Por conseguinte, faz-se necessário observar a origem das distinções metodológicas, assim como suas *implicações* prático-teóricas e políticas; às implicações prático-teóricas, no que elas têm de elaboração teórica propriamente dita, ou seja, sua lógica interna; às implicações políticas, no que dizem da relação da teoria com o meio – sua atuação sobre a realidade e dimensão objetiva, ou seja, sua *lógica externa*.

### O Fundamento Filosófico

Resolvemos chamar o fundamento filosófico do método neoclássico de "Idealismo Funcionalista"<sup>2</sup>. Quanto ao seu correspondente marxista, empregamos o conceito já consagrado de "Materialismo Dialético". No primeiro caso, forjamos uma categoria cujas determinações *totais* não conhecemos<sup>3</sup>, importan-

---

(2) Embora a concepção funcionalista seja essencialmente idealista, utilizamos os conceitos, em conjunto, para reforçar as características que individualmente possuem e que consideramos, aqui, mais relevantes.

(3) Admitimos que o conceito possa não ser o mais adequado, pois desconhecemos *todas* as alterações e redefinições que a simples junção de duas categorias possam provocar na terceira, agora forjada (ver nota 2).

do-nos apenas, com aquelas que sugerem a Teoria Neoclássica. No segundo caso, embora estejamos frente a uma categoria clássica, com todos seus determinantes teoricamente estabelecidos, também só destacaremos os relevantes para a exposição que nos propomos<sup>4</sup>.

Os neoclássicos buscam as bases de sua teoria no que chama-se de senso comum. Em linguagem apropriada e definida, diríamos que trabalham com a lógica do empírico. Os fenômenos ou a forma como as coisas aparecem, são seus senhores. Presos ao que parece ser, entendem-no como o ser propriamente dito. Se fossem conscientes do problema, assim se expressariam: "se isso parece ser, afirmo que é". Assim fazendo, as explicações se identificam com meras ordenações e sistematizações. Aqui a teoria deixa de ser descoberta e criação, pois inexiste uma diferença substancial entre a primeira observação da realidade e o resultado final do esforço teórico. Ao ato inicial segue-se outro de semelhante profundidade teórica, caracterizando a paralisia teórica e histórica em que se situa o neoclassicismo.

No âmbito das interpretações sociais, a lógica do empírico conduz, entre outras coisas, à negação da dinâmica social. As categorias que o (social) explicam são um *dado* desde o início. Em outras palavras: são categorias prontas, definitivas, ou seja, com todas as determinações consideradas relevantes já desenvolvidas e *compreensíveis*. Conseqüentemente, se as categorias não têm história, os objetos de estudo dos quais estas tratam também não podem tê-la<sup>5</sup> (independentemente do posicionamento materialista ou idealista que adotemos). Se a sociedade pode ser explicada por categorias sem história, deverá ser, logicamente, a-histórica; o funcionalismo salta aos olhos, numa de suas principais características, qual seja, a da análise empiricista do funcionamento de uma totalidade estanque das demais, *surgindo do nada e sem porvir distinto do presente*.

Para o marxismo, ao contrário, o que prevalece é a *lógica da contradição entre essência e aparência*. A vida dos conceitos aparecem "antes" de forma diferenciada da de "agora", evoluindo de acordo com a relação que a cada momento se estabelece entre essência e aparência. Esta dinâmica teórica (veremos mais à frente que esta dinâmica não é apenas teórica) só é possível como expressão da dinâmica histórica; se a sociedade é dinâmica, apenas a lógica da contradição poderá apreendê-la.<sup>6</sup> Entretanto, como poderia parecer, o marxismo não defen-

(4) Para um primeiro contato com o Materialismo Dialético, recomendamos: POLITZER, G. "Princípios de Filosofia". São Paulo, Hemus, 1970. Num segundo momento será muito útil a leitura de: GODELIER, M. "Funcionalismo, Estructuralismo y Marxismo" Barcelona, Anagrama, 1972.

(5) Para evitar confusão, deve ficar claro que, ao estudar-se um objeto, este não se altera pelo simples fato de ser observado, pesquisado. A transformação que ocorre entre o início e o final do processo de conhecimento dá-se na *subjetividade* do objeto, ou no grau de conhecimento que dele se tem. Se, a partir deste maior conhecimento, as utilizações externas do objeto se multiplicam, isto apenas implica na efetivação de potencialidades, na aplicação do já existente. É bem verdade que esta nova aplicação poderá provocar alterações na forma de expressão da objetividade do objeto de estudo, mas isto é outra questão, pois tratar-se-á, no limite, de uma coisa nova, sobre a qual um novo processo de conhecimento deverá incidir.

(6) "Isto não significa que categorias que antes serviam já não sirvam mais; significa, isso sim, que elas já se apresentam de forma ulteriormente especificadas, ligadas a um desenvolvimento ulterior daquelas 'mesmas' forças sociais que, para permanecerem e se con-

de nenhuma correspondência *direta e necessária* entre a evolução conceitual e a evolução da história. A direção da dinâmica de uma evolução pode se opor à de outra, e é possível até, que à seqüência lógica nenhuma seqüência histórica (na mesma direção ou não) seja observada, sendo a primeira uma *imposição do conhecimento*.<sup>7</sup> De qualquer forma, a dinâmica da história só pode ser explicada por *uma dinâmica do conhecimento*, consubstanciando, ao nível da elaboração teórica, uma das leis fundamentais da dialética, qual seja, a que afirma a perenidade da dinâmica sob o impulso da luta dos contrários.

### *A Construção Teórica e o Objeto*

Até agora valemo-nos dos conceitos de essência e aparência para demonstrar a inércia ou a dinâmica conceitual. No momento, entretanto, outros conceitos tornam-se imprescindíveis, seja para que mais à frente discutamos "o que é abstração", seja para caracterizarmos mais pormenorizadamente o que é uma *diferença substancial* entre a primeira observação da realidade e o resultado final do esforço teórico.

Primeiro tentaremos explicar o que entendemos como essência e aparência. Depois, e separadamente dos primeiros, os significados de abstrato e concreto. No entanto, nossas concepções somente serão clarificadas quando tratarmos, em conjunto, estes "pares conceituais".

A aparência de um objeto é o "ponto de partida" do que o pesquisador percebe e intui. Mas o que é ser, especificamente, ponto de partida? É ser, através de estímulos sensoriais (histórica e socialmente determinados) o "provocador" do interesse teórico.

Não podemos, no entanto, nos permitir a confusão entre o estímulo e a sua resultante. *O que estimula são determinadas características físicas ou sociais (imaginárias, ou não) do objeto, sendo a percepção e intuição o resultado*: a percepção e a intuição são reações psíquicas primárias do investidor frente a propriedades ativas do objeto.

É assim que podemos propor a classificação da aparência como conceito de duplo estatuto: um *subjetivo* (reação) e outro *objetivo* (ação). Deve ficar claro, porém, que trata-se de mera subdivisão formal, *só existindo "aparência" com duplo estatuto*: já que para toda reação corresponde uma ação, definindo-se uma apenas em relação à outra. Ressaltar-se-á um ou outro estatuto de acordo com o contexto analítico.

Como situamos nossa pesquisa no campo da "Teoria do Conhecimento", privilegiaremos a faceta subjetiva-reativa da aparência, ou conhecimento primário e espontâneo, apreendido sem que nenhum esforço de interpretação ou teorização tenha intervindo e sempre proporcionando um conhecimento incompleto

---

solidarem tiveram que mudar. Daí a necessidade de uma metodologia de 'conceitos móveis' elásticos', superando a 'fixação conceitual' e alcançando uma 'nova relação entre o relativo e o absoluto e (mais em geral) a nova historicidade, a relação de opostos na realidade objetiva, bem como no processo de conhecimento". (GALVAN, C. G. "Subsunção Real e História da Tecnologia". In: Ensaio n. 15/16, 1986).

(7) Veja-se "O método da Economia Política". In: MARX, K. e outros, Op. cit. pp. 89-100

e falho:<sup>8</sup> *um conhecimento do estatuto sensório.*

Quanto à realidade da aparência, convém sublinhar que, qualquer que seja o estatuto privilegiado, *esta nunca será teórica.*

A essência, por outro lado, é um conjunto de características que apenas são apreendidas através de um esforço de teorização, proporcionando pois, *conhecimento mediatizado.* Logo, a essência só existe na teoria, sendo sua realidade um fato teórico. Um exemplo interessante de realidade teórica é o do valor (no sentido da teoria econômica marxista): sob o capitalismo, o valor existe para determinar teoricamente, entre outras coisas, os preços de mercado (estes sim, com realidade empiricamente observável).

Compreendido o acima exposto, as categorias de "abstrato" e "concreto" se impõem para a continuidade e maior clareza da exposição. Tanto uma como outra são definidoras de dimensões do real, situando-se nestas as características das coisas, dos objetos de estudo. Logo, devemos nos questionar sobre *o que é uma dimensão.* Vejamos: quando a realidade é enfocada de um determinado ângulo, sem que com isso a sua totalidade ou os outros ângulos deixem de ser considerados, influenciando na própria observação do ângulo enfocado,<sup>9</sup> fazemos o que se chama de uma análise dimensional (no caso das teorias sociais, entedemos mais conveniente utilizarmos o termo "dimensão" em lugar do de "ângulo", pelo relacionamento óbvio e indesejável deste último com as ditas ciências exatas).

Assim, *uma dimensão da realidade é "locus" de algumas características desta, sem anulação ou contradição em termos com as outras dimensões. Estas dimensões estão, ainda, numa determinada hierarquia, sendo o relacionamento destas dimensões hierarquizadas a totalidade social compreendida.*

Ao relacionarmos as duplas conceituais "essência/aparência" e "abstrato/concreto", seremos, certamente, *melhor compreendidos.* Com este intuito, relembramos que o primeiro contato com a realidade dá-se através da intuição e percepção, estimuladas pela aparência objetiva das coisas. Nesse contato, perceberemos algumas, e apenas algumas, das características ou propriedades da coisa enfocada. Mesmo que sejam poucas, estas propriedades não se explicam por si mesmas e, se queremos compreendê-las e a todas as outras que compõem a totalidade das coisas, devemos, então, empreender um processo de pesquisa que, partindo da aparência nos conduza até à essência, ou conjunto de propriedades não-perceptíveis. Neste processo lógico vamos encadeando as propriedades perceptíveis com as "invisíveis imediatamente" ou essenciais. Como resultado deste exame analítico, *obtemos não apenas os elementos formadores da realidade aparential, mas também apreendemos sua hierarquia lógica ou a "explicação causal da aparência".*

Logo, está implícito que só consideramos uma coisa *explicada* ou *compreendida* se sua gênese, evolução e aparência forem conjugadas num todo *lógico*

---

(8) Partimos do princípio que se todas as determinações de um objeto pudessem ser *percebidas*, a teoria seria supérflua (se fosse supérflua, nunca procuraríamos explicações para as coisas, como fazemos aqui e agora).

(9) Esta influência expressa-se na imposição de uma coerência teórica, entre o que deduzimos do estudo de um determinado ângulo e os outros ângulos, considerados separadamente ou em conjunto. É a imposição de uma não-contradição em termos.

de hierarquias definidas, no qual a essência redefine *teoricamente* a aparência subjetiva.

Dado que abstrato e concreto são dimensões da realidade e "locus" de características desta, podemos nos perguntar onde (em quais dimensões) se situam as características ou propriedades tanto da essência quanto da aparência.

A resposta não é fácil. Principalmente porque abstrato e concreto são categorias restritas ao pensamento (à teoria) e, embora a essência também o seja, a *aparência não o é*. Mesmo assim, achamos indiscutível a existência de um nível de relacionamento entre os dois pares considerados.

A dimensão abstrata ou aquela onde se localizam os elementos mais simples da coisa, entendemos corresponder à essência: a *antecedência lógica* transforma os elementos simples em determinantes teóricos, ou seja em *gênese ou origem da compreensão do objeto de estudo*. Por outro lado, à medida que, por dedução, complexizamos os elementos simples (o que se chama de "adição das determinações" — embora o termo adição não seja muito próprio), nos aproximamos da explicação da aparência; e quanto mais perto chegamos mais diminuímos o nível de abstração ou, o que é a mesma coisa, tornamos mais concreta a dimensão da observação.

Por este caminho, poderíamos facilmente incorrer no erro de considerarmos que a aparência situa-se no mais alto nível de concretude possível, o que não é verdade. Isto porque, como já ressaltamos, não entendemos a aparência como categoria do pensamento, mas sim como realidade não-teórica, não sendo, pois, identificável com uma realidade qualitativamente distinta, uma realidade teórica, como é o caso do concreto.

O concreto é uma construção *lógico-teórica* que, no seu mais alto nível, corresponde à uma dimensão da realidade extremamente complexa (diz-se que é a "síntese de múltiplas determinações"), onde se encontram em relação e hierarquizados os elementos ou propriedades da coisa, sendo, então, não-comparável com a própria coisa ou propriedades empiricamente apreensíveis da mesma. *Seria absurdo compararmos a coisa ou algumas de suas propriedades percebidas — logo, sem a intervenção do pensamento — com uma construção do pensamento!*

Mas a relação existe, e se expressa na *capacidade da construção do pensamento em seu mais alto nível (sua dimensão concreta) de desvendar os mistérios da aparência, desnudá-la, explicá-la, enfim: É a redifinição da percepção e da intuição, transmutando-se de conhecimento primário e espontâneo em conhecimento teórico, que permite-nos afirmar que o concreto explica a aparência e, conseqüentemente, está em relação/interação com esta.*

A relação é tão clara que podemos apreciá-la pela simples "duplicação" do conceito de concreto. Vejamos. Entendido de uma forma, o concreto seria uma categoria teórica, do pensamento (*concreto pensado*) e, de outra, como a coisa em si (*concreto em si*). Após esta duplicação, identificamos o *concreto em si* com o que até agora chamamos de *aparência*, e o *concreto pensado* com o que simplesmente chamamos de concreto.

Esta duplicação conceitual foi o procedimento que Marx entendeu o mais correto. Assim, em sua exposição do "Método da Economia Política"<sup>10</sup> afirma

(10) Ver: MARX, K. e outros, Op. cit., p. 90.

que "O Concreto é concreto porque é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida (identifica-se, aqui, com nosso uso de "concreto" – MLM), embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também o ponto de partida da intuição e representação (o que chamamos de "aparência" – MLM)".

Logo a seguir, e ainda na mesma página, continua. "(...) o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é, para o pensamento, apenas a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir na forma de *concreto pensado* (visto sob esta ótica é uma categoria do pensamento - MLM, e os grifos são nossos); porém, não é este, de modo algum, o processo de gêneses do *concreto em si* (aqui entendido como categoria não-teórica, ou empírico—MLM, e os grifos são nossos)".

Por conseguinte, para Marx existe uma dupla noção de concreto: seja como "síntese de múltiplas determinações", seja como "ponto de partida da intuição ou representação". Na primeira refere-se ao *concreto pensado*, como categoria do pensamento; identificando-se com a utilização do termo por nós empregado. No segundo, fala do concreto em si, identificando-se com o que consideramos a aparência ou, como ele diz, "o ponto de partida da intuição e representação".<sup>11</sup> Pode parecer, à primeira vista, que forçamos a identificação de nosso conceito de "aparência" com o de "concreto em si" de Marx. Na verdade, o "concreto em si" marxista é menos rico que a "aparência" como nós entendemos, pois desenvolve apenas seu estatuto objetivo. Por outro lado, ainda em Marx, encontramos um vazio teórico (que pretendemos em parte preencher) na relação concreto/aparência, ressaltado e explicitado pela constante aproximação conceitual entre essência e abstrato.

Após toda esta explicitação conceitual, podemos retornar à nossa questão mais próxima: qual é a *diferença substancial* entre o primeiro contato com a realidade social e o resultado final do esforço teórico?

Se o neoclassicismo trabalha sob o signo da aparência, através da lógica do empírico, podemos dizer que só examinam um (e apenas um) nível da realidade. A única atividade "teórica" que desenvolve é a de formação de conceitos através do processo de generalização; sistematizando-os em seguida numa "organização seqüencial de generalidades" que visa formar a realidade final da operação.

Se toda apropriação do real só pode iniciar-se pela aparência das coisas, e os neoclássicos apenas generalizam as características aparentiais, a realidade a que chegam ou a "apropriação" que engendram, situa-se, necessariamente, em nível idêntico ao do início.

Assim, e respondendo ao nosso primeiro questionamento, podemos afirmar que não encontramos, nos neoclássicos, *nenhuma diferença substancial* entre os diversos pontos do trajeto do conhecimento; a realidade é, assim, nivelada.<sup>12</sup>

(11) Dissemos antes, sobre a aparência, que esta é o ponto de partida do que o pesquisador percebe e intui com referência aos objetos de estudo.

(12) Não dizemos "uni-dimensionalizada" simplesmente porque as dimensões dizem respeito à *construções da realidade hierarquizadas pelo pensamento*. Na formulação neoclássica não existe hierarquias, mas composições em um mesmo grau ou nível do pensamento.

No âmbito do Marxismo, por outro lado, embora a pesquisa também tenha a aparência como ponto de partida, o ponto de chegada diferencia-se daquele de duas maneiras: 1) por ser realidade do pensamento e 2) por apresentar uma explicação causal (hierarquizada) da aparência.

É por entender a dinâmica social como forma única de existência da sociedade e o papel dos conceitos como propriedade do pensamento *reflexivas* do social (sendo, pois, também dinâmico), que se impõe um processo de análise (abstração) para captar a essência dos fenômenos e, só assim, compreendê-los.

Conseqüentemente, o "caminho" que vai da aparência para a essência caracteriza a *apreensão* da vida dos conceitos; de sua gênese fenomênica à sua realidade essencial. Ao contrário, o "caminho" da essência para a aparência — que *compreende* (no sentido de ser mais abrangente) a passagem do abstrato para o concreto — caracteriza a *exposição* dos conceitos desde sua gênese *lógica*, passando pela complexidade teórica máxima, até a recuperação da aparência pelo pensamento: *sua explicação causal*.

A riqueza do método marxista também pode ser vista como um processo de criação e descoberta: verifica-se ali uma espécie de *fecundação teórica*, que extrapola o objeto de estudo em sentido restrito, seja pelo processo de descoberta da *gênese das categorias*, seja pela *tendência evolutiva* derivada.

No momento, consideramos que as diferenças substanciais que nos propomos demonstrar estão suficientemente esclarecidas. Vejamos, agora, mais de perto, o que considera-se abstração, segundo o ponto de vista das duas escolas que nos importam.

## II — O QUE É ABSTRAÇÃO

Abstração é um termo que popularizou-se pelas várias conotações em que é empregado. A mais vulgar destas, entende o termo como sinônimo de "coisa Inexistente". Uma outra interpretação é a advinda do estudo de uma coisa prescindindo de um conjunto de elementos que a compõe, e que "por ora devem ser deixados de lado" ou abstraídos. Nesta, imagina-se uma coisa pura e que pouco a pouco, perdendo sua pureza, aproxima-se da realidade: chama-se a isto de processo de "aproximações sucessivas" à realidade.

Esta conotação última ajusta-se à abstração neoclássica nas análises da sociedade e assemelha-se à forma de estudo das ciências exatas: "Nas palavras de Jevons, 'à Teoria Econômica (...) sugere uma estreita analogia com a ciência da Mecânica Estática, e verifica-se que as leis de troca se assemelham a leis de equilíbrio de uma alavanca (...)'. Este exemplo de comparação da Física com a Economia é apenas um entre vários outros encontrados tanto em Jevons quanto na maioria dos autores neoclássicos mais importantes".<sup>13</sup>

A coisa *pura* é o modelo ou idealização do objeto: o pesquisador retira do funcionamento da sociedade tudo que pode complicar a sua compreensão, de acordo com a ajuda do instrumental analítico que dispõe. Esta sociedade amputada passa a ser o núcleo ou referência obrigatória de todas as adições ou

---

(13) HAGGE, W. "De Docta Ignorantia". In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, Brasiliense, Jan-Mar/1987, p. 124.

agregações de complicadores, até alcançar-se "as coisas como elas são". Um exemplo clássico é o caso da *concorrência perfeita*. Este tipo de concorrência nunca existiu historicamente e, teoricamente, só pode ser estudada se negarmos algumas características do funcionamento do capitalismo, quais sejam: 1) desemprego crônico; 2) crises cíclicas; 3) desequilíbrios estruturais e 4) desinformações e desconhecimentos de qualquer espécie por parte dos atores sociais, entre outras.

Em outras palavras, temos que *negar* por um instante a existência da complexidade do real para podermos estudá-lo. A perfeição da concorrência impõe um capitalismo sem desemprego crônico, o que nunca existiu; crises cíclicas, que sempre estiveram presentes e equilíbrios que são automaticamente estabelecidos. Segundo Rowthorn, "encara-se o desemprego, as crises, o desenvolvimento desigual e outros aspectos similares do sistema como desvios do 'equilíbrio' (...) e, para efeito de análise, restringe-se a sua existência à ocorrência de 'fricções' ou 'imperfeições', como, por exemplo, os monopólios ou a informação imperfeita. (...) Daqui até concluir que eles podem ser eliminados pela *introdução de maior concorrência* (grifo—MLM), melhor informação ou outro remendo destinado a remover as imperfeições de um mecanismo essencialmente perfeito, vai um curto passo."<sup>14</sup>

No entanto, o que nos importa salientar é a *contradição em termos* existente entre a informação de modelos e a realidade, e não a validade das conclusões a que se chega por esta via. Não estamos aqui avaliando a concepção neoclássica da sociedade, no sentido desta ser certa ou errada. As valorações são deixadas de lado, sendo nossa *opinião*, no caso, irrelevante.

Já para o marxismo, a abstração se faz sem esta contradição em termos, não se apresentando, pois, este problema metodológico. Quando aparentemente se simplifica a realidade, de fato está-se tratando *em separado* de um, de uma ou algumas de suas características. Estas características (nas suas dimensões próprias) em nenhum momento podem negar as características situadas em outras dimensões; a validade de cada afirmação, analítica ou dedutivamente forjada, não pode invalidar afirmações já feitas ou a serem feitas.

Visto sobre outro prisma, *o processo de abstração marxista impede que, implicitamente, no estudo de uma específica dimensão, todas as outras não sejam simultaneamente consideradas.*

Para muitos estudiosos, quando Marx disserta sobre a circulação simples de mercadorias, implicando no processo "mercadoria-dinheiro-mercadoria (M-D-M), localizar-se (a historicamente numa sociedade mercantil distinta do capitalismo. Não é nenhuma novidade que os produtos do capital ao chegarem no mercado *não* se distinguem dos produtos do camponês ou do artesão. Não existe selo de propriedade ou etiqueta que distinga os tomates produzidos sob relações de produção distintas. Por isso, o tomate se apresenta como, e apenas como, uma *mercadoria*, e o proprietário desta como *vendedor*. Por sua parte, o dinheiro também não aparece de "coleira", e o seu proprietário representa apenas o *comprador*.

É assim que, na circulação, não se pode distinguir o capital-mercadoria da

(14) ROWTHORN, B. Op. cit., p. 26.

mercadoria do compondês, ou o capital-dinheiro do dinheiro do assalariado. Esta é uma dimensão do real, uma forma de vida do capita: na troca, a relação que se estabelece entre proprietários de mercadorias é a existente entre *comprador* e *vendedor*, mesmo que, fora da circulação, noutra dimensão da realidade, estes vendedores sejam, por exemplo, capitalistas e os compradores, assalariados ou, quem sabe, também capitalistas.<sup>15</sup>

Conseqüente com este processo, não existem *adições* de características para se chegar à níveis explicativos mais próximos da realidade objetiva. O que verifica-se é o relacionamento estratificado e hierarquizado das dimensões: se é verdade que a circulação do capital está mais próxima da realidade objetiva do capitalismo do que a circulação simples de mercadorias, *isto se dá por aquela englobar esta*. A circulação do capital é determinada, lógica e teoricamente, pela circulação simples de mercadorias, ficando patente a estratificação e hierarquização das dimensões.

Voltando aos neoclássicos, vemos que, se a concorrência imperfeita está mais próxima da realidade objetiva do que a concorrência perfeita, isto se dá porque adiciona-se a esta, por exemplo, um conjunto de barreiras (tecnológicas, jurídicas e financeiras) dificultando a livre e perfeita mobilidade do capital. Logo, fica evidente a adição ou superposição de características, como também a contradição em termos existentes entre uma circulação sem entraves que é, *ao mesmo tempo*, repleta de barreiras! Lembremo-nos, por oposição, que a circulação do capital é, *ao mesmo tempo*, circulação simples de mercadorias.

De uma maneira sintética, podemos dizer que os neoclássicos *idealizam* a realidade e depois, passo a passo, vão compô-la. *Formam* a realidade a partir de um modelo que *não tem vida própria em separado*, pois, da realidade, pouco ou nada representa e, o que é mais grave metodologicamente, *contrapõe-se a esta*.

Os marxistas, por sua vez, não formam a realidade. eles dela se *apropriam*, mostrando a vida *inerente* a cada uma de suas facetas ou dimensões, sem que as conclusões a um nível abstracional dado (dimensão) neguem<sup>16</sup> as de outros.

### III – DERIVAÇÕES E EXEMPLOS

O que apresentamos aqui são algumas derivações (sob a forma de exemplos) necessárias do que já foi exposto; tento no que se refere à elaboração da conformação da teoria quanto à sua aplicabilidade ou política econômico-social.

#### *Os neoclássicos*

Se lembrarmos que a explicação metodológica da realidade, segundo os

---

(15) Esta última possibilidade Marx contempla na circulação do Capital, cuja forma é D-M-D'. Não nos esqueçamos, porém, que esta última *engloba* a primeira. Verificamos isto, esquematicamente, simplesmente, combinando a seqüência: D-(M-D-M-)-D'.

(16) É útil lembrar que, segundo os marxistas, a *direção* dos movimentos (teóricos ou históricos) está de acordo com uma das leis mais importantes da dialética, qual seja, a da *negação da negação*; trata-se de um redefinir constante das situações dadas e que pouco tem em comum com a negação pura e simples destas citações.

neoclássicos, se dá por *adição* de características a um modelo pré-determinado e derivado da *amputação* de "elementos complicadores", fica fácil deduzir que, para eles, 1) o elemento determina a totalidade; 2) o indivíduo determina a sociedade; 3) os homens são todos iguais e 4) as instituições ou organismos sociais são supérfluos.

### *O Elemento determina a totalidade*

Um dos pontos mais relevantes da Teoria Econômica neoclássica é a elaboração da "curva teórica de demanda de mercado". Para tal, aceita-se que cada consumidor tenha a magnitude do seu consumo de uma dada mercadoria em relação indireta com os preços desta. Isto posto, somam-se horizontalmente as curvas de demanda de todos os consumidores, encontrando, então, a curva de demanda teórica de mercado. Logo, o *elemento-consumidor determina a totalidade-mercado*.

### *O Indivíduo determina a sociedade*

Com base na exemplificação anterior, chamamos a atenção para o que deu origem ao mercado. Em outras palavras, o mercado não é "explicado" (pois é apenas *adição*), mas sim o indivíduo-consumidor. Assim, a ligação econômica da sociedade mercantil, ou sua determinação econômica, é fornecida apenas pelas características do indivíduo-econômico, este sim, estudado. Em termos lógicos, então, o *indivíduo determina a sociedade*.

### *Os Homens são todos iguais*

É um fato de conhecimento generalizado, que apenas podemos somar coisas de alguma forma idêntica. Logo, se o consumidor determina o mercado (por *adição*), é elementar concluirmos pela igualdade de todos os Homens; ao menos no que têm de "Honus Economicus".

Este é o fundamento da concepção de Estado neutro, representante de todos os homens (do povo), pois não existem, aqui, classes sociais.

### *As Instituições sociais são supérfluas*

Ao considerar a *adição* como método, faz-se outra suposição: as unidades somadas são independentes uma das outras. Isto é necessário, porque, caso contrário, o todo poderia ser diferente da soma das partes.

Podemos observar esta característica de independência na conformação da curva da demanda teórica. A análise que ali se faz é apenas a do indivíduo (isolado dos outros e da sociedade) para, em seguida, agregá-los. Fica evidente que os indivíduos não se relacionam e, portanto, não se influenciam reciprocamente.

Sendo assim, *uma instituição social, como os sindicatos, só pode ser supérflua, pois a sua força é idêntica ao somatório das forças individuais*. Esta análise pode ser estendida para o Estado, entendido como um conjunto de instituições.

Para esta corrente de pensamento, a realidade está presente e sempre coerente nas suas diversas dimensões. Isto se traduz, como vimos, na forma metodológica da explicação da realidade, baseada na relação e estratificação hierarquizada de dimensões, a qual fornece os elos de uma determinação lógico-causal da aparência.

A presença constante do *conjunto* das dimensões no seio da pesquisa, implica, necessariamente, em 1) determinação dos elementos pela totalidade; 2) determinação do indivíduo pela sociedade; 3) possibilidade de desigualdade entre os homens e 4) relevância das instituições sociais.

#### *Determinação do elemento pela totalidade*

A *onipresença* da realidade (totalidade) implica que, quando da análise do elemento, aquela esteja *subjacente*. Assim posto, o elemento é um átomo da totalidade, existindo apenas como engrenagem de uma máquina, e sendo, pois, *sobre-determinado pelo funcionamento do conjunto*.

#### *Determinação do indivíduo pela sociedade*

A única diferença em relação ao caso anterior, está no reconhecimento das especificidades do indivíduo, do ser consciente e inteligente. Embora seja fruto da sociedade, é elemento ativo e sujeito das transformações do próprio meio social. O fato de ser *sujeito* não se deduz diretamente de sua inserção social ou de sua conformação social. É necessário adotarmos o ponto de vista dialético que afirma a inexistência de ação sem reação, de ataque sem defesa, de passivo sem ativo, etc. Estes são exemplos de uma lei que já enunciamos, e que traduz a luta e unidade dos contrários como única forma de dinâmica, movimento ou transformação.

#### *A desigualdade entre os homens*

Apenas uma *potencialidade* de desigualdade pode-se afirmar. Se o todo determina as partes ou a sociedade o indivíduo, não há por que supor que indivíduos não se relacionem e se auto-influenciem. *A possibilidade das desigualdades, através do agrupamento de indivíduos com interesses assemelhados está sempre presente.*

#### *A relevância das instituições sociais*

Na medida em que a sociedade determina o indivíduo (não importando se este retroage, ou não, sobre o meio social), esta se afirma como algo distinto de seus componentes. Não podemos, pois, nos surpreender com a aceitação dos sindicatos, partidos, etc., como forças superiores às dos indivíduos que os compõem, considerados em separado.

Devemos, mais uma vez, salientar que não nos interessa a discussão sobre o valor interpretativo das correntes de pensamento abordadas (se mais não fosse porque o consideramos como um problema de opinião). Nosso objetivo é apresentar os dois métodos em suas discordâncias, assim como discutir a *coerência* da teoria e da prática forjadas sob específicos pressupostos filosóficos.

Independentemente do que pensamos sobre a teoria neoclássica, observamos uma profunda incoerência na prática política de seus adeptos quando, por exemplo, se opõem à pressão salarial efetuada pelos sindicatos e à regulação econômica pelo Estado. Segundo os pressupostos que norteiam sua teoria, os sindicatos e o Estado não poderiam ter mais poder do que a soma das partes que os compõem; os sindicatos *em nada* poderiam prejudicar o "equilíbrio econômico". Da mesma forma deveria ocorrer em relação ao Estado.

De nada adianta dizer que as instituições causam apenas problemas *temporários* ou simplesmente "*friccionais*", pois segundo a determinação da sociedade pelos indivíduos (pressuposto amplo da teoria neoclássica), estes são todos iguais e não mantêm relacionamentos, inexistindo, então, influências recíprocas e, conseqüentemente, uma sociedade diferente da soma dos indivíduos que a compõe; portanto, fazem-se *inócuas* as organizações de *qualquer* espécie.

Da mesma forma, verificamos uma incoerência entre a afirmação da igualdade econômica de todos os homens e a propriedade por uns poucos dos meios de produção. É vazio afirmar, e sustentar teoricamente, que os meios de produção são alugados, pois, inevitavelmente, surge a pergunta: alugados de quem?<sup>17</sup>

Com relação ao pensamento marxista, não vemos incoerências propriamente ditas, mas sim extrapolações indevidas. Dada a complexidade do marxismo, várias leituras e interpretações são possíveis (o que não ocorre com o neoclassicismo), sendo possível, também, exageros e omissões.

Sobre a teoria do valor, por exemplo, vários autores sustentam que os produtos podem ser trocados porque possuem "algo em comum" (acreditamos inegável esta parte da explicação) e que esse "algo em comum" *só pode ser* o trabalho humano; é aqui que começa o problema. Poderíamos dizer, com os neoclássicos, que o algo em comum é a "utilidade" e, neste contexto, ninguém poderia nos contradizer. Afirmar e "bater pé" sobre este ponto, é o que consideramos um exagero.

Toda a argumentação sobre o trabalho humano como "única identificação" entre os produtos *baseia-se nos pressupostos do marxismo*. Um deles é a *historicidade das formas de produção* e, conseqüentemente, das características dos produtos destas formas. Ao aceitar-se que a utilidade é a coisa em comum, está-se praticando uma teoria do "valor" a-histórica, já que a utilidade se manifesta em todos os produtos de todas as formas de produção conhecidas, desde as mais primitivas até hoje. Por isto, passa a ser um *dado* e desconsiderada (na *essência* da teoria do valor) como um objeto de análise. Logo, *somente a coerência com um pressuposto* pode fundamentar a afirmação do trabalho humano (abstrato) como substância do valor ou "coisa em comum".

---

17) Este ponto é desenvolvido em SALAMA, P. Op. cit., pp. 126-128.

Ainda sob o signo dos exageros, percebemos a impropriedade de vários pesquisadores ao quererem impor a existência de "classes sociais" como coisa *óbvia*. Também aqui, esta existência tem a possibilidade de ser "óbvia" apenas se partilharmos do *pressuposto* da determinação do indivíduo pela sociedade (como vimos acima).

Entre as "omissões mais generalizadas, vamos apenas enumerar algumas, sem desenvolvê-las: 1) as transformações por que passa o proletariado e a relação destas com o papel revolucionário, 2) as especificidades do indivíduo (de certa forma reclamamos o desenvolvimento de uma psicologia marxista) e 3) o papel ativo do Homem na transformação social (a visão soviética do marxismo pode ser responsabilizada, em parte, por este descaso. Não esqueçamos, porém, e apesar do soviétismo, as grandes contribuições de Lenin e, principalmente, de Gramsci).

## FINALIZAÇÃO

Na finalização deste trabalho introdutório à confrontação metodológica entre neoclássicos e marxistas, vamos chamar atenção para mais algumas oposições gerais entre estas duas correntes e tentar demonstrar a justeza de nomearmos de "idealismo funcionalista" e de "materialismo dialético" as fundamentações filosóficas dos dois métodos, respectivamente.

O neoclassicismo, ao "endeuzar" o indivíduo (veja-se a "soberania do consumidor", por exemplo), abraça e adota o *subjetivismo e o voluntarismo* como expressão da compreensão e da dinâmica social: sendo dado que não é o meio que determina o indivíduo, sua vontade não é condicionada ou restringida por nenhum corpo estranho à sua própria figura (uma exceção é aquela que relewa Deus e o destino como formadores da vontade). Logo sua vontade é soberana, podendo, se quiser e em quaisquer circunstâncias, mudar o mundo.

Assim, a *história social passa a ser reflexiva da história* dos indivíduos<sup>18</sup> e, como num filme, são as imagens da realidade que se expressam na realidade exterior, objetivando-se. *Isto nada mais representa do que a concepção idealista da sociedade*, na qual o psicólogo é o observador *privilegiado* da História.

Lembremo-nos, porém, que mesmo neste contexto a História objetiva continua a fluir e a ter existência própria, sendo, no entanto, *expressão do movimento das idéias*.

No outro extremo, encontramos o "endeusamento" do meio ou a total passividade do indivíduo face ao meio social: o indivíduo, sem capacidade de pensar o mundo, é criatura deste — é a concepção materialista vulgar da sociedade.

O marxismo não avaliza esta última concepção. Se o meio *determina* o indivíduo, isto não implica na passividade deste, ao contrário. Implica na possibilidade de reação deste frente a um mundo que procura conformá-lo: o indivíduo, como criador da *História social*, embora limitado por um conjunto de situações objetivas, enquadra-se na concepção *materialista não-vulgar ou dialética*, assumida pelo marxismo.

---

(18) Não é mero acaso que a História, para a pensamento burguês, em geral, seja uma sucessão de "grandes feitos" (guerras, descobertas, etc.) por "grandes homens" (Luiz XIV, D. Pedro II, etc.).

Para concluir, deve-se observar que partimos do *funcionalismo* neoclássico, expresso na lógica do empírico, e chegamos ao *idealismo*, afirmado na concepção da história. Nas observações sobre o marxismo, partimos da *dialética*, expressa na contradição entre essência e aparência, e chegamos ao *materialismo*, afirmado pela prioridade do meio sobre o indivíduo.

Tudo nos leva a crer que a lógica interna de nossa exposição tenha aqui sua corroboração: o que não implica num julgamento de valor sobre a superioridade de uma teoria sobre a outra. Por outro lado, não nos pretendemos imparciais, pois a escolha do objeto de estudo e do instrumento analítico utilizado "conduzem" a pesquisa, tornando-a *política*.

Como em todas as pesquisas, principalmente as de cunho social, esta também é *material de reflexão "tendencioso"*, do início ao fim.

## REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

### SUMÁRIO

#### ARTIGOS

- Octavio Ianni:** Formas sociais da terra . . . . . 5
- José Grabois & Maria J. N. Aguiar:** A cultura do fumo aromático no Semi-Árido da Paraíba e Rio Grande do Norte . . . . . 19
- Nilson Araújo de Souza:** A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la . . . . . 39
- Paulo Henrique N. Martins:** A propósito de uma política regional de "desenvolvimento"; o caso do Nordeste . . . . . 69
- Paulo Nakatani:** A "Nova Economia Pública" ou a agonia delirante do neoclassicismo . . . . . 79
- Xavier F. Totti:** Os grupos domésticos nas comunidades de ocupação espontânea na América Latina . . . . . 95
- Josefa Salete B. Cavalcanti:** Origem do homem branco: o problema do contato no sistema tribal . . . . . 109
- Jurandir Antônio Xavier:** Um pouco mais além das alternativas tecnológicas . . . . . 127
- Iolanda Casagrande:** O trabalhador rural volante ("bóia-fria") . . . . . 137

#### NOTAS, COMENTÁRIOS E INFORMAÇÕES

- Hugues Lamarche:** Balanço e reflexões teóricas de 20 anos de pesquisas sobre o meio rural francês . . . . . 149
- Elbio Troccoli Pakman:** A essência e o papel do planejamento na sociedade capitalista . . . . . 159
- Mauro G. P. Koury:** Breve história do movimento camponês no Nordeste . . . . . 167
- Josemir Camilo:** A ideologia da "New Economic History" . . . . . 177
- Reinaldo A. Carcanholo:** O 5.º Congresso Brasileiro de Economistas, rejeição da atual política econômica . . . . . 183

# AS CONCEITUALIZAÇÕES DO SUBDESENVOLVIMENTO E SEUS DESDOBRAMENTOS \*

Élbio Troccoli Pakman \*\*

## A PROBLEMÁTICA

Na atualidade falar em subdesenvolvimento é referir-se a um tema acerca do qual quase todo interlocutor tem uma idéia mais ou menos formada a seu respeito. Um estudo aprofundado nos revelaria substanciais discrepâncias na sua conceitualização e a ambiguidade mesma da noção. Confirma-se assim tratar-se de um vocábulo de significado nebuloso, embora profusamente difundido e empregado por autores e grupos os mais dissímiles.

Convém por isso fazer uma incursão nas origens da problemática do subdesenvolvimento e examinar como ela tem sido abordada por diferentes estudiosos e correntes de pensamento e as distintas teorias ou modelos de subdesenvolvimento que se tem gerado.

Preliminarmente é útil lembrar que o conceito de *subdesenvolvimento* está umbelicalmente ligado ao de *desenvolvimento*. O conceito de subdesenvolvimento carece de sentido se não está inserido numa teoria do desenvolvimento, já que é, por natureza, um conceito eminentemente *comparativo*, e por isso seria metodologicamente incorreto seu tratamento isolado. Esta relação porém, não pode ser entendida em sentido estrito nem absolutizada, reduzindo esta peculiaridade à sua essencialidade. Num nível mais profundo da análise — como se terá ocasião de ver mais adiante em detalhes, a relação mútua volta a aparecer, já que o *subdesenvolvimento de uns é a contrapartida e o produto do desenvolvimento de outros*. Ambos os fenômenos são, pois, aspectos inseparáveis e dialeticamente interligados de um único processo complexo: o da evolução transformatória da sociedade na forma concreta como ele tem transcorrido historicamente.

Nesta perspectiva, não se pode deixar de dizer que o subdesenvolvimento não é apenas nem principalmente uma questão técnica, mas fundamentalmente uma realidade de índole social, um *fenômeno social complexo*. Por essa razão, sua dimensão histórico-social não pode ser negligenciada nem camuflada.

As raízes históricas do subdesenvolvimento remontam à própria deflagração da "revolução industrial" nos séculos XVIII e XIX e ao auge inicial do capitalismo. Foi esse processo histórico que gerou uma bifurcação originária do mundo, opondo os países *desenvolvidos* — ou *avançados, modernos, industrializados, cêntricos, ricos, dominantes*, aos países *subdesenvolvidos* — ou *atrasados, sub-, pré- ou não-industrializados, periféricos, pobres, dependentes*, etc. Foi assim verificada a vigorosa emergência econômica de uns países e seu distanciamento crescente com o resto do mundo. E é essa também a causa da repetição

(\*) Relatório apresentado na Mesa Redonda "Saúde Mental e Subdesenvolvimento", na III Jornada Paraibana de Psiquiatria e I Encontro Multiprofissional de Saúde Mental, realizado de 18 a 21 de março de 1983 em Campina Grande, Brasil.

(\*\*) Economista, professor adjunto do Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano VI	Nº 6	49 a 60	Jan.86/mar.88
-------------	----------------	--------	------	---------	---------------

reiterada e ampliada desse processo diferenciador, que separa cada vez mais esses dois grupos.

Em conseqüência, desde os albores mesmos do capitalismo, e em especial a partir do auge da economia européia no século XVIII, verifica-se uma sucessão de denominações sob as quais tem se tratado esta problemática. Desde então, ela ocupa um lugar central nas teorizações dos diversos cientistas sociais. A história do pensamento nas várias ciências — a economia em particular — dá conta dos variados termos que nas distintas épocas históricas, e atendendo a situações concretas, desempenharam um papel análogo ao que modernamente corresponde à noção de desenvolvimento (e subdesenvolvimento): *riqueza, evolução, progresso, crescimento, industrialização ...*

O dito leva a pensar que não estamos frente a uma problemática inteiramente nova, e isso é certo. Mas, deve-se assinalar que o subdesenvolvimento no período contemporâneo reveste-se de contornos peculiares que fazem dele um fenômeno verdadeiramente original e recente. Isto ocorre em vista de alguns fenômenos novos (em particular, a alteração do panorama mundial, a explosão demográfica, e em função da tomada de consciência da relevância do problema e de que se deve agir para combatê-lo).

A problemática do subdesenvolvimento, como tal, adquire grande força no pós-guerra, principalmente a partir dos anos 50, quando surge como uma das novidades teóricas. Proliferam-se os trabalhos sobre o desenvolvimento/subdesenvolvimento e a temática domina as atividades de significativos congresos e organizações internacionais. Na base dessa mudança está o fato de que após a Segunda Guerra Mundial é que são substancialmente reestruturadas as relações políticas e econômicas internacionais. Configura-se um grupo importante de países socialistas que passa a ocupar um lugar destacado no cenário mundial rivalizando com o mundo capitalista; e desencadeia-se um processo de dissolução dos impérios coloniais e de descolonização, concomitante à crescente tendência à independência econômica dos países formalmente recém liberados e ainda fortemente subdesenvolvidos.

A nova configuração mundial encontra seu reflexo a nível teórico na idealização conceitual dos "três mundos": o dos países capitalistas desenvolvidos, o dos estados socialistas e, finalmente, o "dos outros", geralmente países capitalistas subdesenvolvidos. Surge assim a designação de *Terceiro Mundo*, cuja introdução nos anos 50 é atribuída comumente ao francês G. Balandier. Para os dois primeiros proliferam as "teorias do desenvolvimento" (e "do crescimento"), para o último aparecem as "teorias do subdesenvolvimento".

Importa agora ver como têm evoluído as abordagens da problemática do subdesenvolvimento, para se obter uma visão de conjunto e poder tirar as conclusões pertinentes.

## A PREOCUPAÇÃO FUNDAMENTAL

No primeiro período do pós-guerra a atitude frente ao subdesenvolvimento era de *denúncia*, em particular da miséria e da fome que o acompanham como traços distintivos. Já nos anos 50 vai se dar um enfoque um pouco mais realista e multidisciplinar. Apesar disto, o subdesenvolvimento no fundamental era abor-

dado, simplisticamente, como sendo apenas um fenômeno de *retardamento* econômico. Em decorrência disso, incentivava-se os países subdesenvolvidos para que trilhassem os mesmos caminhos percorridos pelos hoje desenvolvidos. Inicia-se, a nível mundial, o período *desenvolvimentista*, que coloca a ênfase no crescimento via Industrialização, como remédio para todos os males que tanto abalaram o mundo capitalista desde a grande crise econômica, social e moral desencadeada em 1929. Entende-se então que, no momento da maior aceitação das idéias de Keynes no mundo ocidental, se encarasse a tarefa de eliminar o subdesenvolvimento apenas estimulando-se o crescimento máximo da produção, a ser atingida através de uma intervenção estatal baseada nos preceitos keynesianos de política econômica.

Com a chegada dos anos 60, vai se continuar aprofundando no sentido da complexidade do subdesenvolvimento e na necessidade de mudanças estruturais, e se passa a elaborar políticas específicas de desenvolvimento imbuídas do espírito de "modernização" então dominante.

Mas tal visão do subdesenvolvimento, e os paradigmas a ela ligados, caíram definitivamente por terra diante dos poucos resultados obtidos. A partir dos anos 70 fica patente que a tendência da economia mundial, concretamente da parte capitalista do mundo, é a de não retração do subdesenvolvimento e do aprofundamento dos *desequilíbrios* que se originaram com a "revolução industrial". Daí passaram a um primeiro plano as teorias que davam ao subdesenvolvimento um tratamento bem mais complexo e, conseqüentemente, mais em acordo com a índole do objeto de estudo. Tais concepções tinham já começado a abrir caminho com o início e avanço dos anos 50, como ficou acima explicitado.

Numa abordagem complexa vai se insistir na importância do conjunto das diversas estruturas que integram o sistema: econômicas, políticas, sociais, culturais e outras (entre elas a mental). A estrutura de saúde, física e mental, vai se tornar um dos indicadores para o julgamento do grau de desenvolvimento atingido por cada país.

De um modo geral, o acento é posto, nos anos 70, em aspectos ou indicadores divergentes dos do período anterior, aspectos estes considerados mais expressivos da finalidade de atendimento das necessidades sociais — é o período da luta contra o *desemprego* visível (e do chamado "desemprego disfarçado"), e de incentivo ao combate direto à *pobreza*. Estas novas preocupações deixariam em segundo plano as questões precedentemente privilegiadas do aumento da produção e da redistribuição da renda.

Já com a experiência dos exíguos resultados obtidos cumulativamente, os países subdesenvolvidos começaram se agrupar para reivindicar coletivamente uma solução de fundo. Esta situação adquire um perfil particular com a força adquirida por certos agrupamentos de países subdesenvolvidos, por exemplo o "Movimento dos Não-alinhados" e, em outra ordem de coisas, a OPEP.

Apesar de tudo, uma constatação se impõe: as colocações estão aí, e os problemas, agora agudizados pela atual crise, ainda se apresentam de maneira mais chocante.

## AS CARACTERIZAÇÕES DO SUBDESENVOLVIMENTO

O problema da conceitualização do subdesenvolvimento está longe de ser

um simples jogo academicista ou uma vocação semântica, já que é chave para diferentes receitas práticas propostas para sair dele. É guia para a ação e esta nunca é descompromissada.

Dada a complexidade mesma do problema, assim como a multiplicidade de "mundos" e das diferentes correntes interpretativas detivadas da divisão clasista da maioria das sociedades contemporâneas, não podia esperar-se outra coisa senão a correspondente diversificação de teorias e idéias a respeito do subdesenvolvimento. Isto em função de distintas metodologias, ideologias, interesses pontos de vista transitoriamente relevantes, etc. Claro está que ao se adotar uma noção qualquer de subdesenvolvimento, se faz simultaneamente uma escolha por uma posição não só metodológica, mas também ideológico-filosófica.

Não existe apenas uma única definição nem denominação aceita por todos. São enormes as dificuldades de se encontrar um termo propício ao qual se exige nada menos que denotar adequadamente o fenômeno na sua complexidade e situação, dando conta de suas características básicas comuns ou *essência*, assim como também informar apropriadamente de suas *causas*. O conceito de subdesenvolvimento se refere a países em realidades tão distintas que, pela sua própria pretensão de universalidade, expressa no fim uma heterogeneidade de situações e espaços. Através de critérios deliberadamente escolhidos tenta-se estabelecer, conforme os dados empíricos, as características constitutivas, o fundo ou substância comum do fenômeno do subdesenvolvimento alí onde ele se encontre.

Ao admitir o conceito de subdesenvolvimento, implicitamente se aceita então a existência de um denominador ou fundamento comum que equipara no mais íntimo realidades aparentemente não comparáveis. Mas, não basta enumerar, justapor os critérios: é necessário sistematizar e hierarquizá-los. É aqui entra plenamente a dimensão ideológica, já que se está diante do dilema de se ter que optar por critérios teóricos que contribuam a uma ordenação adequada do tema tratado e da forma de abordá-lo, pré-estabelecidas pelo autor.

Uma vez determinada a *qualidade* do que é subdesenvolvimento, do subdesenvolvido, atinge-se a generalização do conceito. Pode-se a continuação passar ao estabelecimento das diferenças que servem para a separação e para a elaboração de classificações, desta vez atendendo a outros critérios, que mesmo sendo relevantes, aparecem como secundários em relação ao determinante qualitativo essencial. São numerosíssimas as tipologias, assim como são inúmeros os critérios e indicadores, e a importância relativa que pode ser atribuída a cada um deles, segundo o ponto de vista e os objetivos de cada autor.

Unanimidade existe apenas nas generalidades: 1) no referente à gravidade do fenômeno do subdesenvolvimento e suas proporções alarmantes (abrange a maior parcela da superfície do planeta e a esmagadora maioria da população mundial; 2) na indicação dos traços distintivos básicos do subdesenvolvimento (mesmo se uns colocam o acento num aspecto, alguns noutros, e finalmente o resto o faz no conjunto todo); e 3) na idéia de que os países desenvolvidos devem, de algum modo, dar sua contribuição (definida apenas genericamente como princípio geral) para que os subdesenvolvidos deixem de sê-lo.

Certo consenso também há em se atribuir ao desenvolvimento uma conotação de processo integrado de mudanças positivas que conduzem a uma situação de maior prosperidade. As diferenças surgem então não ao nível mais geral e

superficial, mas na explicitação das características e das causas a um nível de maior detalhamento, nas especificações das afirmações de tipo geral. Neste sentido, toda noção do subdesenvolvimento/desenvolvimento leva implícita uma tomada de posição face à definição das necessidades sociais e à força de atendê-las.

Dentro deste quadro convivem abundantes denominações que respondem pelo mesmo fenômeno. Segundo se coloque a ênfase num ou noutra aspecto, de um ou outro ponto de vista, fala-se em países *subdesenvolvidos*, *pouco desenvolvidos*, *em (vias de) desenvolvimento*, *pobres atrasados*, *sub-*, *pré-* ou *não-industrializados*, *periféricos*, *dependentes*, *de produção primária*, *dominados*, etc.<sup>1</sup>

O subdesenvolvimento já tem sido tratado como *bloqueio do crescimento*, *círculo vicioso da pobreza (miséria)*, *sub-utilização de recursos*, *retardamento relativo*, *incapacidade de cobrir adequadamente as necessidades básicas da maioria da população*, *não-industrialização*, *estado secular de não-desenvolvimento*, etc.

O objetivo deste trabalho não é porém um desfile de definições ou de concepções, com as quais apenas se estaria mostrando que há tantas delas quanto autores dedicados à problemática, mas expô-las globalmente segundo o interesse que inspire este trabalho.

## SUBDESENVOLVIMENTO:

### FRACASSO OU RESULTADO DO DESENVOLVIMENTO

Do ponto de vista deste trabalho interessa diferenciar duas concepções básicas na abordagem e definição do subdesenvolvimento: como *fracasso* de desenvolvimento ou como *resultado* do desenvolvimento.

A primeira posição, que aponta o subdesenvolvimento como insucesso no caminho rumo ao desenvolvimento, está muito generalizada, e por isso aqui se dedica a ela mais atenção. É possível examiná-la conforme seja o subdesenvolvimento considerado uma etapa de crescimento (prévia ao desenvolvimento) ou como um estado durável. Neste grupo se incluem os que abordam o desenvolvi-

---

(1) "Os conceitos empregados para identificar um país tem necessariamente algumas destas facetas como principal elemento de referência. Há quem prefira falar de "países pobres", e considere em decorrência as outras expressões como meros eufemismos. Isto porque tem do subdesenvolvimento um conceito onde prevalecem os aspectos relativos à distribuição da renda, tanto entre países ricos e pobres como entre ricos e pobres dentro de um mesmo país. Quem fala em "subdesenvolvimento" tende a conceber o fenômeno como uma situação estrutural e institucional característica, como uma etapa no processo histórico de desenvolvimento. Os que preferem a expressão "países em vias de desenvolvimento" acentuam mais as possibilidades de aproveitamento do potencial produtivo de uma sociedade. Colocar a ênfase da "dependência" é preocupar-se essencialmente com as características que adquirem as relações econômicas, tecnológicas e políticas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Quando se prefere, por último, a expressão "países não-industrializados" acentua-se implicitamente a importância especial atribuída à industrialização no processo de desenvolvimento." In: O. SUNKEL e P. PAZ, *El Subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*, C. México, 1983, p. 15.

mento como crescimento<sup>2</sup>, como momentos de uma evolução contínua, e os que o enfocam como uma sucessão de etapas ou fases, que constituiria uma evolução descontínua. Esta visão pressupõe um elevado grau de autonomia e isolamento da sociedade em questão. Tratar-se-ia apenas de um atraso relativo de uns países em relação a outros.<sup>3</sup>

O grande problema inicial, segundo os mais diversos teóricos, consiste em conseguir a ruptura da situação de subdesenvolvimento, para entrar no caminho do desenvolvimento durável. Deste ângulo, o subdesenvolvimento é considerado como uma situação estável de não-desenvolvimento, ou na expressão de J. Freysinet, como "estado secular de não-desenvolvimento", que é caracterizado pela inexistência mesmo de mecanismos necessários ao crescimento. Aqui se inscrevem as mais diversas tentativas de explicação do subdesenvolvimento a partir de concepções do tipo do "círculo vicioso", do "circuito estacionário" schumpeteriano, ou a partir do subemprego latente visualizado numa ótica keynesiana, ou ainda como uma situação de estagnação, na linha proposta por autores pós-keynesianos.<sup>4</sup>

Para ultrapassar a barreira do subdesenvolvimento insiste-se na necessidade de um "grande esforço inicial", ou esforço inicial *mínimo*, por exemplo o "big-push" de Rosenstein-Rodan, que pode ou não estar concentrado num setor específico que, difundindo seu dinamismo, teria como finalidade "puxar" a economia toda, como afirmava a outrora célebre e hoje rejeitada concepção do setor dinâmico de W. Rostow. Depois, o processo deflagrado seria incessantemente retroalimentado através de injeções de "industrialização" (conceito depois paulatinamente substituído pelo de "modernização"), que possibilitariam o crescimento.

Ampla difusão têm as teorias nas quais o desenvolvimento é concebido como uma sucessão de etapas pelas quais necessariamente passariam, *grosso modo*, de igual maneira todas as sociedades no transcurso de sua história, a exemplo do caminho percorrido pelos países hoje desenvolvidos. A teoria mais

- 
- (2) Aqui pode ser remarcado que, a respeito da definição dos termos *crescimento* e *desenvolvimento* de sua interrelação, tem-se verificado inúmeras disputas, mas certo consenso pareceria haver no sentido de que o crescimento alude a variações preponderantemente de ordem *quantitativa* enquanto desenvolvimento comporta em especial mudanças *qualitativas* substanciais. Assim, desenvolvimento seria uma noção bem mais abrangente do que crescimento.
  - (3) Bem elucidativa da inconsistência desta tese é a analogia empregada por O. Sunkel e P. Paz: "(...) a partir da análise do crescimento (...) um país subdesenvolvido se concebe como uma situação de atraso, de defasagem com respeito a situações mais avançadas, como se tratara de uma corrida na qual uns estão mais adiantados e outros vão ficando atrasados, mas onde todos competem em uma mesma pista (...) com idênticas regras de jogo para todos e sem relações de nenhuma espécie entre os competidores. In: O. SUNKEL e P. PAZ, *El Subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*, C. México, 1983, p. 25. Obviamente, comparados aos "mais avançados", todos os outros seriam subdesenvolvidos em maior ou menor grau, argumento que dispensa comentários adicionais.
  - (4) A explicação "estrutural elaborada por Paúl Prebisch, baseada no movimento de mercadorias e da deterioração dos termos da troca, não tem se imposto como explicação geral (mesmo esclarecendo alguns aspectos historicamente delimitados), já que a evolução mais recente da economia mundial não tem respaldado sua teoria.

difundida e conhecida a respeito é a de Walt W. Rostow, culminada no seu livro *As etapas do crescimento econômico* (1960), e que além de uma tentativa de delimitação técnico-material das etapas fundamentais do processo de crescimento das sociedades em industrialização, aspira a ser também uma teoria geral da História moderna, pretensão incabida, entre outras coisas, pela inexistência de um quadro de análise mais amplo ou da desconsideração do papel das classes ou grupos sociais.

Na base do estudo de processos evolutivos dos países atualmente desenvolvidos — que guardam similitudes significativas apesar de terem se verificado em períodos históricos, ritmos e modalidades bem dissímiles — conclui-se que deve se atuar no sentido de eliminar os obstáculos que estariam entravando o livre desenrolar do processo de avanço natural das economias menos avançadas. Tais autores são levados a colocar o problema como sendo, após a entrada no processo de desenvolvimento, uma mera “questão de tempo”.<sup>5</sup>

Mas, estas concepções unilaterais e deformadas da História, não têm obtido o sucesso que seus autores desejaram, apesar de sua ampla repercussão. Dificilmente se encontra nestas uma argumentação bem fundamentada do por que da evolução ter sido assim e, principalmente, porque ela revela uma tendência a acentuar cada vez mais o hiato que separa uns países dos outros. A baixa capacidade explicativa provém não só do fato de que passam por cima do papel dos outros aspectos do subdesenvolvimento, e portanto não abrangem o conjunto do processo em toda sua riqueza e multidimensionalidade, mas também do fato de tratar-se de uma teoria elaborada partindo da realidade concreta de certos países (paradoxalmente, os já desenvolvidos), e pretende-se depois transplantar essa teoria à problemática dos subdesenvolvidos. As explanações desse tipo, baseadas no esquema “seqüência de etapas”, são no fundo apenas descritivas, sem potencialidade analítica para explicar realmente a passagem de uma etapa a outra e muito menos de previsão das futuras. Não só é contestado o duvidoso poder explicativo de tais esquemas teóricos, suplantado por meras descrições empíricistas, mas também a tentativa de fazer do subdesenvolvimento uma fase comum de todas as economias. E finalmente, a prática não tem confirmado a validade dessas teorias.

Todas estas concepções, que apontam para o surgimento de sociedades que os ditos autores chamam de “modernas”, “industrializadas”, etc., colocam em evidência os aspectos técnico-materiais do processo de desenvolvimento, desprezando ou negligenciando o fato de tratar-se fundamentalmente de relações sociais que devem ser tratadas como tais. Fica patente que aqueles que concebem o desenvolvimento como um simples processo de crescimento, ou como uma seqüência linear de etapas, colocam a ênfase nos aspectos técnico-materiais necessários ao processo — implique ou não desenvolvimento verdadeiro. Aqui depende outra vez da aceção que cada autor tenha do desenvolvimen-

---

(5) O economista Celso Furtado tem destacado que o fenômeno do subdesenvolvimento não tem nada a ver com o tempo de existência de determinada sociedade ou país, pois o subdesenvolvimento não é considerado por ele como uma fase ou estágio do desenvolvimento, senão certo conjunto de nexos complexos (econômicos, sociais, políticos, culturais e outros) derivados do lugar que estes países no passado alguma vez ocuparam no processo de reprodução do sistema capitalista como um todo.

to, do bem-estar, da prosperidade da sociedade, enfim, da posição ideológica-metodológica de cada um.

Conforme essas visões reducionistas, logo após a guerra se assimilava, de maneira bastante simplória e errada, o desenvolvimento à industrialização, levado talvez pelo fato de que aquele é impensável sem um avanço maior ou menor desta. Só posteriormente foi evidenciado que o desenvolvimento supõe, em extensão e em profundidade, bem mais do que apenas progresso industrial. Para os teóricos tradicionais do ocidente isto significou passar da insistência da "industrialização" à da "modernização".

Os que reduzem o desenvolvimento ao crescimento são induzidos a atribuir excessiva importância apenas ao desempenho de certos agregados econômicos globais em relação à evolução demográfica. São estes indicadores os do tipo produção, renda, investimento ou consumo *per capita*. Em decorrência disso julgam a existência e eventual audamento de um processo de desenvolvimento através das respectivas taxas de crescimento desses indicadores. Negligenciam-se porém as diferenças internas dos agregados, em particular a desigual distribuição da renda (medida através da "dispersão").

Em termos de teoria econômica, trata-se em grande parte de autores de vocação keynesiana e, em especial, pós-keynesiana. Esses autores, em essência, reduzem os problemas do subdesenvolvimento a uma escassez de capitais que determinariam uma capacidade reduzida de acumulação (derivada da própria insuficiência de investimentos), com resultados nefastos sobre o nível de emprego e renda e do próprio equilíbrio dinâmico necessário para o crescimento. São identificáveis pela ênfase colocada nas taxas de investimento global por pessoa.

Ao aceitar esta perspectiva se absolutiza a industrialização como acontecimento decisivo no processo de desenvolvimento — como realmente o fora no seu tempo a "revolução industrial" para alguns países — tornando-a questão central da análise do subdesenvolvimento, já que através dela se atingiria o desenvolvimento. Mas, os que sustentam tal posição mal respondem à contra-argumentação de que antes de sua "revolução industrial" as economias hoje desenvolvidas *não* estavam frente a problemas comparáveis aos que apresentam atualmente as economias subdesenvolvidas. Em particular se destaca o contexto externo substancialmente diferente, já que não havia então nações mais desenvolvidas já dominantes, nem dois sistemas sócio-econômicos antagônicos rivalizando a diversos níveis, nem dissonantes elementos extra-sistema mais avançados dentro da própria economia, fato que tem levado muitos autores a falar em um "dualismo de estruturas", *modernas versus tradicionais*.<sup>6</sup>

Por todo o exposto, a tendência tem sido a de rejeitar cada vez mais a idéia de ser o subdesenvolvimento apenas ou principalmente um retardamento na industrialização, concomitante com o fato de não conseguir ultrapassar certo limite para assim atingir determinada etapa, mas o resultado de uma evolução histórica original imposta pelos países primeiro industrializados e que lideraram o processo de configuração do sistema mundial à sua conveniência. Deste modo, o subdesenvolvimento seria muito mais um fenômeno *pós-industrial* que *pré-in-*

---

(6) A explicação "dualista", de coexistência antagônica de dois tipos de estruturas, atualmente está ultrapassada e bem em desuso.

dustrial, O desenvolvimento de uns estaria na origem mesmo do não-desenvolvimento dos outros. O subdesenvolvimento não é mais o "insucesso de desenvolvimento", mas o *resultado* desse desenvolvimento. O desenvolvimento capitalista acelerado de uns países tem tido como contrapartida o bloqueio do desenvolvimento dos outros e a criação de sua condição de subdesenvolvimento.

Este enfoque vai ganhando força, quer seja em sua acepção "cepalina", estruturalista ou nas variantes marxistas. Assim, por exemplo, para os marxistas o subdesenvolvimento é em definitivo o produto de um sistema dotado de um mecanismo de exploração internacional que tem sido secularmente acionado, primeiro através dos Impérios coloniais e depois mediante todas as modalidades de neocolonialismo. Explicam a relevância atual do fenômeno do subdesenvolvimento com a teoria do imperialismo. O subdesenvolvimento tal como ele se apresenta no pós-guerra, é um resultado concreto de uma fase particular do processo histórico do desenvolvimento: a do capitalismo monopolista (de Estado). Nesse processo se estabelece um sistema de relações em que as economias avançadas, para manter sua posição de líderes e seu dinamismo, paralizam o desenvolvimento das outras economias, principalmente através dos intercâmbios internacionais e do movimento de capitais por eles controlados. A forma atual do subdesenvolvimento está assim marcada pelas características do imperialismo contemporâneo.

## AS SAÍDAS APONTADAS

Não se pretende: analisar aqui o *sentido* mesmo do desenvolvimento, questão profundamente ligada à concepção filosófico-ideológica de cada um. Mas sim, constatar que é a partir dela que se definem os posicionamentos frente ao subdesenvolvimento e ao modo de superá-lo. Também não se vai entrar aqui nas *conseqüências* do subdesenvolvimento, aliás bem conhecidas e visíveis por todos os que vivem em tal contexto. Pelo contrário, apontar-se-á somente que o desenvolvimento tem como conseqüência não apenas o aumento dos indicadores *quantitativos*, mas fundamentalmente supõe a melhoria substancial de parâmetros *qualitativos* de difícil mensuração, tais como a qualidade da vida ou a situação humana derivadas do sistema sócio-econômico correspondente.

A noção de subdesenvolvimento/desenvolvimento abraçada por cada autor não é irrelevante nem constitui uma questão de interesse meramente teórico. A diferença de outras épocas, hoje, com o abandono da crença do dinamismo automático e espontâneo do sistema e na suficiência da "industrialização" ("modernização"), volta a preocupação com as leis do movimento da Humanidade e com as recomendações de como agir em profundidade para por em marcha ou acelerar a reprodução ampliada da economia em benefício da comunidade. Cada forma de encarar e definir o subdesenvolvimento pressupõe a adoção de posicionamentos concretos dela derivados, no que diz respeito à orientação da política a ser aplicada para passar do subdesenvolvimento ao desenvolvimento. E, evidentemente, toda atitude está predeterminada pela metodologia, ideologia e experiência de quem a adota.

Cada conceitualização privilegia uma ou outra característica ou faceta do subdesenvolvimento, apontando em conseqüência o que considera ser o ponto nevrálgico e a(s) sua(s) causa(s) básica(s), assinalando a via para sair dele.

Esta pressupõe mudanças mais ou menos profundas no sistema sócio-econômico.

Assim, quem por exemplo achar que o subdesenvolvimento é uma questão fundamentalmente de *pobreza*, insistirá na redistribuição da renda; quem acha tratar-se de simples *ausência de setores industrializados* reivindicará uma política de industrialização; os que vêem o problema na *situação estrutural* e institucional pedem uma mudança desta em maior ou menor grau, uma "modernização" apenas; para os que priorizam as *potencialidades sub- ou não aproveitadas* de recursos humanos e naturais, tendem a insistir em uma política de desenvolvimento voltada para a educação e a formação de mão-de-obra qualificada, para uma política de pleno emprego e para a utilização de técnicas modernas; os que entendem ser um problema de *dependência* por sua vez sugerem alterar as formas estabelecidas de articulação entre os países *dominantes* e os *dependentes*; para os que, em um espírito pós-keynesiano, encontram que é uma questão de *estagnação*, propõem a ruptura do bloqueio e modelos globais de crescimento; os que acham que se trata de *falta de recursos*, priorizam a poupança interna<sup>7</sup> e/ou a captação de capitais no exterior.

Em geral, as abordagens relativistas, que vêem no subdesenvolvimento apenas um retardamento do desenvolvimento — vinculado ou não a certa incapacidade de dar o *impulso inicial mínimo* rumo ao desenvolvimento — têm inspiado muitas estratégias e políticas de desenvolvimento, implementadas sob a denominação de esforços de "industrialização" e de "modernização". Reduz-se nelas o desenvolvimento a uma questão de habilidade na cópia de modelos ou caminhos já trilhados, em cuja marcha se chegaria por imitação a uma pretensa "sociedade industrial", com a superação dos conflitos de interesses e a conquista de "harmonia social". Convém aqui lembrar a conclusão feita por C. Furtado a respeito de tais falácias: "sabemos agora de forma irrefutável que as economias de periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista."<sup>8</sup>

Por outro lado, se bem que as explicações do subdesenvolvimento baseadas na degradação dos termos da troca não tenham se imposto, têm apontado para aspectos relevantes. Sua modificação a nível internacional traria um reajustamento na distribuição a nível mundial, o qual é condição necessária, embora não suficiente, para empreender a caminhada rumo ao desenvolvimento. Nisto insistem cada vez mais os autores que rejeitam a teoria neoclássica do comércio internacional. Tal teoria, além de no fundo afirmar ser o livre comércio a nível

---

(8) Celso FURTADO: *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1974, p. 75.

(7) Segundo algumas concepções, que partem do suposto de que se poupa dos lucros e não dos salários (destinados a consumo), o que logicamente se depreende como correto é a promoção, através de uma política concentracionista, de desigualação crescente na distribuição da renda. Argumenta-se que assim se estimulam a poupança e os investimentos dela decorrentes. Frequentemente esta argumentação é empregada em benefício da classe dominante sob a alegação de que é imprescindível, ao menos numa primeira etapa, para se abrir as portas ao desenvolvimento, rompendo assim o círculo vicioso e adquirindo o *impulso inicial mínimo*, já aludido. Os custos sociais de tal política já têm sido fortemente sentidos pelas diversas camadas da população, em particular as mais carentes, em vários países, o Brasil dentre eles.

mundial o que permitiria a melhor utilização dos recursos, pretende que este otimizaria o desenvolvimento de cada nação através da "transmissão do crescimento" ou do "crescimento induzido". Esse automatismo tem sido veementemente desmentido pela prática.

São várias as teorias que propõem a ruptura prévia do relacionamento desigual com os países capitalistas avançados como premissa para avançar em prol do desenvolvimento. Essas teorias, em especial as de inspiração ou cunho socialista, propõem ainda a reestruturação da economia e da sociedade para poder efetivamente se proceder a uma reprodução ampliada nas dimensões e direcionamento necessários. O ponto de estrangulamento na reprodução ampliada consiste na apropriação de uma parte do excedente pelos países imperialistas, e em que a parte do excedente que fica no país não tem habitualmente um destino produtivo.<sup>9</sup> Coloca-se a verdadeira independência política e econômica, efetivada através da implantação de um intercâmbio comercial equitativo e de uma cooperação científica e técnica, como premissa para o real desenvolvimento.

Todos os países subdesenvolvidos têm efetuado, em maior ou menor medida, esforços visando avançar para o desenvolvimento. Programas de desenvolvimento têm se sucedido incessantemente desde então, sem maiores resultados. É incontestável que antes, no primeiro período "pós-revolução industrial", os retardamentos não tinham o caráter irremediável que apresentam hoje, devido às limitações externas e também internas acima assinaladas. Continua o subdesenvolvimento e também o aumento crescente do hiato que separa os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos, embora alguns destes países tenham aumentado consideravelmente sua renda *per capita*. Isto tem abalado as teorias existentes sobre o subdesenvolvimento que não postulam mudanças substanciais nas formas de organização social para sair do subdesenvolvimento.<sup>10</sup> Em contrapartida, tal constatação tem levado muitos à conclusão de que tais transformações são imprescindíveis. Isto reabre a grande discussão sobre a natureza e magnitude das mudanças requeridas.

## A MODO DE CONCLUSÃO

As raízes históricas do subdesenvolvimento remontam à deflagração da "revolução industrial" dos séculos XVIII e XIX. Mas a problemática dos países subdesenvolvidos torna-se centro da atenção só no pós-guerra em decorrência do novo panorama geral. Da atitude inicial de simples denúncia, nos anos 50 (e ainda anos 60) passa-se a tratar o subdesenvolvimento como um retardamento apenas do desenvolvimento, superável através do crescimento econômico via "industrialização" ("modernização") já que com um "impulso inicial mínimo" se

(9) Certos autores têm mesmo chegado a afirmar que a essência das economias subdesenvolvidas radica na utilização peculiar do excedente, que se destina ao financiamento do consumo cada vez mais diversificado e sofisticado da classe dominante.

(10) Para reforçar a tese da incoerência de tais concepções pode-se citar C. Furtado, que em sua obra *O mito do desenvolvimento econômico* (Rio de Janeiro, 1974), caracteriza a economia do Brasil como sendo um "(...) exemplo interessante de quanto um país pode avançar no processo da industrialização sem abandonar suas principais características de subdesenvolvimento" (p. 95).

poderia romper o "círculo vicioso" do subdesenvolvimento.

Nos anos 70, com a constatação dos fracassos das políticas desenvolvimentistas e do aumento do desequilíbrio entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, reexaminam-se as teorias e modelos tradicionais. No lugar de insistir-se nos investimentos e na redistribuição da renda, desde então priorizar-se-á o tratamento do problema através de suas conseqüências (e não das causas) visíveis do subdesenvolvimento, promovendo-se o combate direto à pobreza e ao desemprego.

Por outra parte, os cientistas não tradicionais vão rever as abordagens, e se avançará no sentido de reconhecer sua complexidade e sua índole social. O subdesenvolvimento aqui não é mais visto como um insucesso do desenvolvimento, mas como o resultado mesmo do desenvolvimento, onde o processo de formação do sistema capitalista determinou que os países que lideraram a "revolução industrial" criaram mecanismos tais que bloquearam o desenvolvimento dos outros. A lógica do desenvolvimento capitalista se encarregou do demais.

O subdesenvolvimento vai assim ser aborçado cada vez mais como um fenômeno social complexo, que vai requerer um tratamento que implique transformações substanciais para sua eliminação, não limitadas aos aspectos técnico-materiais. E, segundo o enfoque metodológico, e o filosófico-ideológico a esse indissoluvelmente ligado, ter-se-á uma proposta prática de como agir, a qual nunca é descompromissada com uma ou outra posição política.

São as posições que se adotam em torno à natureza e magnitude das mudanças necessárias no sistema sócio-econômico e político-institucional as que definem a relação de cada um frente ao grande debate contemporâneo sobre o subdesenvolvimento.

# O PEQUENO INVESTIMENTO COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DO GOVERNO DE ALLENDE \*

Raimundo Santos \*\*

## I. AS BASES DA POLÍTICA REGIONAL DA UP

O problema das desigualdades espaciais nem sempre tem recebido um tratamento analítico a partir de consistentes critérios dados pelas funções que, em última instância, a racionalidade histórico-concreta asigna às diversas regiões. Decorrente disso, a planificação regional na América Latina geralmente tem um enfoque economicista e as medidas paliativas propugnadas, dirigidas na sua maioria a áreas problemáticas ou deprimidas, com freqüência não levam em conta uma preocupação de conjunto da realidade.

Somente alguns trabalhos mais recentes começam a esclarecer um novo enfoque<sup>1</sup>, precisamente por tentarem relacionar a temática regional com os obstáculos centrais que enfrentam os países ao seu desenvolvimento e, mais especialmente, na medida que associam a "solução regional" à questão do poder político, deferenciando este último fator dos demais determinantes das deformações espaciais.<sup>2</sup> A consequência deste tipo de perspectiva é a possibilidade de converter a análise regional em elemento consistente de política econômica e a própria planificação espacial em elemento nada desprezível à estratégia de desenvolvimento. De um enfoque dessa natureza decorreria uma ação deliberada no espaço geográfico nacional, de modo a administrar sua funcionalidade global e assim transformar a ferramenta regional em ponto substancial para a obtenção de metas gerais.

No caso da experiência do Governo da Unidade Popular chilena, estas novas preocupações da teoria econômica espacial vêm-se orientando em duas dire-

(\*) Este artigo, escrito em agosto de 1973, é um extrato de outro trabalho mais amplo, avaliativo das primeiras proposições de política regional do Governo da Unidade Popular esboçadas no Chile pela Oficina Nacional de Planejamento (ODEPLAN).

Sua publicação, passado tanto tempo, se pode ter alguma utilidade, contentamo-nos com a chamada de atenção para um processo político tão curioso, como a experiência chilena e, mais especificamente, para a importância dos pequenos investimentos, desde que equacionados em espaços menores, a partir de critérios globais dados pela racionalidade de processos de mudanças.

Suas muitas limitações teóricas não nos levaram a revisar conceitos e apreciações da circunstância em que foi elaborado, pois, apesar dos riscos, preferimos deixá-los mais como testemunho, inclusive na forma redigida originalmente.

(\*\*) Professor do Mestrado em Sociologia da UFPb — Campina Grande-PB

(1) Rofman, Alejandro, "El fenómeno de la concentración y centralización espacial en América Latina: Elementos para una discusión", *Seminário Internacional ILPES/ILDES*, Viña del Mar, Abril de 1972 (mimeo).

(2) Armstrong e Santos, W., R., "Crítica de la teoría de los polos de desarrollo", *Documento de Trabalho*, n. 51, CIDU, Universidade Católica do Chile, Santiago, 1972.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano VI	Nº 6	61 a 73	Jan.86/mar.88
-------------	----------------	--------	------	---------	---------------

ções, fundadas num marco-base prospectivo para se chegar a propostas concretas, a saber:

- a) a de trabalhar com uma imagem-objetiva que, projetando o comportamento de variáveis setoriais chaves num prazo de 30 anos, dessa perspectiva capaz de delinear uma possível estratégia de ação;<sup>3</sup>
- b) a de considerar que estas projeções proporcionam uma visão espacial futura acorde com os requerimentos da "nova economia" e os objetivos sociais do processo de transição ao socialismo.<sup>4</sup>

O pressuposto específico é que, uma vez criada a situação de Governo Popular, não se lograria uma nova fisionomia espacial somente a partir do desenvolvimento das mudanças estruturais programadas, sem uma atuação deliberada no espaço econômico e sem se ter claro a especificidades e importância dos instrumentos de política regional.

O marco perspectivista, sem dúvida, constitui avanço importante, mas ainda restam insuficiências no que diz respeito ao conceito de "nova economia" e quanto ao significado da própria "transição ao socialismo", já enriquecidos atualmente com as experiências históricas. Elas, quanto menos, indicam algumas linhas de previsão de dificuldades, como as referentes ao intrincado que tem sido as funções produção/inversão, redistribuição/consumo, reforma agrária/produção-comercialização (abastecimento e mercado negro); industrialização pesada/produção de bens de consumo; área de propriedade privada/queda nos investimentos; bloqueio externo e interno.

Além disso, é imperioso aquilatar como as chamadas leis gerais da marcha para o socialismo se expressam nas peculiaridades chilenas. O exemplo maior talvez seja como o mesmo problema de enfrentar a prioridade na redistribuição da renda, com a conseguinte reorientação do aparelho produtor de bens de consumo massivo em detrimento dos investimentos de longa maturação, em condições bem específicas. A experiência em curso indica que as circunstâncias em que o movimento popular alcançou o governo coloca a necessidade da conquista de uma ampla maioria da população, pois os resultados das eleições de setembro de 1970, de abril de 1971 e de maio de 1973 ainda não expressam a divisão entre "popular" e "não popular" e não correspondem aos interesses reais da cidadania chilena, mediatizados ainda por fatores diversos. Ao contrário do que ligeiramente supuseram alguns, a especialidade da *via chilena* é a forma como a população se incorpora às tarefas estatais, e participa nas decisões a partir da formação do Governo da Unidade Popular (UP) e não mediante a destruição do aparelho do Estado burguês, mas pela ocupação do Executivo, com a preservação de suas atribuições e o uso mais conseguinte das mesmas.

Os esforços do Governo da Unidade Popular para modificar no médio prazo as atuais tendências de concentração e assentar as bases de uma nova macroestruturação espacial se inspiram na procura da descentralização urbana que dinamiza o espaço rural, difunde o progresso material e cultural à população e cria

---

(3) ODEPLAN, Documentos Preliminares da "Estratégia Espacial", Santiago, outubro de 1972. (Mimeo, circulação restrita).

(4) Ibid. cap. 3

uma estrutura territorial formada por centros industriais capazes de maximizar o potencial de desenvolvimento regional.<sup>5</sup>

Por certo esta opção é um processo desconcentrador complexo, consulta a inércia do padrão de desenvolvimento histórico e, em princípio, as restrições objetivas impostas pelo atual estado da economia nacional. A política econômica espacial tem como orientação central (alternativa aos critérios de rentabilidade empresarial anterior) "a eficiência... medida em termos de objetivos integrais de desenvolvimento nacional que demanda uma nova estrutura espacial da economia e procurem materializar uma imagem-objetiva essencialmente diferente a que nos leva o modelo histórico".<sup>6</sup> A desconcentração proposta pretende combinar a acumulação que requer a construção da "nova economia" com uma produção baseada em critérios de justiça social. Ela implica na procura de eficiência econômica indispensável no médio prazo a partir do reconhecimento de deseconomias de escala existente na infraestrutura social, entendendo-se ainda que "eficiência social" — politicamente desejada — postergaria aumentar as bases para a acumulação.

A estratégia se viabilizaria mediante uma ordenação mais complexa e diferenciada da trama urbana nacional, consolidando basicamente o "corredor central de desenvolvimento" — que se estende desde a província de Coquínho, ao norte, até Llanquihue, ao sul, abrangendo 92% da população do país — e pivoteando o conjunto de centros urbanos em torno daqueles considerados potencialmente desconcentradores.<sup>7</sup>

Afirma-se que a ferramenta regional aportaria ao aumento do desenvolvimento nacional, ao próprio tempo em que se estaria também optando pela tese de um certo "sacrifício da eficiência" micro-econômica de algumas atividades em favor de um maior emprego de recursos humanos ociosos e em função de uma melhor distribuição da renda, com o qual se estaria poupando recursos que permitiriam uma maior concentração dos investimentos (medida em termos reais) naquelas atividades e lugares que mais contribuíssem para o logro de objetivos econômicos e territoriais no marco de uma nova funcionalidade espacial.<sup>8</sup>

A partir dessas considerações, foram consideradas como atividades mais propícias os setores da construção, agro-pecuário e a agro-indústria, por sua maior incidência espacial no curto prazo, já seja por seus aspectos econômicos como por seus resultados sociais.<sup>9</sup>

Avaliza esta escolha a constatação de que, nas condições de escassez de capital e de abundância de mão-de-obra existentes no país, as demandas de infraestrutura, tanto em extensão como em intensidade, estariam levando a uma situação tal que seu atendimento exigiria um custo social mais elevado do que desenvolver um processo de urbanização desconcentrador. O suposto aqui é o de que "As aparentes economias de escala, quando são medidas em termos sociais, podem terminar sendo deseconomias reais, especialmente quando os recur-

---

(5) Ibid.

(6) Ibid.

(7) Ibid.

(8) Ibid.

(9) Ibid.

tos são escassos e têm uso alternativo mais eficiente ou produtivo em outros setores da economia".<sup>10</sup>

A primeira grande restrição, contudo, é que a demanda agro-pecuária se encontra concentrada em torno de Santiago, o que leva à necessidade de abordar o problema da rede de transporte e comercialização para alterar o processo de absorção na zona metropolitana da maior parte da capacidade geradora de capital com a conseguinte marginalização das áreas afastadas do centro consumidor.

Nestes termos, uma política econômica estável teria como provável campo de ação, de um lado, a maximização dos excedentes econômicos com a crescente produtividade do capital e da mão-de-obra e as economias de escala (manejando a Área de Propriedade Social e a Área Mista, sobretudo concentradas em Santiago); e de outro, a instrumentalização da variável espacial procurando aumentar a produção e a produtividade mediante a incorporação acelerada de recursos ociosos, especialmente humanos e naturais, significativamente importantes nas áreas periféricas à província de Santiago. Quer dizer: a estratégia espacial formulada deveria apoiar-se muito mais nas possibilidades de excedentes da área de propriedade social, na perspectiva de sua transferência para regiões de menor produtividade, e na possibilidade de tomar decisões políticas flexíveis — dentro da disjuntiva entre a tendência real de acumulação em moldes concentradores e a perspectiva de incorporar recursos ociosos na periferia — procurando-se compensar a baixa capacidade de gerar recursos reais a curto e médio prazos, mas com custos crescentes, a partir de investimentos adicionais em obras de acondicionamento do território, se se mantêm a tendência concentradora.

Mas a estratégia opta, teoricamente, por atuar numa área prioritária diversa — principalmente no setor agro-pecuário — procurando generalizar na periferia um novo dinamismo e um processo de completariedade com os atuais centros urbanos dominantes,<sup>11</sup>

## II — A RACIONALIDADE ECONÔMICA EMERGENTE

Ainda que as orientações perpectivistas da estratégia desenhada apresentem deficiências metodológicas, o fato mais marcante, contudo, é que, transcorrido dois anos e meio de experiência do Governo da Unidade Popular, a realidade sócio-política vem gerando uma racionalidade econômica significativamente diversa da pré-existente e muito diferente das previsões contidas no marco suposto.

A situação atual se caracteriza por uma demanda aumentada de forma extraordinária — tando em termos reais, como fictícios —, o que vem criando um sério problema de abastecimento, em particular agudo nos centros metropolitanos. Além das deformações provocadas pela sabotagem empresarial e o mercado negro político; a oferta de bens reflete a importante desorganização que atinge o aparelho produtivo, especialmente visível do setor agro-pecuário que vem perdendo capacidade gerencial-organizativa e é fato que a área de propriedade social não tem podido acumular os excedentes esperados e se vê afetada pelo blo-

---

(10) Ibid.

(11) Ibid., p. 13.

queio econômico externo, trazendo graves conseqüências para um país tão dependente do exterior.

Durante o ano de 1971 foram incorporadas muitas empresas ao núcleo do que depois constituiria a Área de Propriedade Social, chegando a mesma em outubro de 1972 com 150 empresas, representando 30% da produção e 20% do emprego industrial. A capacidade ociosa das indústrias, que promediava em fins de 1970 a porcentagem de 25%, foi utilizada rapidamente; a desocupação se reduziu significativamente à metade do mesmo período, desenvolvendo-se assim uma política de reativação da economia no curto prazo.

A meados do ano 1972 a liquidação do latifúndio chegou preticamente a seu termo, tendo o Governo Popular expropriado, só em 18 meses, 3.374 estabelecimentos, enquanto que na administração anterior somente se havia expropriado a 1.408. Nesta mesma data o setor reformado compreendia 8 milhões e 996 mil hás (das quais 669 mil são terras regadas e 1 milhão e 226 mil hás terras aráveis, o que representa cerca de 48% da terra regada, em tanto que os pequenos e médios proprietários (com menos de 40 hás, básicas) contam com 25% da superfície das terras regadas e com 30% aráveis.<sup>12</sup>

Mas o otimismo era passageiro. A expansão econômica, produzida pela rápida utilização da capacidade ociosa das indústrias, e monetária, resultante das melhorias salariais também imediatas, aumentaram a demanda de alimentos em cerca de 27%, enquanto que a produção agro-pecuária interna subiu apenas numa média de 6%. O déficit, que é complementado pelas quantiosas importações, nos últimos dois anos atingiu cifras correspondentes à terceira parte do consumo total, superando assim a média da década anterior, que se situava entre um quarto e um quinto.<sup>13</sup> Se acrescentamos a esta realidade o lock-out patronal, que durante 26 dias de outubro de 1972 transformou todas as atividades produtivas do país, observa-se uma mudança na situação econômica cujo principal traço é o pouco controle sobre o processo inflacionário galopante. Este novo quadro, de apenas dois anos, transcende seu caráter aparentemente conjuntural para tornar-se uma característica da racionalidade econômica do início de 1973 e seguirá projetando-se no futuro.

Em função disso, a batalha política decisiva para os rumos do Governo Plupular, desde fins de 1971, passou a ser a luta pela normalização dos abastecimentos, o controle dos preços e, sobremaneira, o aumento da produção. Já então era indispensável passar de uma política imediata a outra que consolidasse o terreno avançado, e pusera em marcha os setores básicos da Área de Propriedade Social e da Área reformada da agricultura, uma vez que se chegava velozmente ao limite do uso da capacidade ociosa e os stocks de bens pré-existentes se esgotavam. Em fevereiro de 1972, com os acordos tomados pela Unidade Popular em *El Arrayán* cobra maior significado na nova política econômica o aumento da produção agro-pecuária, em vista do reconhecimento da importância da alimentação para o povo e das restrições reais das divisas para importar. Desde então vem se procurando imprimir uma direção centralizada na Área de

(12) Corvalán, Luis, "Informe ao Pleno Agrário do PC", de agosto de 1972.

(13) ICIRA, "Diagnóstico de la Reforma Agrária" (Nov. junho de 1972), resumo publicado na revista *Chile, Hoy*, n. 2.

Propriedade Social com a finalidade de se lograr uma maior eficiência e rentabilidade. Na agricultura, desde o lock-out de outubro de 1972, também se procura a reestruturação e funcionamento do setor reformado<sup>14</sup>; e no setor industrial, se desenvolvem esforços para que as empresas trabalhem com planos operativos, chegando-se a criar os comitês setoriais da Corporação de Fomento (CORFO) justamente para exercer o controle a nível dos ramos produtivos.

Apesar disso, a capacidade gerencial pré-existente nos estabelecimentos expropriados não foi ainda substituída no curto prazo por uma organização eficiente, nem se conseguiu diminuir o clima de insegurança; mais ainda: a Oposição ao governo intensificou sua decisão de obstruir os financiamentos no Parlamento; o capitalismo especulativo se revelou, mais que um instrumento contingente e ganancioso, uma arma política cujas conseqüências vêm superando todas as previsões.

Diante de tal crise, na reminiscência leninista, se procurou identificar os "fatores determinantes e os problemas, procurando-se o "elo particular no qual se deveria eferrar com todas as forças para sujeitar toda a cadeia e preparar solidamente a passagem para o elo seguinte".<sup>15</sup> Foram definidas as prioridades em torno do setor agro-pecuário e da mineração (pela sua importância na geração de divisas) e finalmente se chegou à compreensão da importância do problema econômico para a continuidade do processo revolucionário em curso.<sup>16</sup>

Todas essas tendências e fatores, decorrentes em muito do próprio processo transformador, conformam uma racionalidade econômica muito diversa da prevista na formulação inicial da política regional tal que se tornou uma realidade que obrigará, mesmo sem cancelar o marco espacial formulado, o reconhecimento dos dinamismos positivos e negativos, decorrentes em muito do próprio processo de mudanças na perspectiva, por certo, de direcioná-los numa ação espacial possível de curso que toma a economia nacional.

### III – O PEQUENO INVESTIMENTO NO PROCESSO DE MUDANÇAS

Em tese, parece óbvio a correlação existente entre subdesenvolvimento regional e a estrutura agrária; e também cifrar esperanças quanto a uma reestruturação espacial baseada, mais realisticamente, nas transformações econômicas, sociais e políticas que implicam uma reforma agrária. Possível ainda, nesta perspectiva, desenvolver um esforço que hierarquize e quantifique estas mudanças, e se chegue mesmo a operacionalizar o processo reformador da agricultura em termos de um novo instrumento de desenvolvimento regional.

---

(14) Como sublinha o Ministro Calderón, da Agricultura: "Expropriações ainda restam por se fazer e as faremos, mas é claro que agora o problema central da política não pode seguir sendo o das expropriações, mas a consolidação produtiva do expropriado, precisar as novas organizações do setor reformado, desenvolver a agro-indústria, preocupar-nos com especial interesse da produção agropecuária para reduzir drasticamente as necessidades de importação de alimento, etc., e tudo isso impulsionado com um critério central: elevar o papel das massas trabalhadoras do campo nestas questões". Revista *Posición*, s/f, 1972.

(15) Cerda, Carlos, "La clave de la victoria", art. publicado em *El Siglo*, 25/1/73.

(16) Congresso da Unidade Popular, realizado em junho de 1973.

O caso chileno é muito ilustrativo no que diz respeito a expectativas e realidades.

A Reforma Agrária significou uma distribuição de renda na proporção em que se intensificou o processo expropriatório; alguns logros foram obtidos na nacionalização da comercialização da produção agro-pecuária e se tenta introduzir a planificação no setor.

Um problema, contudo, que o processo reformador não tem podido solucionar é o do minifúndio e a pequena agricultura. Este setor incide fortemente na deterioração das áreas agrícolas ao longo do país. Se consideramos como pertencentes ao estrado as propriedades classificadas como sub-familiares e familiares, vemos que elas representam 77% do total de explorações, ocupando cerca de 30,4% dos cultivos anuais. No setor viviam em 1972 74,6% da população agrícola e ocupava uma força de trabalho permanente estimada em 54,3% e ocasional e temporária calculada em 46,5% da população ativa.<sup>17</sup> O minifúndio — na acepção de explorações sub-familiares — dispunha de apenas 5,1% da superfície em cultivos anuais para concentrar uma população da ordem de 40,6% e ocupar só 4,2% da força de trabalho permanente, estimando-se que dos trabalhadores temporários e ocasionais 16,1% trabalhavam e residiam no mesmo local, enquanto que 56,2% nas explorações multi-familiares médias e grandes, setor este último afetado pelo processo expropriatório.<sup>18</sup>

O fato em si colocava a necessidade de esforço para vincular os minifúndios ao setor reformado que os absorvera, completando-se essa política com assistência sindical, técnico-creditícia e social nas áreas mais minifundistas, maior oferta de serviços nas mesmas.<sup>19</sup> Mas como não se pode esperar no curto e médio prazos uma resposta sólida por parte do setor reformado, e não será criado um importante aumento nas oportunidades de trabalho, continuarão existindo pobreza e desemprego nos minifúndios de muitas localidades do país.

A solução que se vislumbra, no curto prazo, consiste em tentar elevar o nível da ocupação mediante investimentos nos serviços de infraestrutura social e descentralização de indústrias relacionadas com a elaboração do produto agro-pecuário e florestal.<sup>20</sup>

Uma opção deste tipo está implícita na estratégia espacial proposta, quando se procura que o desenvolvimento urbano possibilite concretizar estratégias intra-regionais que reestruture os sistemas de centros urbanos e induza o deslocamento controlado das migrações.<sup>21</sup>

A escolha de sistemas e sub-sistemas urbanos que seriam estimulados se faz com o critério de obtenção de eficiência para dinamizar o *hinterland* destes centros mediante a oferta de emprego de acordo com a demanda local, com o que se espera independizar os centros menores da área metropolitana; diminuir a dispersão de população e, em definitivo, contribuir para o encurtamento da diferença cidade-campo, equilibrando, limitando e/ou invertendo o crescimento diferencial entre a metrópole e as cidades médias e pequenas.

(17) Informes do ICIRA, cit.

(18) Ibid.

(19) Ibid.

(20) ODEPLAN Estrategia, op. cit., cap. VII.

(21) Ibid.

A definição dos níveis dos centros a serem dinamizados, assim como os papéis que deverão cumprir na "desconcentração concentrada", permitirá estabelecer critérios de localização que vitalize uma política de investimento mais realista diante da racionalidade particular emergente com a posta em prática das principais medidas do programa da Unidade Popular.

Inicialmente, a área metropolitana tenderia a desconcentrar-se com base em Rancagua, capital da província contígua, desestimulando-se novos projetos industriais para outros lugares. Os demais centros regionais contemplados na estratégia proposta cumpririam um papel industrializante com base nos insumos locais, incluídos bens de capital e de consumo, e estariam equipados com serviços de finanças, comércio, etc. Já os centros micro-regionais desempenhariam uma função básica para deter os fluxos migratórios que se dirigem a Santiago, procurando-se integrar a micro-região. Preferencialmente centros de atração para agro-indústrias, dotados de estrutura média e pequena de alta tecnologia e/ou alta ocupação de mão-de-obra não qualificada, e com infraestrutura comercial e de abastecimento. Os centros menores, as chamadas Unidades Territoriais Básicas\*, têm por função principal proporcionar o acesso da população dispersa em vilas, aldeias e povoados rurais aos bens e serviços.<sup>22</sup>; suas atividades produtivas são recursos naturais especializados com alta capacidade geradora de emprego de pouca qualificação; dotados de um nível básico de serviços, podem constituir, com os centros periféricos de seu interior, uma forma de enlace urbano-rural de importância na perspectiva de superar a dispersão rural existente.

Tal tipologia tem por objeto indicar critérios de localização que permitam uma aproximação à estrutura espacial proposta, adiantando-se tão só quais devem ser os centros de ordem nacional e regional, guardando-se a definição do nível de decisão mais localizado para a seleção dos centros menores como um trabalho de planificação intraregional.<sup>23</sup> O que se procura, no caso, é certo realismo nas possibilidades, posto que se quer vincular investimentos produtivos com recursos naturais, humanos e de infraestrutura, como sugere a análise de uma matriz como a que se segue. (Ver na página seguinte)

Em definitivo, se trata de conhecer certo perfil econômico-espacial que permita elaborar uma política de localização de investimentos industriais e nível maior de centros, centros médios e pequenos, possibilitando utilizar a principal ferramenta de política de desarrollo urbano; e que também permita o uso consciente de pequenos investimentos naqueles níveis urbanos inferiores, incluindo-se numa estratégia de desenvolvimento espacial e proporcionando com isso um maior reconhecimento prático destas realidades por parte da estrutura do governo.

O dito anteriormente não está negando a necessidade dos grandes investimentos, mas chama a atenção para o fato de que, pelas suas características, o volume e sua longa maturação que não produzem efeitos indiretos a médio e

---

(\*) Estas Unidades Territoriais Básicas são micro-regiões funcionais, economicamente integradas e definidas a nível de departamento.

Cf. Babarovic, Ivo, "Definiciones como marco para el análisis espacial en Chile". CEPLA, Santiago, 1972.

(22) Ibid.

(23) Ibid.

## MATRIZ DE ATIVIDADES POR NÍVEL DE CENTRO

	Nacional	Regional	Micro Regional	UTB	Periférico	UP ag.
Complexos Industriais	o	o				
Indústrias manufatureiras especializadas e diversificadas	o	o				
Indústria intensiva de capital:						
Grande	o	o	x			
Média	o	o	o			
Pequena	o	o	o			
Indústria de alta ocupação de mão-de-obra:						
Grande	o	o	o	o		
Média	o	o	o	o		
Pequena	o	o	o	o	x	
Sub-complexos	o	o	o	o		
Indústria artesanal	o	o	o	o	o	o
Indústria turística	o	o	o	o	o	o

o = atividades que estruturam o nível de centro

x = possíveis atividades

FONTE: Estratégia, op. cit., cap. VII, 3.

curto prazos, nas pequenas localidades, elas não superam a ausência de atividades produtivas organizadas a nível local. Diferente disso, numa situação de escassez de recursos, pode-se realizar pequenos projetos, de rápida execução, vinculando-se de imediato aos anseios da população dos povoados dispersos.

A afirmação não é apenas para considerar o pequeno investimento "como suplementar da grande obra, mas para adiantar-se a esta, devendo assim ser considerado na planificação nacional do investimento".

"A concepção de desenvolvimento do país é visto pelos economistas desde o ponto de vista das cifras; quando têm que decidir um investimento que poderíamos chamar de macro-econômico, tem de passar dos 20 milhões de dólares, dos 100 milhões de escudos".<sup>24</sup>

Ao contrário disso, se calcula que com um bilhão de escudos se pode ins-

(24) Texier, Alberto, gerente da SERCOTEC, "La pequeña inversión en un programa de inversiones", cf. *El Siglo*, 22/03/73.

talar 100 pequenas indústrias nos povoados de 800 habitantes, utilizando principalmente mão-de-obra feminina da zona, o que a direção do Serviço de Cooperação Técnica (SERCOTEC) chama a "revolução para cada povoado" no sentido de encavar em cada vila do país uma iniciativa industrial.

Já em consequência de tais orientações se realizam muitas iniciativas para instalar pequenas indústrias em regiões distantes, como também o SERCOTEC e a Direção de Assistência Social (DAS), dependente do Ministério do Interior, assinaram convênio para coordenar atividades, fomentar e instalar pequenas indústrias ou oficinas que absorvam bolsões de desemprego e sub-emprego existentes em regiões previamente determinadas pelo DAS, no marco de uma ação conjunta com os comitês de desempregados. Contudo, o decisivo, para que os pequenos investimentos sirvam como uma base a mais da industrialização descentralizada em regiões e províncias atrasadas, reside em que esta nova ferramenta passe a integrar os mecanismos de planificação, quer dizer: que as potencialidades sejam equacionadas nos marcos do processo transformador em marcha e se estabeleça sua capacidade desconcentradora formal e claramente.

#### IV – O SETOR DA PEQUENA E MÉDIA INDÚSTRIA E AS ORIENTAÇÕES DO GOVERNO POPULAR

O setor do artesanato, da pequena e média indústria (PIA) abrange, no caso chileno, cerca de 30.000 estabelecimentos (94% do total do setor industrial) e emprega 160.000 trabalhadores (39% da força de trabalho de todo o setor industrial), distribuída nos ramos de alimento, calçado e vestuário; móveis e acessórios; indústria gráfica; couro, borracha, produtos metálicos, etc. e contribui com 22% do valor agregado total da produção industrial e um 3,7% do produto geográfico bruto do país, contribuição superior a dos setores da construção e do transporte.<sup>25</sup>

É certo que subsiste uma alta porcentagem de capacidade instalada que não se utiliza (34,7%) em condições de, a curto prazo e sem necessidade de grande esforço inversionista adicional, lograr-se um aumento na produção industrial do país em um 15%, revestindo especial interesse os ramos de bens essenciais como alimentos, calçado e roupas, entre outros. Esta possibilidade, contudo, se vê restrita pela concentração quase absoluta do setor na província de Santiago, sobretudo quanto maior é o tamanho da empresa. O emprego gerado pelos estabelecimentos localizados na província de Santiago representa 50% da ocupação de todo o estrato, o que mede um pouco a potencialidade do setor.

Definitivamente se pode esperar que a médio prazo o setor tenha condições para contribuir com um aumento significativo da produção e pode converter-se numa real alternativa para a absorção de mão-de-obra de baixa qualificação e constituir-se numa base a mais para descentralização de atividades produtivas, dependendo isso em grande medida da política que desenvolva o governo para o setor não apenas para o curto prazo, mas também para uma perspectiva mais futura.

---

(25) Os antecedentes sobre o setor foram reunidos mediante um questionário aplicado pelo SERCOTEC, publicado em Julho/73 por este mesmo organismo.

Neste mesmo sentido, resulta interessante enumerar os principais problemas com que se defronta o setor e logo destacar as orientações das medidas mais relevantes que se propõe tomar o Governo Popular:

a) "Tudo faz presumir que a curto prazo a antiguidade média da maquinaria seguirá aumentando e que, em geral se não se corrige essa tendência, a produção da pequena indústria e o artesanato poderia baixar em lugar de aumentar.<sup>26</sup>

b) Dos 28.680 estabelecimentos pertencentes ao setor, 24.563 são da categoria artesanal (1—9 pessoas ocupadas e somente 4.117 são consideradas como pequena indústria (10—49 trabalhadores) com o que se observa que a grande massa de artesãos é a base social do setor, com deficiências importantes em equipamentos, nível tecnológico muito limitado e principalmente o baixo nível de sindicalização do estrato (que em 1968 só tinha 21% associado).<sup>27</sup>

Observam-se problemas específicos tais como: subordinação ao mercado de atacado, cuja condição de monopólio impõe os preços (utilizando o sistema de adiantamentos sobre a produção comprometida); dependência dos comerciantes-importadores dos equipamentos e limitações para pagar salários, as prestações sociais, melhoria nas condições ambientais, ferramentas, etc.<sup>28</sup>

Superando o marco da mera assessoria seletiva e individual do passado, o Governo da Unidade Popular se propõe ajudar o setor a partir das quatro seguintes linhas de ação:

1 — "O Estado procurará dar assistência financeira e técnica necessária às empresas desta área (privada) para que possam cumprir com a importante função que desempenham na economia nacional..."

2 — "Além disso, se simplificarão os sistemas de patentes, impostos aduaneiros, contribuições e taxas imputadas a estas empresas..."

3 — "Nestas empresas se deverá garantir os direitos dos operários e empregados e salários e condições de trabalho justos."<sup>29</sup>

A maior preocupação do Governo da Unidade Popular tem sido insistir na inexistência de monopólio dos pequenos e médios industriais e artesãos, cujas empresas não tenham um capital superior a 130 salários mínimos anuais, tendo já enviado ao Parlamento um projeto de lei em novembro de 1972 sobre tributação e fomento do setor. Deixando de lado o sistema anterior, se incentiva a capitalização das empresas do estrato com base no reinvestimento dos lucros não distribuídos, diminuindo a base de incidência do imposto.

A assistência financeira está garantida e democratizada mediante o "Estatuto de Crédito para a pequena indústria e o artesanato", e através dos seguintes mecanismos:

— se criou um organismo denominado "Comité de Crédito à pequena indústria e o artesanato", com o objetivo de manter um estreito contato com os beneficiários, detetar seus problemas e propor soluções a nível nacional e regional;

---

(26) Texier, Alberto, "El aporte de los pequeños industriales", revista *Principios*, n. 152, Julho/agosto, 1973.

(27) Ibid.

(28) Ibid.

(29) *Programa de la Unidad Popular*, ed. PLAN, 1971.

- ao próprio Comitê lhe corresponde redigir um Regulamento de Operação do crédito que lhe fixará as atividades, a ser proposto ao Banco Central, e
- a garantia a exigir do usuário de menor porte será do tipo pessoal (letra, promissória, etc.), facultando-se ao Banco Central recorrer a outras exigências quando se trate de empresas maiores.<sup>30</sup>

Neste mesmo sentido, e sempre com participação dos beneficiários, tem-se realizado importações da maquinaria através da SERCOTEC, procedendo-se a uma distribuição democrática das mesmas.

Em relação ao problema dos abatecimentos de matérias-primas, apesar de que somente tem-se encarado as dificuldades da Área de Propriedade Social, ultimamente foram tomadas iniciativas para o estrato, como é o caso da criação das Setoriais de Abastecimentos (couro, calçado, têxtil, etc.), que são estruturas incorporadas ao SERCOTEC.<sup>31</sup>

O problema sindical é o mais difícil de resolver na medida em que a divisão dos dois organismos existentes — a Associação dos médios e pequenos industriais (AMPICH) e a Confederação Nacional Única da pequena indústria e o artesanato (CONUPIA) — é aumentada ainda mais pela pressão dos setores monopólicos filiados à sociedade do Fomento Fabril (SOFOFA) que procuram atrair o setor para a posição de bloqueio econômico ao governo.

A partir de 1973, o Governo Popular reconheceu um papel importante ao estrato da pequena e média indústria dentro de seus esforços para sair da crise econômica. Algumas definições procuram relacionar o setor com a Área de propriedade social e a Área mista, com base em metas como as seguintes:

- dar uma contribuição eficiente para o aumento da produção, considerando-se a alta porcentagem da oferta que é gerada, ou possa a vir produzir-se no setor;

- substituir as importações e/ou abrir novas linhas de exportação na medida em que o setor se especialize em certos ramos ligados a peças e acessórios, etc.;

- gerar novos empregos, importante possibilidade do setor por sua capacidade de ocupar mão-de-obra mais elevada que as empresas de maior porte.<sup>32</sup>

Conseqüência do anterior é o fortalecimento que vem tendo o SERCOTEC dentro da administração pública, definindo-se sua responsabilidade mais importante como "o apoio à pequena indústria e o artesanato nos marcos da área privada, mas condicionando este apoio aos interesses de todo o povo e dos trabalhadores do setor em particular".

Por esta razão o SERCOTEC se propõe durante o ano de 1973 trabalhar com quatro diretrizes básicas: a) esclarecer as regras do jogo em relação às garantias e operacionalidade do setor; b) superar as dificuldades do estrato, para por em marcha sua capacidade produtiva, dando ênfase à questão dos abastecimentos; c) promover um vasto programa de investimentos numa perspectiva de desenvolvimento regional e d) procurar que o setor concretize contribuições no

---

(30) O acordo foi feito por uma comissão formada por três representantes dos pequenos industriais, dois do Banco Central e dois do SERCOTEC.

(31) Texier, op. cit.

(32) SERCOTEC, "Directrices para la acción del SERCOTEC", fevereiro de 1973.

tocante ao problema das divisas.<sup>33</sup>

Além da segurança dada quanto à inexistência de inapropriabilidade do setor, contemplada em projeto de lei enviada ao Parlamento, foi criado a nível de SERCOTEC, o Departamento de Estudos de Novas Formas de Empresas com a finalidade de dar solução aos conflitos e às "ocupações" de empresas verificadas também neste estrato.

No que se refere aos abastecimentos de matérias-primas, se adianta estudos para quantificar as necessidades de insumos básicos das regiões, destacando-se as desvantagens das demais com relação à província de Santiago, onde se localiza a maioria dos produtores destes materiais, o que permite uma promoção mais democrática e mais eficiente de sua distribuição; com um procedimento similar em relação à comercialização, à política de substituição de importações e o fomento das exportações, sublinhando-se o novo tratamento dado à questão do crédito.<sup>34</sup>

Orientação importante é a promoção do setor mais vinculado à produção de bens essenciais, brindando assistência técnica e financeira às indústrias estabelecidas para que funcionem com sua máxima capacidade, seja pondo em funcionamento a que já esteja instalada, seja melhorando sua tecnologia; realizando investimentos que gerem novas empresas, mais ligadas às demandas locais com vistas a assentar bases reais para a descentralização industrial.<sup>35</sup>

Em resumo: se pretende combinar uma política de fomento às empresas com maiores possibilidades de aumentar a oferta de bens essenciais e/ou de substituir importações e incrementar as exportações com a utilização de recursos locais (matérias-primas e mão-de-obra), de modo que dinamize muitas áreas das províncias, onde precisamente estão os focos de desemprego mais significativos.

Nesta perspectiva, sem dúvida, o estrato da pequena indústria e o artesanato tem um peso significativo para a reativação das economias provincianas tanto no curto como no médio prazo. Os pequenos investimentos podem converter-se numa ferramenta importante para a política regional de desconcentração concretizada, que a nível das regiões implica em estimular o desenvolvimento mais integral de seus *hinterländer*, desde que se incorpore aos mecanismos de planificação e se acredite como um instrumento dotado de capacidade decisória e de execução dentro do aparelho estatal.

---

(33) Ibid.

(34) Ibid.

(35) Ibid.

# RAÍZES Nº 4-5

JAN. 84/DEZ. 85

PROBLEMATICA  
AGRÁRIA

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

## SUMÁRIO

### ARTIGOS

<b>Kostas Vergopoulos:</b> Capitalismo e alimentação . . . . .	5
<b>Manoel Correia de Andrade:</b> A seca e o combate aos fatores desestabilizadores da economia agrícola do Nordeste . . . . .	33
<b>Gian Mario Giuliani:</b> A renda da terra: um impasse na teoria . . . . .	39
<b>Yves Chaloult:</b> Uma política de legitimação do Estado e rearticulação da pequena produção rural: o Projeto Nordeste . . . . .	61
<b>Clemilda Maria de O. de Sousa:</b> Movimento operário e luta pela terra em Pernambuco . . . . .	101
<b>Paola Cappellin Giuliani:</b> Reflexões sobre o projeto de reprodução entre assalariados . . . . .	123
<b>René L. de Carvalho &amp; Eulália E. Cardoso:</b> Frentes modernizantes na agricultura paraibana . . . . .	141
<b>Jean-Charles Szurek:</b> Crise agrícola e sindicalismo rural na Polônia . . . . .	155

<b>PESQUISAS ASSOCIADAS:</b> Mudança sócio-econômica do Cariri Paraibano . . . . .	167
--	-----

<b>Ghislaine Duqué:</b> Estrutura fundiária e pequena produção . . . . .	168
<b>Maria Cristina de M. Marin:</b> Migração sem urbanização . . . . .	197
<b>Ramón Peña Castro:</b> A política de reflorestamento no Semi-Árido paraibano . . . . .	204

### NOTAS, COMENTÁRIOS E INFORMAÇÕES

<b>César Garcia:</b> Posições atuais em torno da reforma agrária . . . . .	213
<b>Mestrado em Sociologia Rural:</b> Abstracts das dissertações defendidas . . . . .	217

### RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

<b>C. Garcia; H. F. Aguiar Filho; J. C. Moreira Filho &amp; M. A. Seara:</b> A questão agrária e a SUDENE. (E. Troccoli & G. Duqué) . . . . .	229
<b>L. C. B. Pereira &amp; Y. Nakano:</b> Inflação e recessão. (M. L. Malaguti) . . . . .	233
<b>E. Mandel:</b> Marxismo abierto. (M. L. Malaguti) . . . . .	237
<b>J. Camilo de Melo:</b> A lavoura canavieira e a expansão do capitalismo britânico em Pernambuco (M. Zaidan F.) . . . . .	239

# A AGRICULTURA ALIMENTAR E O IMPACTO DO CRÉDITO RURAL SOBRE OS DIFERENTES TIPOS DE PRODUTORES \*

Norma Montalvo de Soler \*\*

## I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho centraliza sua atenção na análise de uma fração de pequenos produtores não capitalistas<sup>1</sup> que, por não terem condições potenciais para se inserirem no processo de modernização agrícola presente na agricultura brasileira, continuam sendo produtores de alimentos básicos (arroz, milho, feijão, mandioca etc.), espaço econômico compartilhado também, nas duas últimas décadas, por agricultores capitalistas.

Precisamente, foi a necessidade de compreender o ambiente concorrencial que se observa a nível de comercialização dos produtos alimentares vinculados à política dos preços mínimos de garantia, que nos levou a pesquisar, a nível da produção e da comercialização, as estratégias pelas quais optam a empresa agrícola capitalista e a pequena produção, e que resultam no aparente nivelamento de ambos os tipos de produtores em termos dos preços mínimos para os produtos que cultivam.

A questão que pretendemos desvendar é precisamente o que está por trás dessa aparente nivelção entre ambos os tipos de produtores. O objetivo básico desta indagação é captar a posição ocupada pelo trabalho familiar do pequeno produtor na economia brasileira. Usamos como recurso analítico a intervenção do Estado.

Dado que a política econômica envolve aspectos alocativos e distributivos de recursos que têm efeitos diferenciais sobre a renda real dos diversos grupos ou

(\*) Versão revisada de um capítulo da tese de Doutorado em Economia intitulada "Agricultura e Reprodução da Força de Trabalho" apresentada pela autora na UNAM, México DF., 1986.

(\*\*) A autora é Mestre em Sociologia (UNB – Brasília, DF), Doutora em Economia (UNAM – México DF) e trabalha no Mestrado em Sociologia Rural/UFPb.

(1) A Pequena Produção Agrícola familiar ou produção não capitalista, se constitui no Brasil numa forma específica de exploração do trabalho pelo capital, produzida socialmente ao longo do processo histórico do desenvolvimento capitalista no país. Neste contexto, o pequeno produtor se situa como trabalhador direto subordinado indiretamente ao capital, especificamente de dominação do capital sobre o trabalho familiar que é visualizado no marco da relação existente entre o processo global do trabalho e o processo de produção social global, apesar da diferenciação existente ao interior do segmento pequeno produtor.

Há consenso sobre a diferenciação existente ao interior da pequena produção que vai desde os "pequenos produtores de infrasubsistência", passando pelos "pequenos produtores médios" até os "pequenos produtores tecnificados ou modernos" integrados às agroindústrias, extratos diferenciais que correspondem a diferentes modalidades de incorporação da pequena produção a produção social global capitalista. Neste trabalho analisamos só um dos estratos da pequena produção, constituído pela fração de pequenos produtores de alimentos básicos ou pequenos produtores minifundiários de infrasubsistência.

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano VI	Nº 6	75 a 106	Jan.86/mar.88
-------------	----------------	--------	------	----------	---------------

classes sociais, neste trabalho procuramos entender o impacto diferencial da intervenção estatal, via política de crédito agrícola, sobre a empresa agrícola e a pequena produção não capitalista inseridos na produção de alimentos básicos. Particularmente nos propomos compreender como são afetadas as condições de trabalho e de retribuição do trabalho familiar na pequena produção e, deste modo, explicitar em forma aproximada suas condições de reprodução social.

Hipoteticamente, sustentamos que o Estado mediatiza neste caso, de uma maneira específica, a dominação econômica sobre o trabalho familiar, e, assim, mediatiza não só o incremento da diferenciação existente no interior da pequena produção, mas também a reprodução deste segmento da classe trabalhadora, assim como da burguesia agrária. No entanto, este estudo apenas dá conta da análise da relação econômica que vincula os pequenos produtores ao capital, e não incursiona na análise de classe propriamente dita.

Este trabalho está baseado integralmente em dados secundários vinculados aos produtores de alimentos no país e à ação do Estado, e pretende levantar aspectos relevantes que podem ser aprofundados posteriormente em pesquisas de campo.

## II. A AGRICULTURA ALIMENTAR NO BRASIL

Num país em desenvolvimento como o Brasil, onde se prioriza o desenvolvimento do setor industrial, uma das funções que compete à agricultura é apoiar a industrialização na cidade como no campo, pela via da produção de mão-de-obra barata, bens para exportação, matérias primas e alimentos baratos. Particularmente esta última função foi assumida por muitas décadas, quase que em forma exclusiva, pela pequena produção. Nas duas últimas décadas, uma parte cada vez mais importante da função de garantir o abastecimento de alimentos básicos está sendo compartilhada pela agricultura capitalista, o que parece conseguir-se basicamente através dos benefícios que oferece a política agrícola de crédito, de infraestrutura e de pesquisa agrícola, somada ao fato de que esse setor produtor conta com áreas médias e grandes de cultivos, que convergem para aumentar o volume físico da produção — pela via do incremento da produtividade e o aumento da superfície plantada — para efeito de manter-se em sincronia com os preços de garantia estipulados oficialmente.

Neste trabalho, nos propomos a examinar o processo que assegura esta coexistência, ao mesmo tempo que assegura manter a relativa estabilidade dos preços a nível da comercialização de produtos básicos. Assim, vamos revisar algumas questões relativas à direcionalidade resultante da política agrícola e suas conseqüências no incremento da polarização interna no setor, influenciando na manutenção da rentabilidade das inversões do produto agrícola capitalista e na deterioração das condições de produção e retribuição ao trabalho de uma fração importante dos pequenos produtores ocupados neste sub-setor da agricultura alimentar.

A produção capitalista se distancia, de modo regular, de ramos produtivos que não têm condições de oferecer o nível de lucro igual ou maior que a taxa média, deixando em geral estes espaços para pequenos produtores não capitalistas que não têm possibilidades de alcançar nem sequer o correspondente a um

salário mínimo como retribuição para o trabalho familiar aplicado na produção de um bem. No entanto, nas últimas décadas, observamos na agricultura brasileira a incursão de pequenos e médios produtores capitalistas na agricultura alimentar, isto é, no cultivo de produtos básicos como o arroz e o milho, particularmente na região centro-sul do país. Em tudo isto, o paradoxal é que os preços mínimos estipulados para esses produtos — que são não só notadamente baixos quando comparados com os de outros produtos comerciais mas ainda, em certa medida, mínimos a ponto de nem sempre cobrirem os custos da produção — regem indiferenciadamente todo tipo de produtores<sup>2</sup>. Como explicar que o cultivo de produtos alimentares de consumo básico — apesar de não gerar uma taxa de lucro consistente com a taxa efetiva de lucro vigente na economia como um todo e, em particular, no setor capitalista da agricultura — seja um espaço econômico compartilhado simultaneamente por pequenos produtores não capitalistas e por produtores capitalistas?

Consideramos que, no fundo de tal paradoxo, está a intervenção do Estado e, em grau mais desprezível, a possível insuficiência da disponibilidade de alimentos provenientes da agricultura não capitalista para um mercado em expansão de produtos que são elementos básicos na reprodução da força de trabalho. Na medida em que a política agrícola subsidia fortemente a produção realizada sobre bases capitalistas, cria condições para que o capital, sob um estrito cálculo econômico, invista também em certos ramos aparentemente não rentáveis, como a agricultura alimentar, sem com isso deslocar do espaço produtivo, os pequenos produtores não capitalistas.

A fim de visualizar este paradoxo, vamos centralizar nossa atenção no campo estritamente econômico da intervenção governamental no setor agrícola, através da análise de suas ações para reduzir os custos da produção (crédito rural) e de suas ações para estabilizar a renda do produtor rural (política de preços mínimos).

O Estado tem uma participação direta no mercado de alimentos básicos. A ação estatal está orientada a resguardar os preços de um importante conjunto de bens-salário como o feijão, o arroz, o milho e a mandioca. Assim, a ingerência estatal se faz presente na fixação dos preços mínimos de garantia destes produtos básicos. Além disso o Estado amplia sua ação de controle sobre a oferta destes produtos, a fim de evitar a alta dos preços, regulando estes no mercado através do controle dos preços dos produtos básicos e da formação dos estoques reguladores. O Estado aparentemente parece ser eficiente na regulação da linha alimentar, no sentido de ter conseguido, relativamente, controlar as margens de lucro dos produtores de alimentos, procurando manter a competitividade a nível de mercado. No entanto, a consequência dos mecanismos aplicados em sua política orientada no setor é regularmente objeto de controvérsias entre os analistas, por seu impacto diferencial nas condições de emprego e distribuição da renda dos ocupados na produção alimentar no setor primário, isto independente-

(2) Um exemplo deste tipo de produto vinculado a pequenos produtores e produtores capitalistas é o arroz, que, no sudeste do Maranhão, é produzido por pequenos produtores não capitalistas — posseiros e minifundiários — com áreas de cultivo menores de 3 ha, e no Rio Grande do Sul, é predominantemente produzido por arrendatários capitalistas, regularmente, em áreas maiores de 10 ha, com o emprego de técnicas modernas.

mente da importância de certos instrumentos de política econômica para conseguir metas de produção e abastecimento.

## II. 1) ESQUEMAS ORIENTADOS A REDUZIR OS CUSTOS DE PRODUÇÃO NA AGRICULTURA ALIMENTAR.

Dado que a Política Econômica para a Agricultura estabelece, por um lado, a política de garantia de preços mínimos para certos produtos básicos (arroz, feijão, mandioca e milho), preços estes que são, para a maioria dos produtores (pequenos produtores) ao mesmo tempo o "piso" e o "teto" dos preços recebidos, e, por outro lado, estabelece ainda o controle dos preços dos produtos agrícolas e os estoques reguladores a nível de comercialização propriamente dita. deduz-se daí que os produtores do setor agro-alimentar atuam em mercados competitivos, com produtos cuja demanda é em certa medida inelástica aos preços. Supõe-se que isto induziria a uma menor rentabilidade dos produtos alimentares, reduzindo os investimentos orientados para estes produtos na agricultura. Mas, se simultaneamente existem mecanismos que viabilizam por um lado, um amplo crédito subsidiado para custeio e investimento, que agem diretamente nos custos de produção agrícola, e, por outro lado, existe também crédito oficial e subsidiado para comercialização dos produtos vinculados à política de preços mínimos (EGF/Empréstimo do Governo Federal administrado pela CEP/Companhia de Financiamento à Produção), indubitavelmente muitos empresários não terão inconvenientes em investir no setor agro-alimentar, fazendo de conta que tais controles de preços não existem<sup>3</sup>.

Desde sua institucionalização em 1965, no quadro de políticas econômicas do país, a política de crédito tem funcionado como principal mecanismo compensatório de custos mais elevados na agricultura nacional, evitando, por um lado, a transferência aos consumidores dos custos adicionais em que incorria o setor e, por outro lado, objetivando a viabilização da competitividade a nível de mercado. Desde meados da década de 60 se utilizou, em forma preponderante, o crédito como instrumento de política agrícola, sendo uma característica relevante desta política que o controle das taxas nominais de juros sejam mantidas sistematicamente em níveis muito baixos gerando taxas reais negativas<sup>4</sup>. O objetivo básico foi expandir a produção e a modernização agrícola. Particularmente generosos foram os incentivos à introdução dos chamados "insumos mo-

---

(3) SAYAD, João (1979) faz uma exposição formal deste mecanismo de compensação para a agricultura em geral, partindo da existência do subsídio implícito na taxa de juros. "O subsídio implícito na taxa de juros é considerado um indicador de custo social dos programas de crédito rural. O montante do subsídio transferido para a agricultura é aqui definido como a perda de poder aquisitivo do dinheiro comprometido. Trata-se, portanto, de uma simplificação de problemas, pois o custo social seria dado pelo custo de oportunidades do dinheiro". Citado em CIDADE DE ARAÚJO, Paulo Fernando. "O Crédito Rural e sua distribuição no Brasil", in *Estudos Econômicos* 13 (2) 1982. IPE/USP, pág. 323 e 324.

(4) "Grosso modo, as taxas reais podem ser estimadas subtraindo-se das taxas nominais de juros, a taxa de inflação". Cf. CIDADE DE ARAÚJO, Paulo Fernando. "O Crédito Rural e sua Distribuição no Brasil". In: *Estudos Econômicos*. Vol. 13 (2) 1983. IPE/USP, pág. 324.

dermos na agricultura". Quando aconteceu o primeiro choque do petróleo que elevou o custo dos fertilizantes e herbicidas, o Conselho Monetário Nacional decidiu conceder subsídio equivalente a 40% do valor dos financiamentos para compensar os agricultores por aquele encargo adicional. Por este mecanismo, para muitos produtores, mais importante que buscar o aumento da produtividade foi a obtenção do crédito rural. Quanto maior o volume maior a redução dos custos alcançados pela produção<sup>5</sup>.

"Os créditos da operação, ou custeio agropecuário, constituem o melhor exemplo de assistência financeira em termos de oferta oficial de capital operacional e explicam também a importância dos objetivos a curto prazo que preocupam os homens do governo e interessam aos produtores, especialmente, quando as políticas de preços dos produtos estão sob controle mais ou menos rigoroso (oficial) como ocorreu no Brasil. O crescimento real do crédito de custeio no período 1969-1979, de 445% (taxa geométrica de 18,5% ao ano), é uma amostra do impulso oficial à agricultura. Do total de crédito de custeio, 85% foi orientado para as atividades agrícolas, crescimento vertiginoso que passa de 23,3 bilhões de cruzeiros em 1969 para 94,3 bilhões em 1978 (a preços de 1978). Em 1979 esta expansão foi mais acelerada" (Cidade de Araújo, P. F. pg. 325). Apesar de que a distribuição deste crédito estivesse centrada principalmente no aumento de área plantada em soja, trigo<sup>6</sup>, cana de açúcar e não precisamente na produção de produtos básicos alimentares, a expansão desses produtos alimentares se remete, em grande parte, às vantagens gerais implícitas nestes créditos, aproveitadas com habilidade empresarial por produtores capitalistas. O exame da tabela 1 — apresenta a participação relativa destes produtos (arroz, milho, feijão, mandioca) no interior do conjunto dos cinco produtos denominados de mercado interno, mostrando nítido declínio, apesar de estar incluído no conjunto o trigo<sup>7</sup>. Mas "sem considerar a participação do trigo entre os produtos do mercado interno, em razão de suas características muito peculiares de interven-

---

(5) Muitas vezes "a generosidade dos subsídios permitiu o desvio do crédito rural para finalidades diferentes daquelas previstas nos regulamentos. Um exemplo significativo é o subsídio ao uso de fertilizantes. Esses benefícios estimularam produtores, empresas vendedoras e até gerentes de bancos e extensionistas rurais e forjar operações com objetivo de apropriar-se indevidamente dos favores que estavam sendo concedidos pelo governo". Cf. FERREIRA DA NÓBREGA, Mailson. *Desafios da Política Agrícola*. Ed. Gazeta Mercantil/CNPq, 1985, pág. 61.

(6) "Apenas sete cultivos (Algodão, café, arroz, cana de açúcar, milho, soja e trigo) concentram 3/4 do crédito da operação total. Particularmente a soja e o trigo constituem casos de crescimento atípico. A soja passa de uma participação relativa no crédito da operação de 3,3% em 1969 para 19% em 1979, e o trigo de 5,6% de 1969 para 10,3% em 1979. Ademais, dado que na região sul (particularmente no Paraná) a soja e o trigo formam um sistema integrado que utiliza os mesmos fatores de produção, inclusive terra num dado estabelecimento, indica que alguns agricultores estão sendo duplamente beneficiados pelo crédito da operação, isto é, produzem intensamente estes produtos com estímulos econômicos muito especiais". Cf. *Ibidem*, op. cit. pág. 327.

(7) Incluindo-se o trigo nesta classificação, pretende-se desviar para mais a magnitude do crédito correspondente a esta categoria de produtos de mercado interno, uma vez que o trigo, por tratar-se de um produto estratégico, em termos de autosuficiência e segurança nacional, é amplamente beneficiado pelo crédito, tendo, como já mencionamos, a maior participação relativa junto com a soja no período 1969/1979.

TABELA I

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO CRÉDITO DE CUSTEIO AGRÍCOLA NO BRASIL  
segundo grupos de produtos e seus mercados principais.

Ano	Produtos para mercado interno (a)	Produtos de Exportação e matérias primas industriais (b)	Outros produtos e operação (c)	Valor total em milhões de cruzeiros, 1978
1969	40,61	39,13	20,26	23.299,7
1970	35,75	46,54	17,71	26.856,1
1971	32,44	48,25	19,31	30.115,0
1972	33,23	45,98	20,79	35.731,6
1973	30,70	45,74	22,56	51.301,5
1974	36,73	50,43	12,84	67.215,6
1975	42,56	44,06	13,38	85.615,8
1976	39,81	47,43	12,76	93.012,0
1977	36,88	48,36	14,76	94.591,0
1978	34,14	47,17	18,79	94.938,2

– FONTE: Comissão Coordenadora da Política Nacional de Crédito Rural (COMCRED (1970) e Banco Central do Brasil – DERUR (1978 e 1979).

– NOTAS: (a) Arroz, feijão, mandioca, milho e trigo.

(b) Algodão, amendoim, cacau, café, cana de açúcar e soja.

(c) Em outros produtos se destacaram em 1978: batata inglesa (1,8%); frutas cítricas (1,8%), fumo (2,2%) e hortaliças (1,6%). Em outras operações se incluem sementes, almácigas com 0,3% do total em 1978.

In: CIDADE DE ARAÚJO, Paulo Fernando. Op. cit.

ção governamental, a percentagem de empréstimo para os quatro produtos básicos alimentícios mostra uma diminuição que chega a ser preocupante. Mais objetivamente a participação caiu de 35,5% em 1969 para 23,9% em 1978" (Cidade de Araújo, P. F. pág. 328).

No entanto, esta variação desvantajosa é compensada, como se observará mais adiante, pelos benefícios que oferecem os créditos à comercialização destes produtos básicos vinculados à política dos preços mínimos<sup>8</sup>.

## II. 2) ESQUEMAS ORIENTADOS PARA A ESTABILIZAÇÃO DA RENDA DO PRODUTOR RURAL

Desde que foi instituída no Brasil, a política de estabilização – tipo política de preços mínimos, estoques reguladores etc. – esteve orientada no sentido de diminuir o risco causado pelas flutuações dos preços. Na área agrícola, foi criada na década de 50 a Comissão (hoje Companhia) de Financiamento à Produção (CFP), empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura responsável pela implementação da Política de Preços Mínimos, orientada a estabilizar a renda ao produtor rural. Esta política se operacionaliza através de dois instrumentos:

- As aquisições do Governo Federal (AGF)<sup>9</sup> instrumento que garante ao produtor rural a compra de seus produtos básicos, a preço mínimo oficial, em anos de safras abundantes ou de excedentes que não conseguiram colocar a um melhor preço.
- Os empréstimos do Governo Federal (EGF)<sup>10</sup>, são créditos para a comercialização vinculados aos produtos amparados pela política de preços mínimos planejados para alcançar dois objetivos: conseguir a estabilização dos preços para o produtor, promovendo a redução das variações de preços dentro do ano<sup>11</sup> e melhorar a posição competitiva do

---

(8) "Preço mínimo é o preço de suporte, de garantia, abaixo do qual o agricultor não deve vender seu produto. Em tese, ele deve situar-se pelo menos ao nível da média do custo de produção de cada produto nas diversas regiões do país". In *Política de Preços Mínimos*. CFP. Ministério da Agricultura.

(9) "As aquisições do Governo Federal (AGF) consistem na venda pura e simples da produção ao Governo. O Agricultor, uma vez realizada a colheita, deposita-a no armazém, faz a classificação, e, em posse da certidão de depósito e da classificação correspondente, dirige-se a uma agência do Banco do Brasil, onde realiza a venda e recebe o valor do produto, calculado de acordo com o preço mínimo. As AGF são importantes, porque, através delas, o Governo confirma seu objetivo de apoiar e garantir o produtor rural. Mas este tem uma desvantagem. Se os preços do mercado sobem após vendida a produção ao Governo, o agricultor não tem mais como aproveitar da alta". In: *Política de Garantia de Preços Mínimos*. CFP. Ministério da Agricultura.

(10) "Os empréstimos do Governo Federal (EGF) consistem em uma espécie de arranjo de precomercialização da produção ao governo que posteriormente pode ou não concretizar-se em venda. O agricultor, uma vez realizada a safra, deposita no armazém, realiza a classificação e em posse do comprovante correspondente, se dirige à agência do Banco do Brasil. A produção, calculada de acordo com o preço mínimo, fica depositada como garantia em empréstimo, isto é, o agricultor não vende imediatamente seu produto ao Governo. O Banco lhe concede o "crédito" e "a quantidade recebida é exatamente igual à

produtor, possibilitando a melhora da posição de negociação do produtor<sup>12</sup>, em resumo, a CFP é responsável pela fixação dos preços mínimos e pela formulação das operações do EGF, sendo que a contratação destas operações que caracterizam a assistência financeira direta ao produtor rural, é executada pelo Banco do Brasil e, nas duas últimas décadas, também pelos Bancos Comerciais privados. Os recursos financeiros necessários a estas operações são em grande medida produto das transferências efetuadas pelo Banco Central com base em orçamentos monetários e dívida pública.

Desde 1965, incrementaram-se os instrumentos operacionais para conseguir a planejada estabilização da renda do produtor. Por trás deste objetivo, mencionado como básico, está a idéia de criar condições favoráveis ao incremento da produção assim como a de proteger os consumidores das variações violentas de preços. "É preciso evitar que a baixa de preços, provocada pela oferta concentrada no período da colheita, se traduza em desestímulo às decisões de plantio no período seguinte, que provocaria choques de oferta com reflexos negativos no abastecimento, nas exportações e na inflação" (Ferreira da Nóbrega, Mailson, pág. 105). No entanto, diversos analistas, entre eles Fernando Homem de Melo, sugeram que "as políticas de preços mínimos e os estoques reguladores foram incapazes de alterar, de modo significativo a situação de maior instabilidade dos preços dos produtos domésticos-alimentares (...). Igualmente, o impacto da política de preços mínimos não foi sentido de forma uniforme por produtos por ela contemplados (...). A diferença da soja, o algodão, o amendoim, em que as evidências indicam que essa política foi decisiva para provocar um crescimento da

---

que seria recebida na venda. O empréstimo tem um prazo, que pode chegar até onze meses. Se durante o prazo, os preços de mercado se elevam, o agricultor pode voltar ao Banco, pagar a dívida e vender o produto, ganhando com a alta dos preços. Se durante todo o prazo do empréstimo os preços permanecem baixos, o agricultor não se preocupa, porque se até o final o empréstimo não for pago, o Governo compra a produção penhorada e a dívida desaparece automaticamente. Esta é a modalidade, dos EGF com opção de venda ao Governo. Existe outra modalidade, os EGS sem opção de venda ao Governo. Nestes casos, o produto pode ficar armazenado na própria fazenda e a classificação oficial do produto é dispensada. Em compensação, o valor do empréstimo não passa de 80% do preço mínimo, e o prazo não excede de 180 dias, ao final dos quais o interessado tem que pagar a dívida, pois o produto não é comprado pelo Governo". In: *Política de Garantia de Preços Mínimos*". CFP. Ministério da Agricultura.

(11) "A redução das variações estacionais de preços seria contida pela capacidade dos EGF em aumentar a elasticidade da oferta dos produtos agrícolas no decurso do calendário comercial, por formação de estoques sob penhor do produto, com remissões compulsórias distribuídas no tempo, com base a certas regras criadas para "organizar" a entrada e saída dos produtos no mercado (considerando seu respectivo fluxo de consumo). Isto reduziria a variação da distribuição de preços dentro do ano". Cf. AZEVEDO COELHO, Carlos Nayro de. e COELHO DE SOUSA TIMM, Sandra. "Alguns Aspectos do EGF como instrumento operacional da Política de Preços Mínimos" In: *Estudos Econômicos*. Vol. 13 (3), 1983. IPE/USP.

(12) "A melhoria na posição competitiva do produtor seria obtida através da natureza mesma dos EGF, já que este ao conceder crédito ao usuário, pode ser utilizado como uma alternativa à venda imediata do produto na época da colheita, permitindo ao produtor armazenar temporariamente seu produto e esperar melhores condições de mercado". Ibidem, op. cit.

oferta, nos casos do arroz, milho e principalmente do feijão e mandioca, essa política não alcançou o objetivo de incentivar a produção". Por muito tempo os preços estipulados para estes produtos básicos foram negativos. A partir de 1982 a CFP tem tentado elevar os preços mínimos para estes produtos a fim de aproximar os preços mínimos estipulados na época da colheita, isto é, tem tentado corrigir esse desnível existente entre os preços mínimos estipulados oficialmente ao início do plantio e o valor real destes preços na época da colheita. Naquele ano, o Governo iniciou um processo de correção com base do INPC (Índice de Preços ao Consumidor), dos preços mínimos fixados antes do plantio. No entanto, acontece que o preço é corrigido somente até a entrada da safra, permanecendo sobre efeito do desgaste inflacionário durante a período comercial (entre-safra).

Entretanto, ainda que todos esses esforços levassem a conseguir a estabilidade dos preços ao produtor, estaria sempre muito distante, conforme mostraremos mais adiante, de realizar-se o objetivo registrado na política agrícola, ou seja, de estabilizar a renda do conjunto dos produtores rurais de alimentos básicos, uma vez que o pequeno produtor é discriminado na maioria dos benefícios oferecidos por essa política. Alguns aspectos do EGF (Empréstimo do Governo Federal) como instrumento da política de preços mínimos, são de um claro benefício na estratégia da produção empresarial orientada a reduzir os custos elevados da produção. Como o incremento significativo da taxa de inflação levou automaticamente a um debilitamento crescente do preço mínimo em seu papel de "preço antecipado" ou "seguro de preço", os EGF passaram, em última análise, a serem vistos como um mecanismo de garantia com capacidade inclusive de alterar a própria estrutura competitiva do mercado<sup>13</sup>. Evidentemente este aspecto provocou mudanças no processo de decisão de armazenar dos usuários, já que no final do período comercial uma parte cada vez maior da renda total garantida, passou a depender do tamanho do subsídio. Com isto, o EGF passou a ser visto cada vez mais como uma fonte de recursos subsidiados para utilizar-se nas formas mais variadas (Azevedo Coelho, Carlos N. et alii). Nestes termos, os EGF são vistos como um serviço de armazenagem que aumenta a eficiência das atividades comerciais e financeiras do produtor mais que como mecanismo de garantia do produtor rural. Isto tem maior significado se observamos que apenas uma reduzida fração de produtores rurais, aqueles com certa capacidade empresarial e perfeitamente inseridos no âmbito comercial agrícola, são beneficiados com a concessão de grandes empréstimos dos EGF, permitindo que o importan-

---

(13) Os EGF não têm o mesmo sentido para os produtores rurais e para os industriais que também são beneficiários. Enquanto os produtores rurais procuram obter vantagem da variação sazonal de preço, postergando a venda do produto, o industrial, atuando de forma diferente, tenta antecipar a compra do produto. O EGF, como fator de redução do risco do produto, tampouco tem o mesmo sentido para ambas as categorias de seus beneficiários, pois enquanto o produtor rural usa o EGF como a forma de reduzir seus custos de produção e o risco relativo do preço esperado (como garantia), o industrial utiliza o empréstimo do EGF apenas para reduzir os custos de armazenagem. Na expectativa da queda do preço do produto no mercado, ele não usa os EGF. Mas se a expectativa for de alta, usa os EGF de qualquer maneira, para reduzir os custos por meio da capitalização do valor do empréstimo e da diferença entre os juros do EGF e os juros do mercado.

te subsídio seja apropriado por esta minoria junto a terceiros (empresas beneficiadoras e indústrias de processamento) que mais recentemente foram também incluídas entre os beneficiários dos EGF<sup>14</sup>. Muitos destes passam a usar o EGF (créditos à comercialização) para reduzir custos de produção por meio da capitalização do valor dos empréstimos, dada a diferença de juros reais. Muitos realizam aplicações a curto prazo no mercado financeiro, já que a taxa de juros é sempre inferior às taxas de juros do mercado.

Os dados da tabela 2 mostram a distribuição do volume do EGF por usuário, produto e regiões, para o período 1961/1981. Podemos aí observar a importância relativa das três categorias de beneficiários (produtores rurais, cooperativas de produtores rurais e terceiros). Vemos, assim, que existe uma diferença substancial na distribuição dos empréstimos do Governo Federal para a comercialização de produtos amparados pela política de preços mínimos, tanto em termos de regiões, como de produtos. A tendência forte do EGF de que certos produtos se concentram mais nas mãos de alguns tipos de usuários evidencia, de certa forma, a importância de que o produto se destina mormente ao consumo direto, ao beneficiamento ou ao processamento. No Nordeste, observa-se uma forte participação dos beneficiadores no financiamento no caso do arroz e das cooperativas, no caso da farinha da mandioca. No caso do milho e do feijão, há uma predominância da participação dos produtores rurais mesmo quando tende a incrementar-se, desde 1981, a participação das cooperativas neste último caso. No centro-sul se observa uma participação agressiva de terceiros no financiamento (beneficiadores e industriais) no caso da mandioca, particularmente no ano de 1981 e das cooperativas, no caso do feijão. No caso do milho, há uma ampla participação dos produtores rurais, incrementando-se também a participação das cooperativas no ano 1981. No caso do arroz, a participação é compartilhada pelas três categorias de usuários, correspondendo em ordem de magnitude aos produtores rurais, às cooperativas e os terceiros, o que, por outro lado, mostra claramente o caráter capitalista da produção deste cultivo na região.

Em resumo, através destes dados, observamos que existem quatro categorias de beneficiários do EGF: produtores rurais, cooperativas de produtores rurais, beneficiadores de produtos agrícolas e processadores de produtos agrícolas. Não há nada nos regulamentos que indique que o subsídio é distribuído seletiva-

---

(14) "Os EGF ao longo do tempo sofrem modificações da sua linha operacional que permitiu ampliar seu leque de beneficiários, incluindo também as organizações não agrícolas como beneficiários do empréstimo, tais como os beneficiadores de alguns produtos, por razões operacionais dada a impossibilidade do EGF de armazenar na época da safra e com isso melhorar os preços a nível do produtos (agroindústrias de óleos, rações, alimentos enlatados, etc.). Ao mesmo tempo se passou a permitir aos industriais a substituição do penhor mercantil (que é exigida no caso de concessão de empréstimos aos produtores rurais participantes) pelo produto processado. O argumento foi econômico: reduzir a capacidade da indústria de beneficiamento por meio dos estoques penhorados pelo industrial. É também econômico para o produtor dada a possibilidade de ampliar a melhoria das condições de mercado do produtor na época da safra, via aumento da demanda dos produtos para armazenagem industrial. Em forma adicional, porteriormente se permitiu aos industriais a substituição de penhor mercantil por títulos de curto prazo (...). No caso dos títulos, não apareceu nenhum suporte lógico para a substituição do penhor mercantil (nem operacional nem econômico) que servisse de apoio a tal medida". Cf. *Ibidem*, op. cit.

**TABELA 2**  
**DISTRIBUIÇÃO DO VOLUME DE EGF \*por usuário, produto e regiões**  
 (Em porcentagem de toneladas) \*\*\*

REGIÕES E PRODUTOS	1 9 7 1			1 9 8 1		
	Produtos	Cooperativas	Terceiros	Produto	Cooperativas	Terceiros **
<b>Arroz</b>						
Centro-Sul	44.11	21.48	34.41	52.55	31.75	15.70
Norte - Nordeste	12.12	—	87.88	27.37	15.80	56.83
Brasil	41.60	19.19	38.61	51.75	31.25	17.00
<b>Feijão</b>						
Centro-Sul	30.14	69.35	0.51	27.61	67.24	5.15
Norte-Nordeste	97.00	3.00	—	38.50	61.50	—
Brasil	33.80	67.72	0.48	27.63	67.23	5.14
<b>Milho</b>						
Centro-Sul	80.26	3.23	16.51	50.05	31.21	18.64
Norte-Nordeste	79.56	1.16	19.28	87.17	7.40	5.43
Brasil	80.16	2.95	16.89	50.90	30.76	18.14
<b>Farinha de Mandioca</b>						
Centro-Sul	47.88	12.10	39.92	10.35	1.10	88.55
Norte-Nordeste	—	—	—	—	100.00	—
Brasil	47.98	12.10	39.92	10.21	2.43	87.36

FONTE: CFP/DEFIN/GECRE.

\* Empréstimo do Governo Federal

\*\* Terceiros: refere-se aos beneficiadores e processadores

\*\*\* Adaptado de Carlos Noyro de Azevedo Coelho e Sandra Coelho de Souza Timm (1983).

mente por tipo de usuário. Tampouco, os dados indicam diretamente que tipo de produtores estão inseridos como beneficiários dos EGF, entretanto, transcendem certos aspectos circunstanciais que mostram serem os produtores com marcada capacidade empresarial os que usam os EGF, dado que a chave é captar o maior subsídio possível. Isto está diretamente vinculado à magnitude do penhor mercantil. Pelo visto, os EGF não melhora o poder de negociação do produtor, pois a estrutura competitiva do mercado do qual depende ou não funciona (não é viável este tipo de mercado no mundo real) ou quando há certa aproximação, os resultados não são os esperados<sup>15</sup>. Alguns analistas, entre eles João Sayad, indicam que a variação dos preços a nível de produtor é maior que a variação dos preços a nível de consumidor, sugerindo que isto é resultado da baixa competitividade do setor "imposta" pela estrutura concentrada do setor de comercialização.

O preço mínimo, que seria propriamente o aspecto que incrementaria o poder de negociação dos produtores rurais, ainda se situa abaixo dos níveis correspondentes, pois este seria o fator determinante nas relações de intercâmbio na agricultura/indústria. Os EGF se apresentam apenas como um serviço de comercialização específico (oficial) o qual abre um espaço para ganhos "extras" aos produtores rurais beneficiados, que os orientam para reduzir seus custos de produção.

Assim sendo, no Brasil, na área agrícola, salvo os investimentos em estradas, irrigação e, mais recentemente, em redes de armazenagem, pesquisa e extensão rural, a redução dos custos de produção deu-se prioritariamente através dos subsídios implícitos nos créditos de investimento, custeio e comercialização. Dado o alto subsídio implícito na taxa de juros (tabela 3), muitos usuários tomam o máximo de crédito que podem e aplicam estes recursos em atividades produtivas. Chega-se assim a uma situação na qual a agricultura comercial passa a depender cada vez mais do crédito para financiar suas atividades, mesmo admitindo-se que é possível que os recursos próprios tenham sido cada vez menos usados na empresa agrícola e orientados para a melhor alternativa de investimento dentro e fora do setor, inclusive no mercado financeiro e imobiliário.

A análise feita sobre os diversos tipos de crédito agrícola mostra como através de diversas estratégias os produtores rurais beneficiados com o subsídio implícito nos créditos incrementam seus recursos que se orientam a estabilizar a empresa produtiva através da redução dos custos de produção. Assim, a generosidade do subsídio implícito no crédito rural também projetou seus benefícios e um subsetor considerado não prioritário, como a produção agro-alimentar. Estes recursos aproveitados pelos empresários agrícolas junto aos benefícios provenientes de programas de pesquisa existente particularmente no Estado paulista e no Rio Grande do Sul e de obras de infraestrutura, sobretudo de irrigação, foram fatores evidentemente básicos que influenciaram na decisão de investir na

---

(15) Como já mencionamos, o armazenamento do produto e seu correspondente empréstimo pela operação EGF, se fundamenta na idéia de que, aumentando a demanda para armazenar o produto na época da safra, o produtor rural teria oportunidade de pôr seu produto no mercado na entressafra, pois neste período o mercado se torna mais competitivo, com as empresas comerciais e industriais empenhadas em garantir seu abastecimento. Deste modo se transfeririam os benefícios do EGF ao produtor rural.

TABELA 8

ARROZ: I) Evolução da Área Cultivada. Médias Trienais por Estados produtores (1000 Ha). II) Evolução da área cultivada de cada Estado produtor em relação à área total cultivada (em %). III) Evolução da distribuição da produção (em%). IV) Evolução dos Rendimentos por unidade de área (kg/Ha). Períodos: 1931/1933, 1961/1969 e 1979/1980

BRASIL, ESTADOS E REGIÕES	Evolução da Área Cultivada (1000 ha)			Evolução da Área Cultivada/ Área total (%)			Evolução Distribuição da Produção (%)			Evolução dos Rendimentos por Unidade de área (kg/ha)		
	1931/33	1967/69	1979/80	1931/33	1967/69	1979/80	1931/33	1967/69	1979/80	1931/33	1967/69	1979/80
Rio Grande do Sul	119.4	394.3	562.0	14.8	8.9	9.6	17.2	19.8	22.8	1,663	3,334	3,533
Mato Gross	6.4	226,7	1,361.6	0.8	5.1	23.4	0.8	5.4	18.0	1,351	1,572	1,142
Goíás	49.2	854.1	1,066,7	6.1	19.1	18.2	6.3	16.8	15.3	1,479	1,302	1,244
Maranhão	23.8	536.4	921.3	2.9	12.4	15.8	2.3	10.4	13.6	1,122	1,274	1,276
Minas Gerais	113.3	806.6	550.7	14.1	18.1	9.4	13.2	15.3	8.6	1,330	1,252	1,354
Paraná	10.6	388.7	357.2	1.3	8.7	6.1	0.9	6.3	5.1	995	1,078	1,294
São Paulo	191.6	721.1	300.2	47.9	16.2	5.2	49.2	13.4	4.2	1,460	1,232	1,212
Santa Catarina	21.7	79.9	135.5	2.6	1.8	2.3	1.9	3.2	3.9	1,033	2,652	2,540
Pará	12.1	67.3	124.1	1.5	1.5	2.1	1.3	1.0	2.1	1,262	987	1,421
Piauí	6.4	81.8	171.8	0.8	1.8	2.9	0.7	1.6	1.8	1,195	1,257	571
NORDESTE	—	—	—	—	—	—	6.9	15.8	16.5	—	—	—
CENTRO-SUL	—	—	—	—	—	—	91.5	82.9	79.5	—	—	—
BRASIL	813.4	4,456.9	5,835.9	—	—	—	—	—	—	1,421	1,484	1,489

FONTE: Tabela estruturada em base aos dados elaborados por F. Homem de Melo.

IN: O Problema Alimentar no Brasil.

produção de bens como arroz e o milho, por parte de produtores capitalistas localizados na região centro-sul. Assim, concretamente, a produção empresarial de produtos alimentares básicos é rentável. Mas os empresários certamente permanecerão neste espaço econômico enquanto continue efetiva a taxa média de lucro<sup>16</sup>. Contrariamente, os cultivos alimentares, que para uma fração majoritária de pequenos produtores se perfila como a base de sua reprodução social, não é rentável. Via de regra, o crédito rural no Brasil segue a produção comercial, a nível de regiões, produtos e tipos de produtores.

O crédito rural subsidiado, mesmo sendo um instrumento de compensação pelos custos elevados da produção no setor agrícola, da forma como é aplicado, é um instrumento concentrador da renda, injusto deste ponto de vista social. "Ao alcançar só aquele que tem condições de acesso a uma instituição financeira, termina por disfarçar problemas estruturais sérios (...). Em algumas regiões do país, é comum verem-se agricultores de baixa renda financiados por intermediários e agiotas, numa situação inaceitável que exige pronta e permanente atuação do governo" (Ferreira da Nóbrega, Maison, págs. 11, 77 e 79). O subsídio via crédito é, pois, um instrumento seletivo desde que é distribuído segundo a capacidade de produção, sendo praticamente discriminados os pequenos produtores. Como o risco envolvido nas atividades agrícolas é sempre muito alto, os requisitos exigidos para a obtenção de empréstimo bancário são também maiores.

Em geral, exigem-se como garantias de empréstimo agrícola a hipoteca da terra ou penhor da safra, levando-se em consideração ainda o tamanho do estabelecimento e a magnitude da safra. Por sua vez, os bancos integrantes do sistema nacional de crédito rural (SNCR) tendem a selecionar seus clientes, principalmente pelo nível de riscos das garantias apresentadas e sua situação de liquidez. Os requisitos implicam, na prática, exclusão do crédito rural oficial aos pequenos produtores, que não podem satisfazer tais exigências. "O financiamento da produção dos estabelecimentos muito pequenos tropeça com dificuldades muito especiais neste estrato de área. Uma delas é a garantia do crédito. A grande maioria dos pequenos produtores não tem acesso, por exemplo aos empréstimos do governo federal (EGF) por não poder satisfazer uma das exigências para a concessão de empréstimo, que é o penhor da safra. Parte significativa da produção destes agricultores se destina ao seu consumo e, portanto, sob o ponto de vista do produtor não é penhorável, já que se destina à sua própria subsistência. O penhor da safra representa em termos pessoais, um custo mais elevado para a

---

(16) O que acontecerá quando mude a orientação da política agrícola? Dado o esgotamento de um processo de colocação de recursos, via emissão de moeda e dívida pública, orientados a prover o setor rural de crédito subsidiado, o Conselho Monetário Nacional (Resolução n. 833 de 09/06/83) estabelece a redução progressiva do subsídio creditício entre 1983 e 1985, o qual só permaneceria para as Regiões Norte e Nordeste. Não obstante os encargos financeiros do crédito rural variarão segundo o comportamento da inflação, o que corresponde a implantar, dezoito anos após, a sistemática imaginada no Projeto de Lei de Crédito Rural do Presidente Castelo Branco, cujas disposições a respeito da correção monetária foram, como se observou, eliminadas no substitutivo apresentado pelo Congresso Nacional. Igualmente, como medida compensatória, o Governo decidiu: eliminar praticamente todos os controles de preços dos produtos agrícolas exceto para leite e açúcar, e a fixação de preços mínimos passou a ser realizada da forma mais realista. Cf. FERREIRA DA NÓBREGA, Mailton. Op. cit. págs. 77, 79 e 11.

agricultura de subsistência que para a agricultura comercial" (Dos Santos Cunha, Aécio). Com efeito, sendo o pequeno produtor caracterizado por sua fragilidade econômica, muitos deles chegam com dívidas e necessidades, já antes da safra. Muitos deles esperam, com a venda da safra, poder reiniciar um novo ciclo produtivo. De modo que, se hipoteticamente o pequeno produtor fosse favorecido por um empréstimo do EGF, de imediato uma fração do valor recebido se orientaria para o pagamento de dívidas adquiridas, sendo que outra se orientaria para cobrir a subsistência regular da família e os gastos para um novo ciclo produtivo. Portanto, ao não poder incrementar tal empréstimo por meio da capitalização do valor recebido, como o faria em seu lugar um empresário, não terá condições de pagar o empréstimo adquirido antes de seu vencimento, para poder assim vender seu produto em melhores condições na entressafra. Nestes termos, apesar do "aperto" financeiro que sofre, não é permitido ao pequeno produtor aproveitar as oportunidades de ganhos "extra", que os EGF oferecem aos produtores rurais num período em que uma superprodução na época da safra pressiona a baixa dos preços, ao contrário do empresário que se beneficia com o abastecimento da liquidez temporal que lhe proporcionam os EGF. Não é que o pequeno produtor não seja um "sujeito de empréstimo". Pelo contrário, dada sua precariedade constante, o pequeno produtor sempre precisa de crédito, de pequenos empréstimos aos quais recorre regularmente quando necessário. Só que comumente o pequeno produtor é considerado pelas entidades financeiras como "cliente de alto risco" dadas as ínfimas garantias que apresenta. Além disso, o círculo de credores ao qual se vê obrigado a recorrer lhe impõe os mais altos juros que existem na sociedade. Para o pequeno produtor só resta o crédito caro, mesmo nas poucas vezes que consegue um empréstimo bancário, para ele resulta mais caro que para os demais, dada a escassa magnitude do crédito solicitado e o custo relativamente elevado dos encargos financeiros cobrados pelos bancos filiados ao Sistema Nacional de Crédito Rural.

Como vemos, a esquema do EGF não funciona na prática para o pequeno produtor. Ante um panorama tão restrito na área de financiamento oficial, ao pequeno produtor não resta outra alternativa que usar o instrumento das AGF, que praticamente é usado quase que exclusivamente pelos pequenos produtores. Através deste instrumento da política de preços mínimos, uma parcela do financiamento à comercialização canalizada pela CFP chega até o pequeno produtor, que é na realidade um participante importante no abastecimento de produtos alimentares de consumo básico no mercado interno. No entanto, este mecanismo dos AGF, é acionado o menos possível, já que o interesse do Governo não é formar estoques inecessários, nem ocupar-se do problema de uma produção tão dispersa como a do subsetor pequeno produtor, que ao fim das contas, dificilmente interferiria negativamente nas variações do mercado agro-alimentar. Para o pequeno produtor "os preços são dados" (preços mínimos) e dada sua condição de pequeno produtor direto, não tem possibilidade de ultrapassar este nível. Regularmente é o pequeno produtor quem fica numa posição bem mais vulnerável num contexto onde o setor comprador de produtos básicos torna-se naturalmente menos competitivo. ante uma situação de alta oferta por safras abundantes, o comprador atua tranquilamente, porque tem certeza de comprar tudo o de que precisa ao preço mínimo. Ante a baixa oferta por safra escassa,

tampouco tem que correr muito, porque mesmo oferecendo preços maiores que o mínimo estipulado oficialmente tem a alternativa de aplicar nos EGF e assim reduzir os custos de armazenamento por meio da capitalização do valor do empréstimo e da diferença de juros do EGF e do mercado. A situação do pequeno produtor está continuamente comprometida: tanto os prejudica uma safra abundante quanto uma produção escassa. Em casos de excesso de produção, os preços de seus produtos baixam violentamente. Aqui, possivelmente, o pequeno produtor deve tratar de vender seu produto ao governo (AGF). Mas, nem sempre compensa ao pequeno produtor direto levar o produto até os depósitos das AGF na cidade, particularmente se estes ficam muito distantes de sua unidade produtiva, pois isto implica um gasto adicional que pode não compensar economicamente. Assim, se vê obrigado a vender seu produto na localidade ao fazendeiro ou a outros intermediários, mesmo a preços abaixo do preço mínimo. Nos casos de safra escassa, os preços se elevam, mas também dificilmente os pequenos produtores são favorecidos, tanto porque os que mais lucram nesta conjuntura são os intermediários, quanto porque, às vezes, ao fim da colheita, os preços não são tão altos como os esperados.

Mesmo enfrentando toda esta série de dificuldades dentro da política agrícola, o pequeno produtor se beneficia com o preço mínimo. O problema constante para os pequenos produtores está vinculado ao risco do resultado final de sua atividade produtiva, uma vez que da quantidade produzida em termos de valor depende a subsistência familiar e a possibilidade de reiniciar ou não um novo ciclo produtivo. Sua fragilidade econômica é tal, que para a maioria dos pequenos produtores de subsistência, está próxima a possibilidade familiar de ter alguma renda ou de enfrentar a fome. Nestes condições, o preço mínimo, apesar de não ser alto para os produtos alimentícios de consumo básico, é ainda o mecanismo que garante, mesmo parcialmente, o poder de negociação do pequeno produtor. Além disto, o preço mínimo é de um nítido caráter social, porque a diferença do crédito rural alcança todo tipo de produtor, inclusive os pequenos produtores que, regularmente, não tem acesso aos financiamentos bancários oficiais e privados. Um bom preço mínimo seria uma compensação significativa, particularmente para o pequeno produtor que está discriminado pelos créditos oficiais.

O sistema creditício, da forma como está formulado, não é neutro. Legalmente se estipula que o crédito é generalizado e se reitera que este privilegia os pequenos produtores. Mas na realidade foi formulado sem levar em conta a heterogeneidade da estrutura agrária e produtiva nem a diferenciação existente no interior do próprio segmento pequeno produtor. Em 1979 através da resolução 546, o Banco Central determinou que pelo menos 25% dos empréstimos do sistema nacional de crédito rural fossem dados aos mini e pequenos produtores. Em todo caso, antes de registrar insistentemente a necessidade de fazer chegar o crédito aos pequenos produtores, os órgãos oficiais encarregados deveriam tentar vias específicas (talvez programas de produção específicos para pequenos produtores vinculados a créditos específicos, adequados às condições concretas deste tipo de produtores) de créditos, dentro do conjunto do sistema de créditos agropecuários, para fazer chegar realmente a este tipo de produtor o apoio oficial à produção. Nenhum país pode negligenciar apoio a um subsetor maioritário

do setor agrícola, que antes de tudo, como no caso dos pequenos produtores do Brasil, está comprometido com atividades que não só constituem fonte de vida para essa população mas ainda, mesmo em situação de crise do subsetor como a que atualmente atravessa, contribuem mais para o produto total que o estrato de estabelecimentos superiores a 1.000 hectares (tabela 4). Os dados desta tabela<sup>17</sup> mostram que a política de crédito, além de não alcançar o objetivo explícito de tornar o crédito dispensável aos pequenos produtores, está orientada para os médios e grandes produtores. Ao analisar os dados sobre o valor dos créditos por instituições oficiais e outras, assim como sua distribuição nos diversos estratos da área, observamos que, em 1975, em um extremo, os pequenos estabelecimentos com menos de 10 hectares — que representaram 52,1% do número total, 2,8% da área total e 14,8% da produção total — receberam 2,7% dos créditos oficiais. Em outro extremo, os grandes estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, que representavam 0,9% do número total de estabelecimentos, 42,9% da área total e 13,5% da produção total, receberam 22,2% do crédito oficial. Finalmente, o nível de concentração do crédito é tão alto que, apesar da grande expansão dos financiamentos que ocorrera a partir de 1966/1967, em 1976, 85,6% dos estabelecimentos não foram alcançados pelo crédito rural institucional e informal.

De outra perspectiva, a tabela 5, mostra o problema distributivo baseado no Censo de 1970 e 1975. Apesar de que todos os estratos de área receberam mais crédito em 1975, os estratos com menos de 10 hectares, receberam somente Cr\$ 0,06 por cruzeiro de valor da produção, enquanto que os estabelecimentos maiores que 10.000 hectares receberam Cr\$ 0,75 por cruzeiro do valor da produção. Tudo isto indica que os programas de crédito tendem a causar uma distribuição concentrada do financiamento. No fundo do problema distributivo, está o fato de que no subsídio implícito ao crédito rural estão aplicados recursos públicos orientados para objetivos sociais, mas que, finalmente, resultam em custos sociais muito altos para o país.

A análise do crédito rural dá a impressão de que o pequeno produtor se encontra em um círculo vicioso. Frente à concentração na distribuição do crédito, as inovações tecnológicas e outros aspectos da produção, estimulados ou, pelo menos, facilitados pelo crédito rural, não se difundem entre os pequenos produtores. Isto reduz sua capacidade competitiva no uso dos fatores, suas possibilidades de desenvolvimento e acumulação de riquezas. Tal situação expressa uma rigidez estrutural para a qual contribui, também, a política agrícola.

Embora o conjunto de aspectos até aqui analisados demonstre que, por mais deteriorados que sejam os termos do intercâmbio indústria/agricultura alimentar, os empresários agrícolas conseguem retornos em torno da taxa média de lucro, que lhe permite permanecer no espaço da produção agro-alimentar. Este sucesso, em grande parte, obedece ao fato de que os produtores capitalistas têm compensações no processo produtivo através dos subsídios implícitos nos

---

(17) Paulo Fernando Cidade de Araújo faz um estudo sobre o crédito rural e sua distribuição no Brasil, usando estatísticas oficiais do Banco do Brasil a partir de 1969. Além das informações do SNCR, usa também os dados dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975. Os dados a que nos referimos remetem a essa pesquisa.

TABELA 4

CRÉDITO RURAL E DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS RURAIS DO BRASIL,  
segundo o tamanho e sua participação na área total e produção total. 1970 e 1975

Estrato de tamanho (Ha)	CENSO 1970				CENSO 1975						
	Estabelecimento		Área (%)	Produção (%)	Estabelecimento		Área (%)	Produção (%)	Distribuição dos empréstimos segundo a fonte		
	Número	(%)			Número	(%)			Bancos Oficiais (%)	Outros (%)	Total (%)
Menos de 10	2.519.630	51,1	3,1	17.8	2.601.860	52.1	2.8	14.8	2.7	5.7	3.2
10 a menos de 100	1.934.392	39.3	20.4	40.0	1.899.949	38.0	18.6	38.5	28.6	29.0	28.7
100 a menos de 1000	414.746	8.4	37.0	29.3	446.170	8.9	35.7	32.9	46.5	34.6	44.6
1000 a menos de 10.000	35.425	0.7	27.2	10.7	39.648	0.8	27.8	12.2	19.2	22.2	19.7
10.000 a mais	1.449	0.1	12.3	1.9	1.820	0.1	15.1	1.3	3.0	8.5	3.8
De tamanho não declarado	18.377	0.4	—	0.3	4.805	0.1	—	0,3	—	—	—
<b>TOTAL</b>	<b>4.924.019</b>	<b>99.9</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>4.993.252</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>

Fonte: Censos Agropecuários: 1970 e 1975 — FIBGE.

In: CIDADE DE ARAÚJO, Paulo Fernando, op. cit., p. 340.

TABELA 5

VALOR DOS EMPRÉSTIMOS RURAIS E SUA RELAÇÃO COM O NÚMERO DOS ESTABELECIMENTOS E VALOR DA PRODUÇÃO DOS ESTRATOS DA ÁREA TOTAL BRASIL: 1970 e 1975

ESTRATO	Valor total dos empréstimos (em milhões de cruzeiros) (a)		Valor médio dos empréstimos por estabelecimentos (em cruzeiros) (a)		Relação entre valor dos empréstimos e valor da produção	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975
Menos de 10	1.696.8	3.263.0	673.4	1.254.2	0.05	0.06
10 a menos de 100	10.211.6	28.982.1	5.279.1	15.262.2	0.14	0.19
100 a menos de 1000	12.895.1	45.094.9	31.091.0	101.071.5	0.24	0.35
1000 a menos de 10.000	4.820.0	19.914.7	136.058.0	502.289.6	0.24	0.42
10.000 a mais	1.230.3	3.826.5	849.287.4	2.102.458.3	0.36	0.75

FONTE: Censos Agropecuários: 1970 e 1975 – FIBGE

NOTA: (a) = Em valores aproximados. Valores corrigidos pelo índice "Z" da FGV, com base em 1978.  
In: CIDADE DE ARAÚJO, Paulo Fernando. Op. cit. pág. 342.

créditos de custeio e investimento, e levam vantagem no processo de comercialização através das operações do EGF.

Com efeito, se, em princípio, os preços mínimos de garantia são os mesmos para todo tipo de produtores rurais de alimentos básicos, o fato de que estes preços, para os pequenos produtores, sejam o "teto" e ao mesmo tempo, no melhor dos casos, o "piso" dos preços recebidos, os diferencia dos produtores capitalistas, que têm oportunidade de melhorar sua posição competitiva e, assim, de obter preços mais altos para seus produtos. Isto acontece não só porque têm recursos para transportá-los até áreas com melhores mercados e preços, mas sobretudo, porque têm a possibilidade de utilizar os EGF, que podem utilizar como uma alternativa à venda imediata de seu produto na época da safra. Isto tem maior significação se considerarmos que estas diferenças, no fundo, ainda encontram — como já mencionamos — outra diferença também existente a nível da produção, no processo de redução dos custos que o apoio institucional propicia para os produtores capitalistas e praticamente exclui, dessa oportunidade, os pequenos produtores.

Esta diferença seria, pois, a condição estrutural de coexistência de ambas as formas produtivas em um mesmo espaço econômico, onde a permanência do empresário se condiciona a conseguir a taxa média de lucro e a do pequeno produtor à possibilidade de conseguir os meios necessários à sua reprodução como pequeno produtor. É possível que muitos pequenos produtores não alcancem nem uma retribuição semelhante ao salário mínimo vigente.

Assumindo-se que os "preços mínimos" são aqueles que o pequeno produtor recebe pela venda de seus produtos e comparando a distância existente entre a magnitude média dos preços mínimos e a média dos preços recebidos por todos os produtores de alimentos básicos (incluindo-se os pequenos produtores), observamos que, no caso do feijão (Tabela 6), para o período 1967/1984, a média anual de preço mínimo, correspondente a 60 kg deste produto é de Cr\$ 5.548,00 (preços de 1982), enquanto que a média anual dos preços recebidos por todos os produtores ascende a Cr\$ 8.146,00. No caso da mandioca-raiz (Tabela 7), para o período 1975/1984, a média anual do preço mínimo de uma tonelada deste produto é de Cr\$ 4.659,00, enquanto que a média anual dos preços recebidos pelo conjunto de produtores é de Cr\$ 13.832,00. Isto indicaria por um lado, que a situação dos pequenos produtores é a mais precária dentro do conjunto de produtores de alimentos básicos. Por outro lado, este baixo nível de retribuição ao trabalho do pequeno produtor não deixa de exercer pressão sobre os preços dos alimentos básicos, reduzindo o preço médio recebido pelo conjunto dos produtores destes produtos, o qual possivelmente dificulta sua expansão.

Em geral, a produção agro-alimentar não consegue ainda consolidar-se. Pelo contrário, há indícios de que a produção se encontra estagnada a nível de todo o país. O exame da evolução dos quatro cultivos alimentares básicos (tabelas 8, 9, 10 e 11) mostra que todas elas declinam em seu rendimento por hectare entre os triênios 1931/1933 e 1979/1980, o que indica sua condição de produtos — em média — pouco rentáveis, sobretudo nos casos do feijão e da mandioca. Este é um aspecto significativo que repercute particularmente nas condições de trabalho e reprodução social dos pequenos produtores, que são os maiores responsáveis pela produção destes produtos. O arroz e o milho, em certas

**TABELA 6**  
**FEIJÃO. Evolução dos Preços Mínimos. Preços Recebidos pelos produtores e Preços ao atacado.**  
 A preços constantes (1). Base: Dezembro de 1982. Período: 1967 a 1984. Cr\$ 60 kg (2)

ANOS	Preços Mínimos Feijão Centro-Sul (Cr\$)	Preços Recebidos pelos Produtores				Preços ao Atacado		
		Paraná	Sta. Catarina	Bahia	Média	São Paulo	R. de Janeiro	Média
1967	3,284	3,305	3,602	4,752	3,886	—	—	—
1968	3,192	3,076	2,711	4,547	3,445	—	—	—
1969	3,253	5,483	3,835	7,616	5,645	8,689	6,805	7,747
1970	4,071	4,951	5,428	8,832	6,337	6,840	8,047	7,193
1971	4,178	4,724	4,421	7,755	5,633	6,628	5,927	6,377
1972	3,762	4,688	3,756	5,359	4,601	7,788	5,068	6,426
1973	3,699	10,440	8,295	13,651	10,795	16,339	13,121	14,730
1974	4,382	7,169	6,551	9,070	7,597	10,074	9,036	9,555
1975	4,346	6,552	4,329	8,924	6,602	11,265	6,478	8,871
1976	4,126	11,025	6,772	17,483	11,760	18,162	8,645	13,403
1977	4,979	7,960	6,735	12,929	9,208	12,984	7,954	10,469
1978	4,663	5,465	5,167	7,636	6,089	9,294	7,293	8,293
1979	4,328	6,105	4,994	8,899	6,666	4,370	7,383	8,376
1980	5,136	11,486	9,994	15,192	12,224	16,537	11,371	13,954
1981	6,512	11,819	9,834	15,668	12,440	16,966	12,873	14,919
1982	6,394	5,606	5,535	7,839	6,327	7,966	6,115	7,040
1983	5,614	7,416	5,393	10,481	7,763	11,541	6,708	10,124
1984	5,949	10,176	5,861	15,922	10,653	17,839	8,721	13,280

Média atual 1967/1984: 5,548,00

8.146,0

FONTE: Elaboração própria realizada a partir das seguintes fontes de dados: CFP/MA. Dados sobre preços mínimos. A preços nominais e constantes; FGV. Dados sobre preços recebidos pelos produtores. A preços nominais e constantes; SIMA. Dados sobre preços ao atacado. A preços nominais e constantes.

(—) sem informação.

(1) Preços reais deflacionados com base no IGP/DI. FGV/Índice: Conjuntura Econômica. Coluna 2.

(2) Os valores Cr\$ 60 kg referem-se as respectivas médias aritméticas anuais.

TABELA 7

MANDIOCA-RAIZ e FARINHA DE MANDIOCA. Evolução dos Preços Mínimos. Preços recebidos pelos produtores  
Preços ao atacado. A preços constantes (1). Base: Dezembro de 1982. Período: 1967 a 1984. Cr\$ 60 kg (2).

ANOS	Preços Mínimos Mandioca-raiz Centro-Sul (Cr\$)	Preços Recebidos pelos produtores Mandioca-Raiz				Preços ao Atacado Farinha de mandioca			
		Bahia	Ceará	Pernambuco	Média (4)	Recife	Bahia	Ceará	Média (6)
1967 (7)	—	—	—	11,768	—	—	—	—	—
1968	—	6,194	—	9,687	—	—	—	—	—
1969	—	6,560	—	7,688	—	—	—	—	—
1970	—	8,383	—	9,877	—	—	4,764	—	—
1971	—	13,140	—	10,995	—	—	5,735	—	—
1972	—	12,048	—	9,232	—	—	3,218	2,699	—
1973	—	10,877	—	7,681	—	—	3,018	2,568	—
1974	—	10,879	10,017	8,211	—	—	4,388	2,850	—
1975	4,907	15,071	13,247	14,705	14,341	6,496	3,833	3,245	4,525
1976	4,697	31,205	17,192	16,303	21,567	7,432	4,959	3,805	5,399
1977	4,997	26,183	13,196	12,664	17,346	4,621	4,320	2,628	3,656
1978	5,009	26,292	8,372	11,780	15,481	4,180	3,577	1,970	3,242
1979	4,420	15,708	10,336	13,550	13,198	4,791	4,414	2,786	3,998
1980	4,414	13,577	14,488	19,389	15,818	7,144	5,877	3,772	5,598
1981	4,079	12,947	13,644	16,323	14,305	6,905	5,535	4,152	5,531
1982	5,277	8,866	8,980	11,484	9,777	5,139	3,726	2,690	3,852
1983	4,723	5,933	7,628	7,608	7,056	4,168	3,013	2,290	3,157
1984 (8)	4,077	7,674	8,977	11,645	9,432	8,492	5,068	—	6,780

Média Anual 1975/1984 — 4.659,00

13,832,00

FONTE: Elaboração própria realizada a partir das seguintes fontes de dados: CFP/MA. Dados sobre preços mínimos. A preços nominais e constantes; FGV. Dados sobre preços recebidos pelos produtores. A preços nominais e constantes; SIMA. Dados sobre preços ao atacado. A preços nominais e constantes.

(—) sem informação.

(1) Preços reais deflacionados com base no IGP/DI. FGV/Índice: Conjuntura Edonômica. Coluna 2.

(2) Os valores Cr\$ 60 Kg referem-se as respectivas médias aritméticas anuais.

TABELA 3

VALOR DA SUBVENÇÃO EMBUTIDA NA TAXA DE JUROS DO CRÉDITO RURAL, RELAÇÃO COM O VALOR DOS FINANCIAMENTOS E PIL<sub>cf</sub> (PRODUTO INTERNO LÍQUIDO A CUSTO DOS FATORES) DO SETOR PRIMÁRIO (Cr\$ MILHÕES CORRENTES). BRASIL: Período 1969 a 1979

ANO	PIL <sub>cf</sub> SE- TOR PRIMÁ- RIO	VALOR DOS FINANCIA- MENTOS	TAXA DE INFLA- ÇÃO	TAXA NO- MINAL DE JUROS	TAXA REAL DE JUROS	VALOR DE SUBVEN- ÇÃO	SUBVENÇÃO PIL <sub>cf</sub> SE- TOR PRIMÁRIO	SUBVENÇÃO VALOR FI- NANCIAMENTO
1969	14.336	6.489	20,8	18,0	-2,32	150	0,010	0,023
1970	17.127	9.428	19,8	17,0	-2,34	220	0,013	0,023
1971	23.973	12.870	20,4	7,0	-2,82	362	0,015	0,028
1972	30.560	18.669	17,0	15,0	-1,71	319	0,010	0,017
1973	44.270	30.334	15,1	15,0	-0,08	24	0,0005	0,001
1974	65.657	48.273	28,7	15,0	-10,64	5.136	0,078	0,106
1975	87.820	89.997	27,7	15,0	-9,95	8.954	0,101	0,099
1976	137.703	130.226	41,3	15,0	-18,61	24.235	0,176	0,186
1977	236.849	165.858	42,7	15,0	-19,41	32.193	0,136	0,194
1978	320.670	233.942	38,7	15,0	-17,09	39.980	0,125	0,171
1979	520.608	448.731	77,2	38,0	-22,12	99.259	0,191	0,221

Nota:  $r = \frac{i - t}{i + t}$ , sendo r = taxa real de juros, i = taxa nominal de juros e t = taxa de inflação.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Banco Central do Brasil (dados primários) (apud PINTO (1981:8))

In: Maria Ignés S. Paulilo. "Crédito Agrícola e Pequena Produção". Trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da ANPOCS. 1987

TABELA 9

FEIJÃO: I) Evolução da Área Cultivada. Médias Trienais por Estados produtores (1000 Ha). II) Evolução da área cultivada de cada Estado produtor em relação à área total cultivada (em %). III) Evolução da distribuição da produção (em %). IV) Evolução dos Rendimentos por unidade de área (kg/Ha)). Períodos: 1931/33, 1961/69 e 1979/1980.

BRASIL, ESTADOS E REGIÕES	Evolução da Área Cultivada (1000 ha)			Evolução da Área Cultivada/ Área total (%)			Evolução Distribuição da Produção (%)			Evolução dos Rendimentos por Unidade de área (kg/ha)		
	1931/33	1967/69	1979/80	1931/33	1967/69	1979/80	1931/33	1967/69	1979/80	1931/33	1967/69	1979/80
Paraná	11.8	659.9	780.8	4.5	18.1	17.5	5.1	20.3	22.3	1,117	786	518
Minas Gerais	103.0	497.8	552.3	14.8	13.6	12.2	17.5	10.7	12.5	1,190	549	492
São Paulo	264.5	243.2	420.3	36.5	6.7	9.4	32.7	5.4	12.3	869	573	634
Bahia	20.1	240.8	415.4	2.8	6.6	9.3	3.0	7.3	11.1	1,010	777	580
Ceará	12.9	353.2	341.2	1.9	8.7	7.7	1.9	7.9	3.8	1,028	572	241
Pernambuco	14.7	256.2	292.3	2.0	7.0	6.6	2.2	5.6	5.5	1,136	557	409
Paraíba	11.9	179.0	243.1	1.7	4.9	5.4	1.7	3.8	2.2	978	539	194
Santa Catarina	14.3	112.3	234.9	2.0	3.1	5.3	2.0	4.4	7.2	998	1,000	663
Rio Grande do Sul	161.1	266.6	191.9	22.3	7.3	4.3	22.4	8.9	5.0	870	850	566
Goiás	21.8	145.9	174.0	3.0	4.0	3.0	—	—	—	1,000	828	297
Mato Grosso	2.6	59.5	110.6	0.4	1.6	2.4	0.4	1.9	3.2	980	799	624
NORDESTE	—	—	—	—	—	—	13.3	29.0	31.0	—	—	—
CENTRO-SUL	—	—	—	—	—	—	86.4	70.0	67.3	978	704	484
BRASIL	717.7	3,649.0	4,479.0	—	—	—	—	—	—	—	—	—

FONTE: Tabela estruturada em base aos dados elaborados por F. Homem de Melo.

IN: O Problema Alimentar no Brasil.

TABELA 10

MILHO: I) Evolução da Área Cultivada. Médias Trienais por Estados produtores (1000 Ha). II) Evolução da área cultivada de cada Estado produtor em relação à área total cultivada (em %). III) Evolução da distribuição da produção (em %). IV) Evolução dos Rendimentos por unidade de área (kg/ha). Períodos: 1931/33, 1961/69 e 1979/1980.

BRASIL, ESTADOS E REGIÕES	Evolução da Área Cultivada (1000 ha)			Evolução da Área Cultivada/Área total (%)			Evolução Distribuição da Produção (%)			Evolução dos Rendimentos por Unidade de área (kg/ha)		
	1931/33	1967/69	1979/80	1931/33	1967/69	1979/80	1931/33	1967/69	1979/80	1931/33	1967/69	1979/80
Paraná	197.8	1,434.2	2,141.9	5.2	15.1	18.7	5.3	19.4	15.4	1,449	1,729	2,166
Rio Grande do Sul	780,3	1,675.7	1,824.4	20.7	17.6	15.9	22.6	17.1	13.5	1,560	1,300	1,375
Minas Gerais	825.2	1,565.4	1,670,5	22.2	16.5	14.5	22.5	16.4	25.4	1,453	1,340	1,680
Santa Catarina	126.7	500.1	1,060.1	3.4	5.3	9.2	3.5	7.0	12.6	1,461	1,786	2,217
São Paulo	1,000.0	1,322.8	1,042.3	28.3	14.0	9.1	26.2	17.8	12.9	1,338	1,708	2,244
Goiás	113.3	401.1	821.4	3.0	4.2	7.2	—	—	—	1,753	1,560	2,149
Maranhão	9.4	300.9	466.7	0,3	3.2	4.1	0.2	1.6	1.4	1,175	697	556
Bahia	28.6	291.8	441.4	0.8	3.1	3.8	0.8	2.2	1.8	1,469	955	726
Ceará	28.3	461.4	404.1	0.8	4.9	3.5	0.7	3.2	0.8	1,384	890	349
Pernambuco	121.7	322.5	300.9	3.2	3.4	2.6	2.8	2.2	0.9	1,247	863	517
Paraíba	9.7	242.1	284.4	0.3	2.5	2.5	0.2	1.6	0.4	1,206	844	269
Mato Grosso	8.1	127.9	183.3	0.2	1.3	1.6	0.2	1.3	1.6	1,368	1,283	1,597
NORDESTE	-	-	-	-	-	-	6.5	13.3	6.4	-	-	-
CENTRO-SUL	-	-	-	-	-	-	93.2	86.3	92.6	-	-	-
BRASIL	1,747.9	9.507.6	1,482.8	-	-	-	-	-	-	1.434	1,344	1,592

FONTE: Tabela estruturada em base aos dados elaborados por F. Homem de Melo.

TABELA 11

MANDIOCA: I) Evolução da Área Cultivada. Médias Trienais por Estados produtores (1000 Ha). II) Evolução da área cultivada de cada Estado produtor em relação à área total cultivada (em %). III) Evolução da distribuição da produção (em %). IV) Evolução dos Rendimentos por unidade de área (kg/Ha). Períodos: 1931/33, 1961/69 e 1979/1980.

BRASIL, ESTADOS E REGIÕES	Evolução da Área Cultivada (1000 ha)			Evolução da Área Cultivada/ Área total (%)			Evolução Distribuição da Produção (%)			Evolução dos Rendimentos por Unidade de área (kg/ha)		
	1931/33	1967/69	1979/80	1931/33	1967/69	1979/80	1931/33	1967/69	1979/80	1931/33	1967/69	1979/80
Maranhão	6.3	205.0	356.9	2.9	6.5	12.6	1.9	6.5	12.6	22,467	9,161	8,893
Bahia	26.4	217.5	294.0	7.2	13.1	18.5	3.6	13.1	18.5	17,723	17,360	15,902
Rio Grande do Sul	85.6	276.2	192.3	30.0	12.0	9.0	13.3	12.0	9.0	15,366	12,553	17,767
Pernambuco	41.3	140.7	187.5	14.3	5.0	7.6	7.2	5.6	7.6	17,127	11,571	10,320
Ceará	9.3	115.1	165.5	3.3	6.2	4.7	2.2	6.2	4.7	23,147	15,755	7,234
Minas Gerais	5.2	120.6	126.1	1.8	7.1	7.5	1.3	7.1	7.5	24,407	17,015	15,000
Pará	6.6	74.1	110.4	2.3	3.0	5.8	1.7	3.0	5.8	25,063	11,699	13,297
Santa Catarina	10.0	130.0	98.0	3.4	9.6	6.7	1.8	9.6	6.7	17,322	21,388	17,221
Paraná	14.2	94.7	44.0	4.9	6.7	3.1	2.5	6.7	3.1	17,761	20,448	17,869
São Paulo	21.1	105.5	25.6	7.4	6.9	2.0	4.0	6.9	2.0	18,914	18,751	20,020
Goiás	5.3	73.6	22.3	1.9	4.5	1.3	—	4.5	1.3	—	17,531	14,278
NORDESTE	—	—	—	—	—	—	21.6	42.4	53.9	—	—	—
CENTRO-SUL	—	—	—	—	—	—	—	52.7	35.4	—	—	—
BRASIL	237.2	1,980.7	2,099.6	—	—	—	—	—	—	—	14,565	12,020

FONTE: Tabela estruturada em base aos dados elaborados por F. Homem de Melo.

IN: O Problema Alimentar no Brasil.

áreas, escapam a esta regra e podem manter sua discreta presença junto a outros cultivos comerciais. Apesar de tudo, em geral, a produção cresce em vários Estados e regiões no período mencionado. Comumente este incremento se observa no Nordeste, pois na região Centro-Sul regularmente decresce dado o processo recente de substituição de culturas alimentares por novos produtos, mesmo que, em volume produzido, estas regiões ainda continuam registrando a maior participação sobretudo na produção do milho (92,6%) e arroz (79,5%) em 1979/1980.

Por outro lado, observa-se que a política econômica se preocupa com o abastecimento de alimentos, praticamente só a nível da comercialização, mas não existe um programa ou mecanismos de promoção à produção. Isto é particularmente grave, porque o problema alimentar a nível rural é ao mesmo tempo um problema de ocupação/emprego, particularmente quando se observa que os principais responsáveis por sua produção são ainda os pequenos produtores (Tabela 12). De fato, em certas áreas, uma fração importante de pequenos produtores está inserida em ocupações que não lhe permitem ter uma renda familiar necessária à sua reprodução social. Esta situação é evidente entre os produtores minifundistas de alimentos básicos, na região NE, o que os obriga a distribuir seu tempo de trabalho entre atividades como pequenos produtores e atividades de assalariamento fora da parcela familiar como forma de viabilizar sua reprodução como pequenos produtores.

### III. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar a análise da agricultura de alimentos básicos, espaço econômico compartilhado por produtores capitalistas e não capitalistas, observamos como apesar da aparente nivelção entre ambos os tipos de produtor, em termos dos preços mínimos para os produtos que geram, os preços de mercado destes produtos e a presença de certos mecanismos econômicos e extraeconômicos, mediatizados pelo Estado, permitem aos empresários agrícolas obter lucros, enquanto que os pequenos produtores não conseguem ultrapassar os limites da simples subsistência.

Os dados mostram que a concorrência do abastecimento de produtos alimentares básicos, por produtores capitalistas e não capitalistas, a preços mínimos, se dá porque a empresa agrícola capitalista tem condições de concorrer porque seu diferencial de produtividade — resultante do uso de tecnologia moderna, na medida em que é subsidiada via créditos a juros negativos para investimento e custeio, na medida em que o Estado proporciona a infraestrutura necessária a seu desempenho, ao reduzir os custos de produção dos produtos alimentares —, compensa-se a exploração permanente do trabalho familiar e a falta de lucro nos preços dos produtos alimentares provenientes da pequena produção agrícola familiar.

Se esta situação se cria e se mantém graças à transferência de recursos públicos, via crédito, para os produtores capitalistas, discriminando-se destes benefícios os pequenos produtores, o Estado é um dos elementos importantes que mediatiza não só o incremento da diferenciação existente no interior da pequena produção familiar, mas também a reprodução das classes no campo: da

TABELA 12

BRASIL – Pessoal Ocupado na Agricultura por Atividade – 1980

Atividades	Total	Responsável e membros não remunerados da família	Permanentes	Empregados Temporários	Parceiros e outras condições
1. Mercado Interno	7.908.049	6.751.294	226.851	744.431	145.473
Arroz	1.657.027	1.348.136	83.083	198.616	27.192
Feijão	2.360.342	2.014.147	60.574	233.626	51.995
Mandioca	1.527.840	1.265.358	71.327	145.741	45.414
Batata Inglesa	1.899.200	1.755.562	20.364	199.161	14.012
Banana	87.666	59.981	5.973	20.435	1.277
2. Exportação	3.651.555	2.011.222	787.994	674.947	177.392
Soja	824.439	619.298	82.092	114.369	8.690
Amendoim	58.353	41.941	2.750	13.044	618
Laranja	177.005	110.471	35.971	26.556	4.007
Algodão -	490.841	350.263	28.264	93.646	18.668
Cana de Açúcar	678.460	163.918	306.425	201.449	6.668
Cacau	340.659	154.977	112.752	69.845	3.085
Café	1.081.798	570.354	219.740	156.038	135.666
3. Outros	4.028.120	3.054.203	358.245	511.779	103.892
4. PECUÁRIA	5.576.011	3.826.136	757.563	836.723	155.589
5. TOTAL	21.163.735	15.642.855	2.170.654	2.767.880	582.346

FONTE: FIBGE – Tabulações especiais do Censo Agropecuário de 1980.

In: GARCIA GASQUES, José e PAIVA, Adelina – 1984.

pequena produção como segmento da classe trabalhadora e da burguesia agrária.

No entanto, o desempenho da agricultura alimentar capitalista, que se apresenta como um sucesso econômico, na medida em que é gerada artificialmente, sua manutenção depende, em grande parte, de que o governo continue sustentando os créditos, a juros negativos, tal como se concretizou durante a década de 70 (ver tabela 3). Em dezembro de 1979 se inicia uma mudança de critérios no sistema nacional de créditos agrícolas: 24% de juros positivos para os pequenos produtores e 33% para médios e grandes produtores. Desde 1980 novas mudanças no sistema de créditos se sucedem até hoje, elevando cada vez mais o taxa de juros paralelo a uma taxa de inflação que também é alta. Isto está afetando seriamente os diversos ramos da produção agrícola capitalista. Tudo indica que nestes últimos anos se reduziu consideravelmente o ritmo de compra de tecnologia e insumos modernos e até da substituição de peças de máquinas. Dado que esta tecnologia foi concebida e produzida para contextos sócio-econômicos de países avançados, quando implantada nos mesmos padrões na realidade brasileira é cara e parece improvável que em forma privada esta possa ser financiada na mesma magnitude do crescimento registrado na década de 70. E aí, como fica a problemática da produção de alimentos básicos no Brasil?

De todo modo, esta questão surge da análise feita sobre a situação criada e os objetivos perseguidos pelo governo, na ótica que tem prevalecido nas políticas agrícolas no Brasil deste 1967, mas não porque ela seja, propriamente, a grande questão. Essa idéia de que é possível baixar os preços dos produtos básicos ao nível do consumidor simplesmente com uma expansão da oferta — via estímulos de crédito rural subsidiado e com garantia de preços mínimos — é um erro derivado de considerar em vigor a velha lei da oferta e demanda que supõe flexíveis os preços dos produtos agrícolas.

É mais, a idéia de expandir a produção para incrementar o abastecimento de alimentos a preços baixos, por essa via, fica só nos planos, uma vez que os reais beneficiários dos créditos subsidiados foram os grandes proprietários que são os que tiveram acesso à maior parte desse dinheiro barato e aplicaram em tecnologia e insumos modernos, em terras e outros negócios. Mas, os maiores beneficiários foram as agroindústrias, particularmente as que produzem máquinas e insumos para a agricultura, porque asseguraram grandes lucros e partir do setor agrícola modernizado que se constitui num mercado efetivo para seus produtos tão caros.

A questão alimentar é muito complexa e extrapola, em muito, a própria problemática da agricultura alimentar que aliás continua intacta.

Há indícios de que neste último quinquênio tem-se freiado a produção de básicos no campo, ao mesmo tempo que a importação destes produtos tem crescido. Pelo demais, a importação de básicos ao estar sempre associada a uma política de privilégio e subsídio ao consumo urbano não chega ao meio rural. Essa política esquece o problema de deterioração crescente das dietas rurais.

Precisamente ao analisar a problemática camponesa conjuntamente com a problemática da produção de alimentos de origem agrícola, mostra-se que esta última, se bem a nível urbano cristaliza-se mais como um problema de abastecimento, a nível rural é ao mesmo tempo, um problema de ocupação, de emprego produtivo, que na forma como se efetiva atualmente, compromete seriamente as

condições de reprodução de amplos segmentos da classe trabalhadora rural. A impossibilidade de lograr a subsistência, não só pela insuficiência dos recursos disponíveis para produzir, mais ainda pela impossibilidade de reter o valor do produzido — ao ser expropriado pelos canais comerciais, financeiros e de política econômica — afeta diretamente as condições de vida da maioria das famílias camponesas.

Abrumados pela situação de pauperização, grande parte destes pequenos produtores de alimentos básicos, na busca de complemento de seus meios de subsistência, invadem o mercado de trabalho regional (como o do Nordeste) pressionando a baixa dos salários reais no campo, que historicamente, sempre foram os mais baixos entre os setores. Deste modo, a ameaça de carências críticas se expande a toda a força de trabalho agrícola nas regiões menos desenvolvidas do país, como no Nordeste e áreas de antiga ocupação agrícola onde este tipo de pequenos produtores minifundiários, produtores de alimentos básicos, se concentram em espaços considerados "bolsões de subsistência".

---

## BIBLIOGRAFIA

- BATRA, Armando — *La Exploración del Trabajo campesino por el Capital*. Ed. Macehual S.A., México, 1979.
- CASTRO, Ana Celia et alii — *Evolução recente e situação atual da Agricultura Brasileira*. Ed. Binagri, 1979.
- CASTRO DE REZENDE, Gervásio — "Estrutura Agrária, Produção e Emprego no Nordeste". In: *Pesquisa e Planejamento Econômico* 9 (1) 1979.
- CFP/MA — Seminário de Política Agrícola. Coletânea de Artigos Técnicos. Coleção Análise e Pesquisa, Vol. 25, Brasil, 1982.
- CFP/MA — Seminário de Política Agrícola. Coleção Análise e Pesquisa, Vol. 15 1982.
- CIDADE ARAÚJO, Paulo Fernando — "O crédito rural e sua distribuição no Brasil". In: *Estudos Econômicos*, Vol. 13 (2). 1983. IPE/USP.
- DOS SANTOS CUNHA, Aécio — "Instrumentos da Política Agrícola no Brasil. Pontos para Debate". In: *Coleção Análise e Pesquisa*. Vol. 25, 1982, CFP/MA.
- FERREIRA DA NÓBREGA, Mailton — *Desafios da Política Agrícola*. Ed. Gazeta Mercantil/CNPq, 1985.
- FIGUEIREDO, Vilma — "O trabalhador rural e a modernização da agricultura". In: *Revista Brasileira de Tecnologia*, Vol. 15 (4), 1984.
- FURTADO, Celso — *Não à recessão e ao desemprego*. Ed. Paz e Terra, 1983.
- GARCIA LOUREIRO, Ma. Rita — "Cooperativismo e reprodução camponesa". In: Loureiro, Ma. Rita (Org.) *Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil*. Ed. Cortez. 1981.
- GASQUES, José G. y PAIVA, Adelina — *Transformações da Agricultura, Processos de Produção e Emprego*. Trabalho apresentado no "XII Encontro Nacional de Economia. São Paulo, 1984". (mimeo).

- GASQUES, José G y GEBARA, J.J., ZOCOLLER, M.M. – Salários, Relação de Trocas e Emprego na Agricultura. Trabalho Apresentado no "XI Encontro Nacional de Economia". Belém, dezembro de 1983.
- GRAZIANO DA SILVA, José – *A Modernização Dolorosa*. Ed. Zahar.
- HOMEM DE MELO, Fernando – *O Problema Alimentar no Brasil. A Importância dos Desequilíbrios Tecnológicos*. Ed. Paz e Terra. 1983.
- HOMEM DE MELO, Fernando – "A Política Econômica e a Pequena Produção Agrícola". In: *Economia Agrícola*. Ensaios. IPE/USP, 1982.
- KAUTSKY, Karl – *La cuestión agraria*. Ed. Siglo XXI, 1974.
- KAGEYAMA, Angela e GRAZIANO DA SILVA, José – "Produtividade e emprego na agricultura brasileira". In: *Desenvolvimento capitalista*. N.º 2, Ensaios sobre a crise. Edit. Brasiliense, 1983.
- LENIN, V. I. – *El desarrollo del capitalismo en Rusia. Ediciones en Lenguas Extranjeras*, Moscú, 1950.
- MARGULIS, Mário – *Contradições na Estructura Agrária e Transferências de Valor*. Ed. Jornadas 90. El Colegio de México. 1979.
- MARTINE, George et alii – A Evolução do Emprego no campo. Projeto Impacto Social do Desenvolvimento/OIT. 1985.
- MARX, Karl – *El Capital*. Crítica de la economía política. Vol. I, II e III. Fondo de Cultura Econômica. 1973.
- MARX, Karl – Libro I, Capítulo VI (Inédito). Siglo XXI, 1977.
- MENDONÇA DE BARROS, J.R. – "A Agricultura Brasileira e o Problema da Produção de Alimentos". In: *Pesquisa e Planejamento Econômico* 8 (3), 1978.
- MULLER, Geraldo – "Agricultura e Alimentação no Brasil. 1965-1975". (mimeo).
- MULLER, Geraldo – Agricultura e Industrialização no Campo. In: *Revista de Economia Política*. Vol. 2. N.º 6. 1982.
- MONTALVO VIDAL, Norma – "Agricultura Y Reproducción de la Fuerza de Trabajo". Tese de Doutorado em Economia. UNAM/México, 1986.
- ONU – "El estado mundial de la agricultura y la alimentación". Roma, 1979 y 1982.
- PAULILO, Ma. Ignés – "Crédito Agrícola e Pequena Produção". Trabalho apresentado ao XI Encontro Anual da ANPOCS, 1987.
- REVISTAS – Política de Garantia de preços mínimos, CFP/MA.
- SAAVEDRA DURÃO, Jorge Eduardo et alii – Pesquisa sobre força de trabalho agrícola em regiões de fronteiras. Relatório Final. Convênio FINEP/INAN/FASE. 1979.
- SILVA, Sérgio – Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo. In: PINSKY, Jaime (Org.) *Capital e Trabalho no Campo*. Ed. Hucitec, São Paulo.
- SORJ, Bernardo – *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.
- SORJ, B e WILKINSON, J. – Processos sociais e formas de produção na Agricultura brasileira. In: *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. Ed. Brasiliense.

- SORJ, E. e WILKINSON, J. — Agroindústrias, Política Pública e Estruturas Sócio-Rurais: Análises recentes sobre a Agricultura. *Rev. de Economia Política*. Vol. 5. N.º 4. Out/Dez. 1985.
- SORJ, Bernardo — *Camponeses e Agroindústria*. Zahar, Ed. 1982.
- SOUZA, Paulo Renato — A determinação dos salários e o emprego nas economias atrasadas Tese de doutorado. UNICAMP, 1980. (Mimeo).
- TAVARES DOS SANTOS, José — *Colonos do Vinho. Estudo sobre a subordinação do Trabalho Camponês ao Capital*. Ed. HUCITEC, 1982.
- WANDERLEY, Ma. de Nazareth — O Camponês: um trabalhador para o capital. São Paulo. (Mimeo).
- WANDERLEY, Ma. de Nazareth — *Capital e Propriedade Fundiária*. Ed. Paz e Terra. 1979.

## OS ENTRAVERES (DA TESE) DO FEUDALISMO

Érico Alberto de A. Miranda \*

Em seu ensaio "Modos de Produção no Brasil", presente na coletânea organizada por José Roberto do A. Lapa — MODOS DE PRODUÇÃO E REALIDADE BRASILEIRA — Vozes, 1980 —, Nelson Werneck Sodré reafirma as formulações contidas no seu livro *Formação Histórica do Brasil* e não considera que as críticas que lhe foram dirigidas em todos esses anos tenham argumentos suficientes para rever aquelas teses. Amparado unicamente pelo método marxista, parte para a discussão, distinguindo de imediato algumas particularidades que se colocam na análise teórica do caso brasileiro feita agora nesse seu escrito mais recente.

Em primeiro lugar, haveria de se levar em conta que o Brasil, à época do seu "descobrimento", era dominado pela comunidade primitiva, enquanto que no Ocidente europeu o feudalismo abria cada vez mais espaços para a nova sociedade que emergia da Revolução Comercial e das navegações oceânicas. Desta forma, a investigação do caso brasileiro comporta elementos não presentes nas análises dirigidas aos países do Ocidente europeu.

Em segundo lugar, existe no Brasil áreas territoriais que vivenciam, a um só tempo, etapas históricas diversas e relações sociais diferentes. Em grande medida esta diferenciação existe até hoje, mesmo levando-se em conta uma tendência à uniformidade imposta pela constituição da ordem burguesa no país.

Em terceiro lugar se colocaria o fenômeno que ele considera como fato peculiar de uma colonização que se fez com base numa sociedade transplantada, totalmente diversa daquela com que se defrontaram os "descobridores". Assim sendo, nossa sociedade teve por base elementos transferidos da África e Europa. Os negros viriam constituir a massa de escravos, ou classe dominada; os europeus em grande maioria viriam ocupar o outro lado da balança, como proprietários, ou polo dominante.

A particularidade do caso brasileiro seria óbvia: o escravismo no Brasil, ao contrário do exemplo clássico, não surgiu da comunidade primitiva; não houve evolução de um modo de produção para outro, ou de uma formação para outra. Para Werneck Sodré, não constitui preocupação estudar a comunidade primitiva indígena, visto que ela é secundária na sociedade brasileira fundada em elementos transplantados.

A forma de abordar o problema implicaria numa apresentação diferenciada do mesmo. Numa dimensão universal, trataria-se de um processo de acumulação primitiva, porém, na dimensão sul-americana, do que se trata é de escravismo puro e simples.

Se o escravismo no Brasil não se origina da comunidade primitiva, ele surgirá de uma atividade comercial em que o trabalho escravo se colocava como

---

(\*) Mestrando em Economia Rural — UFPb — Campus II

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano VI	Nº 6	107 a 110	Jan.86/mar.88
-------------	----------------	--------	------	-----------	---------------

mercadoria de grande valor, e constituindo a forma como foi possível a colonização do Brasil. Contudo, Werneck Sodré dará pouco crédito ao fato de que no exterior se apropriava — via comercialização — uma parcela do excedente, desprezando-o como dado importante para analisar a sociedade brasileira fora de seus condicionamentos internos.

Analisando diversas áreas do território brasileiro, Sodré irá constatar que o escravismo não era o único modo de produção vigente no país, pois estava implantado apenas naquelas regiões em que se estabeleceu uma produção voltada para a exportação. Então ficaria uma pergunta no ar: e nas demais áreas, que modos de produção vigorariam? Investigando a área coletora amazônica e a área vicentina, os traços das relações sociais (o elemento de sujeição religiosa, a produção de subsistência associada a uma produção destinada a um consumo externo) não lhe permitiram tirar conclusões definitivas. Contudo, ele irá ver nas missões *jesuíticas uma identificação com o feudalismo*.

O que transparece do texto de Sodré é que ele visualizava o feudalismo, ainda na época da colonização portuguesa, se espalhando por vastas áreas do território brasileiro, cercando aquelas regiões onde a produção era feita em larga escala, visando o mercado externo.

Refutando as críticas que imputam um certo esquematismo às suas formulações, Werneck Sodré oferecerá a sua tese de "regressão feudal": no modelo paradigmático, o feudalismo representa um avanço em relação ao escravismo, porém, no caso brasileiro, o feudalismo — ou relações feudais — substituem as relações escravistas, como acontece com a área mineradora, no momento em que esta entre em declínio (em função da diminuição da quantidade de ouro produzido), o que, do ângulo da riqueza produzida, representaria uma regressão.

Mas a grande polêmica, com que se defronta Sodré, é a da discussão sobre a existência de capitalismo no Brasil colonial. Para Sodré, a discussão tinha uma mistura de motivação científica e política. Para os que, como ele, acreditavam na existência de relações feudais ou semif feudais, pareceria coerente praticar uma política que visasse a eliminação destas relações como um primeiro passo para se chegar a uma nova fase de desenvolvimento social, o que implicava em completar a revolução burguesa, e alianças, para tanto, com a parcela nacional da burguesia interessada neste projeto. Já os que defendiam a tese do capitalismo, não aceitavam a idéia de se lutar por uma revolução burguesa para, só depois, colocar na ordem do dia a luta pelo socialismo.

Sodré irá explicitar os elementos com que trabalha para tirar as suas conclusões acerca da existência de relações feudais no Brasil: a renda e o laço de dependência social.

Fundamental para entender o caráter feudal predominante no campo, até os nossos dias, seria investigar as relações de dependência a que ficaram sujeitos os escravos após a Abolição, as formas como os serviços eram prestados, como as rendas eram pagas aos senhores da terra, etc. A maneira como foi se estabelecendo a posse da terra — marcadamente sob forma latifundiária — moldou o espaço próprio para que no Brasil se desenvolvesse relações feudais, ou semif feudais.

Para Sodré seria importante distinguir as relações feudais relacionadas aos primeiros tempos de nossa colonização, e que aqui se fizeram presentes por força

da tradição lusa, das relações feudais que surgiram da decomposição do escravismo, sendo implementadas em áreas onde antes dominavam as relações escravistas. Os núcleos escravistas foram assim substituídos pelas relações feudais, em função de sua decadência — como ocorreu com as plantações de açúcar e as zonas mineradoras — ou em função da abolição da escravatura.

Desta maneira, com a ampliação da dominação feudal no campo brasileiro, foi-se determinando como contradição fundamental, a contradição entre senhores e servos, em função do que os entraves feudais significavam de obstáculos ao pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

O esquema teórico de Nelson Werneck Sodré, que ora reconstruímos, dá conta de uma visão que teve larga aceitação e divulgação no Brasil dos anos 50 e 60. Era a época em que se travava o debate acerca do “desenvolvimento nacional”, melhor dizendo, do desenvolvimento capitalista num país que chegava a ele num momento em que os países capitalistas centrais (de modelo clássico) já possuíam economias maduras, com fortes parques industriais e robustos mercados internos; um país que possuía passado colonial e escravista e um setor agrícola caracterizado, por um lado, pela agricultura de exportação às voltas com crises de superprodução, e por outro, pela agricultura voltada para o mercado interno que não dava conta da demanda por alimentos — uma agricultura que, de uma forma geral, empregava pouca tecnologia e apresentava relações sociais atrasadas.

As teses de Werneck Sodré se situam dentro daquela corrente que se foi formando em oposição ao chamado dualismo estrutural que via no “nacionalismo estúpido” a causa do atraso e subdesenvolvimento do Brasil. A alternativa “progressista” via a raiz dos males brasileiros (identificados com o subdesenvolvimento) na ação de rapina do imperialismo e no parasitismo dos latifundiários. Mesmo com outro enfoque político, o desenvolvimento das teses progressistas partiam de um ponto comum com os dualistas: a existência de uma heterocronia característica de nossa sociedade, ou, como se dizia na época, a existência em nossa estrutura social de um setor urbano, dinâmico e moderno, e de outro, agrário, atrasado e incapaz de responder às necessidades de expansão capitalista.

Corroboravam com estas teses, setores liberais, a CEPAL, amplos setores de esquerda — destacando-se o PCB de Werneck Sodré — chegando mesmo, em um dado momento, a ter aceitação governamental, no período de João Goulart.

Na medida em que Sodré não se desliga dessa tradição — o esforço de buscar caminhos para que o capitalismo brasileiro atingisse a sua plenitude, ou seja, a insistência nos elementos característicos do capitalismo dos países de desenvolvimento clássico, não consegue questionar e combater a forma de desenvolvimento excludente e autoritário que começava a se esboçar já nos anos 50 e 60 e que resultou no modelo escolhido e posto em prática pelo regime militar que se seguiu a 1964. Justamente a política econômica deste foi responsável por jogar por terra as teorias que viam na “agricultura atrasada” um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo em nosso país, e que visualizavam contradições na burguesia nacional de tal monta que a faria se aliar às forças democráticas e nacionais, contrapondo-se ao imperialismo e aos latifundiários. Não só a burguesia brasileira se aliou ao imperialismo e ao latifúndio na sustentação do golpe (mostrando o verdadeiro sentido do desenvolvimento capitalista no Brasil, asso-

ciado e dependente) como também o setor rural foi palco de uma modernização conservadora, modernização do latifúndio, via generosos subsídios estatais.

Há mais um ponto nas dificuldades do modelo de Sodré. O seu esforço de encontrar em Marx, elementos que fundamentem as suas análises, resulta infrutífero na medida em que em *O Capital* estará presente uma teoria abstrata do modo de produção capitalista, ou quando, num maior grau de concretude, exemplificando conceitos, Marx estará a se referir a elementos constitutivos da particularidade europeia, ou mais precisamente inglesa.

As imprecisões do esquema teórico de Sodré tem a ver com uma concepção evolucionista da história — suas análises vão se desenvolvendo no sentido de acompanhar uma seqüência de estádios ou modos de produção, prendendo-se a um modelo de desenvolvimento das sociedades do Ocidente europeu, de feitura clássica, o que não lhe permite visualizar as especificidades deste país atrasado, sim, mas capitalista, que se coloca numa situação de dependência ao sistema capitalista mundial, plenamente integrado a ele.

---

Nelson Werneck Sodré: "Modos de Produção no Brasil"

em: José Roberto do A. Lapa (org):

*Modos de Produção e Realidade Brasileira*, Petrópolis — Vozes, 1988

## O MARXISMO DE GRAMSCI

Raimundo Santos \*

Foi a comunicação de Norberto Bobbio ao simpósio de Cagliari em 1967, editada no Brasil em 1982 (*O conceito de sociedade civil*), que colocou, de forma pioneira, a natureza de um debate muito interessante. Mais pelo impacto da tese ali contida, menos pelo deciframento do problema posto sobre o marxismo original de Gramsci. A discussão, depois de tanto tempo, aparentaria defasagem bibliográfica, caso não fosse ainda uma questão aberta, como se vê na permanente procura de cânones atualizados do marxismo. Gorbachev desaciliza, sem dizer, a realização histórica do próprio marxismo; as sociedades ocidentais não conseguem deslançar as suas esperadas "vias socialistas", e o "índice de ortodoxia" só pode emergir, com credibilidade, daqui para frente como compreensão desses nossos tempos pós-Marx, pós-Lênin e pós-Gramsci.

Três autores — Bobbio, Carlos Nelson Coutinho e Biaggio de Giovanni — tematizam o chamado marxismo de Gramsci num sentido muito rico para que realizemos uma reflexão sobre a pesada bagagem de nossos problemas teóricos, de longe sem resolvê-los, mas sem desiludir, apenas para dar-nos a sua medida histórica.

Bobbio, sem pretender colocá-lo fora do marxismo, afirma que "a sociedade civil, em Gramsci, não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura". Diferente da definição do "Prefácio" de 59, a sociedade civil, para Gramsci, é o conjunto das relações ideológicas e culturais. AI já fica aberto o debate: não terá Gramsci deslocado o centro da história "para outro lugar"? Compreendemos: tanto Marx como Gramsci invertem Hegel ao colocarem o momento ativo e positivo do desenvolvimento histórico na sociedade civil, e não mais no Estado. Bobbio prossegue: em Marx o momento condicionante passa a ser a estrutura; Gramsci opera a inversão no próprio interior da superestrutura.

Mas a leitura de *O conceito de sociedade civil* não leva à conclusão da existência pura e simples de um idealismo em Gramsci; a seguinte observação de Bobbio sobre o parentesco do conceito famoso estimula muito mais. Gramsci deriva o seu conceito de sociedade civil de Hegel, e não de Marx; tomando-lhe a concepção de organização, das poucas organizações que conheceu Hegel para regulamentar as relações econômicas, indo além do seu sistema de necessidades (de onde partiu Marx). Fica sugerida ainda que é essa modernidade, já intuída por Hegel, que teria provocado a reviravolta gramsciana do cânone base/superestrutura.

Será, no entanto, em Carlos Nelson Coutinho na sua "Introdução ao pensamento de Gramsci", na sua engenhosa construção da superação dialética entre Marx-Lênin-Gramsci, que melhor poderemos captar a colocação do problema da natureza do marxismo gramsciano, advertida por Bobbio.

Carlos Nelson Coutinho não aceita que a análise filológica do conceito de sociedade civil leve à conclusão de que a explicação da história esteja em Gramsci

\* Professor de Ciência Política — UFPb — Campus II

Rev. RAÍZES	Campina Grande	Ano VI	Nº 6	111 a 113	Jan.86/mar.88
-------------	----------------	--------	------	-----------	---------------

de cabeça para baixo. Se não é o mesmo conceito em Gramsci, por que atribuir-lhe a função determinante de Marx? O conceito é o meio para enriquecer a teoria marxista do Estado, na captação de suas novas determinações. E Gramsci é do tempo da socialização da política, quando surge "uma esfera social nova dotada de funções autônomas e específicas" em relação à economia e aos aparelhos repressivos do Estado. Gramsci faz a passagem do abstrato (teoria precedente) para o concreto (novas determinações) de tipo histórico-ontológico, como no exemplo de Lênin (*O Imperialismo como forma superior de capitalismo*) em relação a Marx (*O Capital*).

Ficamos sabendo também que Gramsci não só subestimara as análises econômicas de Marx e Lênin, como há ainda, em matéria filosófica, um deslize idealista (desconhecimento da ciência e recusa de uma objetividade em geral) de monta, e ficamos cientes de que é da sua corajosa resistência ao marxismo vulgar, do seu anti-economicismo, que brota o desenvolvimento da teoria política gramsciana. Mas como é que Gramsci chega a isso? Carlos Nelson Coutinho assegura-nos, com citações bastantes, que esse *pan-politicismo* gramsciano é só aparente e que o vezo idealista, na questão filosófica, não compromete o seu contributo maior de haver percebido a "dialética materialista" das formas ideológicas.

Gramsci teria ido além da consideração marxiana de que o processo de socialização da produção/diminuição progressiva do tempo de trabalho socialmente necessário implica também num progressivo recuo das barreiras naturais", o que Gramsci captou como ampliação do jogo da liberdade humana em face das determinações naturais, ou seja, a socialização da política implicaria no que se poderia chamar de "recuo (tendencial, que não anula o cânone) das barreiras econômicas" com a conseqüente ampliação da esfera da política sobre o conjunto da vida social. Pontos essenciais de uma "ontologia materialista da praxis política", segundo Carlos Coutinho, antecipando a Lukács na sua tese de que "prioridade ontológica" não significa uma hierarquia "lógica" ou "casual eterna" entre as duas esferas (estrutura-superestrutura).

Biaggio de Giovanni rompe com esse caminho nos seus ensaios da coletânea *Teoria Marxista de la Política*, encontrável em algumas livrarias do sul do país. A continuidade "historiográfica" presente nos autores precedentes impede que se veja dentro do quadro horizontal duma época na qual o que muda é a "forma mesma do processo". Para ele, Bobbio, ao falar da inversão realizada por Gramsci, ficando apenas na inspiração das categorias, não compreende o núcleo da sua análise. E também ao contrário de oriundo de um anti-economicismo, o "erro fecundo" de Carlos Nelson Coutinho, o contributo de Gramsci provém da tentativa de compreensão das transformações morfológicas por que passam a economia e o Estado, depois da guerra, da revolução de 17 e, sobretudo da crise de 29.

O que Gramsci diz como novidade é sobre o traço típico das sociedades europeia e americana pós 14 e 17, nisso repensando a forma da política em Lênin (De Giovanni sugere também a relação Weber-Lênin na concepção da política concentrada num ponto); nisso deixando o desencanto ante a não-ocorrência da "queda do centro único", para adentrar-se na compreensão da crise de hegemonia, resolvida com a difusão de "casamatas" em vários estratos da socie-

dade civil, crise que levaria a uma hegemonia "mais segura e estável". Gramsci, na opinião de De Giovanni, vai ser a única resposta dentro do marxismo ao pós-29, podendo-se pensar noutro paralelo, Keynes-Gramsci, evidentemente com os seus sinais diversos. Aliás, afirma De Giovanni, esse é o preço que paga Gramsci pela sua formação "idealista".

Continuando essa desmitificação, seria até difícil um aproveitamento liberal de Gramsci. O que ele estuda é a reorganização do mundo produtivo — que necessita "de mais política e de mais hegemonia" — à medida que "caem as velhas separações e as velhas barreiras da sociedade civil". O contributo, prossegue De Giovanni, está no fato de que, na época de crise, caduca a "mediação política externa", reduzida ao caráter superficial das formas produtivas; quando o que se tem é uma ampliação de adesão dos setores "improdutivos" ao Estado do capital financeiro, e uma introdução deste no mundo da produção e do mercado.

Os momentos mais importantes da reflexão gramsciana — americanismo, fordismo, lei da queda da taxa de lucro — segundo De Giovanni, mostram a "inervação" cada vez maior do Estado na formação social capitalista e o fenómeno da ampliação de suas bases políticas de massa, paralelamente ao crescimento das estruturas organizadas do capital financeiro. Mudança na forma produtiva, mudança na forma do Estado. Gramsci percebe estar diante de uma economia e um mercado que já não se mantêm em seu isolamento, mas que só funcionam com a "produtividade política do Estado", ou seja, diante da falência da função geral da política como instrumento separado. O "peso" das superestruturas se determina, em Gramsci, essa vai ser a conclusão compactada, *em função da complexidade cada vez maior da reprodução política das classes numa sociedade cujo antagonismo fundamental na produção é mediado, organizado, governado pelo enorme desenvolvimento das superestruturas complexas.*

Essa acentuação nas superestruturas reflete, de certo modo, o tema da "forma como se tornou dominante o terreno da circulação" numa fase em que parece claro que as classes dominantes respondem à crise, recorrendo a uma "extrema dilatação da relação Estado-circulação". Keynes e suas variáveis anti-cíclicas. Na outra ponta, Gramsci e a expansão dos problemas da hegemonia à raiz da reorganização do mercado que arrasta para o "terreno geral da relação com o Estado" segmentos sociais anteriormente encerrados no consumo privado. Neste sentido haveria um "retorno a Marx" em Gramsci precisamente ali onde o primeiro concentra a sua atenção na "reconstrução do movimento do capital e de sua contradição", pelo conceito de "primacia lógico-histórica da reprodução". De Giovanni completa a assertiva para dizer-nos que, neste obscurecimento da obra de Marx, reside a dificuldade para se compreender o marxismo de Gramsci.

---

N. Bobbio: *O conceito de sociedade civil*. RJ, Graal, 1982.

Carlos Nelson Coutinho: "Introdução ao pensamento de Gramsci, em: *Gramsci*, Porto Alegre, LP & M, 1981.

Baggio de Giovanni: Ensaio: "Crisis orgánica y estado en Gramsci" e "Lenin, Gramsci y la base teórica del pluralismo", em: *Teoría Marxista de la Política*, México, Pasado y Presente, 1981.

Composição e Impressão  
**EPGRAF**

Rua Miguel Couto, 291 - Fone: 321-4595  
Campina Grande - Paraíba